



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**27^a Reunião Ordinária da Câmara Técnica de
Qualidade
Ambiental e Gestão de Resíduos – CTQAGR.**

Brasília/DF.
30 de Janeiro de 2018.

(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa ProixL Estenotípia

1 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom
2 dia a todos. Vamos dar início aos trabalhos. Henrique, põe a pauta para nós. Está
3 lá, desculpe, está lá. É a nossa primeira reunião de 2018. Um assunto quente na
4 pauta, mas muito importante para todos, não só para... Não só para este
5 Conselho, mas como para o Governo, sociedade civil, é um assunto muito
6 importante, muito caro a todos nós. Então, hoje, como é a primeira reunião do ano,
7 a Doutora Adriana aqui está nos acompanhando. A gente vai proceder à eleição
8 do presidente e vice-presidente para o Biênio 2018 e 2019, conforme o Art. 35 do
9 Regimento Interno. Eu queria que a Adriana só desse um panorama.

10
11
12 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Bom
13 dia. Eu acho que vale uma apresentação de todo mundo, inclusive de quem está
14 assistindo, é sempre bom. Estamos começando o biênio, teve uma renovação,
15 embora pequena, mas, o Regimento prevê para que os segmentos façam ou não
16 a renovação dos membros da Câmara Técnica. Tirando a sociedade civil, que
17 quando tem eleição do CNEA, então a sociedade civil prefere fazer essa
18 renovação quando há a eleição do CNEA, que foi o ano passado, todos os outros
19 segmentos receberam esse pedido de renovação. Vamos fazer uma breve
20 apresentação, inclusive das pessoas, depois, que estão na lateral. Adriana,
21 diretora do CONAMA.

22
23
24 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Zilda
25 Veloso, diretora de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos do Ministério do
26 Meio Ambiente.

27
28
29 **A SRª. DANIELLY VASCONI CABRAL GODOI (DCONAMA)** – Danielly, agente
30 administrativo do CONAMA.

31
32
33 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DCONAMA/MMA)** – João Luís, eu
34 sou responsável pela Câmara Técnica dentro do Departamento de Apoio ao
35 CONAMA.

36
37
38 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Wanderley
39 Baptista, bom dia a todos. Representante da Confederação Nacional da Indústria
40 – CNI.

41
42
43 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Bom dia. Bernardo Souto pela
44 CNC.

45

46 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Carlos Bocuhy,
47 PROAM, representante nacional das entidades ambientalistas.

48

49

50 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
51 **(Apromac)** – Bom dia. Evangelina Vormittag, suplente da Apromac.

52

53

54 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHİ – TITULAR (MPF)** – Fátima
55 Borghi, Ministério Público Federal.

56

57

58 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (Ananma/SE)** – Bom
59 dia. Vitor Hugo, representante da ANAMMA Nacional.

60

61

62 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Renato
63 Brandão, diretor de Gestão de Resíduos da FEAM - Minas Gerais, representando
64 a Abema.

65

66

67 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Bom dia. André França,
68 representando a Abema.

69

70

71 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Bom dia. Daniel
72 Cobucci, representante do Ministério da Saúde, sou coordenador-geral de
73 vigilância em saúde ambiental.

74

75

76 **A SRª. FERNANDA XAVIER** – Meu nome é Fernanda, eu sou analista de
77 relações governamentais na (...). Relações governamentais. É um escritório de
78 consultoria política.

79

80

81 **O SR. GUSTAVO CARVALHO (CSN)** – Bom dia. Meu nome é Gustavo, eu sou
82 especialista em meio ambiente da CSN, Companhia Siderúrgica Nacional.

83

84

85 **A SRª. LUCILA MARIA TEIXEIRA CASELATO (Instituto Aço Brasil)** – Bom dia.
86 Lucila Caselato, do Instituto Aço Brasil.

87

88

89 **A SRª. PRISCILA ROCHA (FIESP)** – Bom dia. Priscila, sou especialista de meio
90 ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

91

92 **A SRª. VANESSA FELIX (IEMA)** – Bom dia. Vanessa (...) do IEMA do Espírito
93 Santo.

94

95

96 **O SR. GUSTAVO SOUZA (Ministério da Saúde)** – Bom dia. Gustavo, vigilância
97 ambiental em saúde, Ministério da Saúde.

98

99

100 **O SR. DIEGO PEREIRA (MMA)** – Bom dia. Meu nome é Diego Pereira, sou
101 analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Qualidade
102 Ambiental.

103

104

105 **A SRª. LUCIANA FERNANDES (PATRI - Políticas Públicas)** – Bom dia. Sou
106 Luciana Fernandes, trabalho na PATRI - Políticas Públicas, que é um escritório de
107 consultoria.

108

109

110 **A SRª. JÚLIA THOMSON (Umbelino Lôbo Assessoria e Consultoria)** – Bom
111 dia. Júlia, trabalho na Umbelino Lôbo Assessoria, também é um escritório de
112 consultoria.

113

114

115 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Então,
116 o primeiro ponto de pauta é essa da eleição de presidente e vice da Câmara e,
117 enfim, queria abrir para os membros da Câmara para ver... O único requisito
118 regimental é que seja Conselheiro quem queira apresentar o seu nome para fazer
119 o trabalho de presidente, ou mesmo de vice, da Câmara. O presidente tem que ser
120 Conselheiro, o vice não obrigatoriamente. Então, eu queria já abrir para possível
121 apresentação.

122

123

124 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O
125 Governo Federal se debruçou sobre... Essa Câmara Técnica é uma Câmara muito
126 importante para a área de meio ambiente e para o Governo Federal. E o Ministério
127 do Meio Ambiente oferece, através do meu nome, a continuidade de permanência
128 na presidência da Câmara Técnica.

129

130

131 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – A PROAM foi umas
132 das entidades proponentes dessa revisão da Resolução, e nós temos nos

133 debruçado nisso há cerca de dez anos, nós também temos interesse na vice-
134 presidência, no caso, apoiando a Doutora Zilda na presidência também.

135

136

137 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema.
138 Nós manifestamos interesse em nos candidatar a vice-presidência da Câmara, por
139 entender que podemos continuar contribuindo com os serviços dessa casa e com
140 as outras matérias que ainda virão a ser discutidas no próximo no próximo biênio,
141 e nesse sentido ofereço a minha candidatura.

142

143

144 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – André, faço um apelo
145 a você, que a gente faça uma composição aqui no sentido de que a presidência
146 seja do Governo, Governo Federal, que já representa, de certa forma, os
147 governos, e que a vice-presidência fique a cargo da sociedade civil, se você não
148 se importar, eu peço que você abra mão.

149

150

151 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – ...Posição, até mesmo
152 por termos recebido esse convite do Ministério do Meio Ambiente.

153

154

155 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Quem
156 mais?

157

158

159 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Me
160 permite perguntar, é uma eleição, mas eu me preocupei em ligar... O convite partiu
161 de onde?

162

163

164 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Em diálogos com o
165 Ministério do Meio Ambiente, essa proposição foi feita, e nós aceitamos,
166 entendendo que seria uma chapa, mas não sendo, a gente reafirma o interesse
167 em oferecer a candidatura.

168

169

170 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Então, o
171 Ministério do Meio Ambiente, em diálogo, convidou?

172

173

174 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Foi o
175 IBAMA. Foi o IBAMA.

176

177

178 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Não, não**
179 **é o IBAMA.**

180

181

182 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**
183 **Dra. Fátima, não é bem um convite, a gente, quando tem uma eleição, a gente se**
184 **articula entre os pares, para ver quem tem interesse na presidência, quem tem**
185 **interesse na vice-presidência. O IBAMA...**

186

187

188 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – É porque**
189 **é diferente de convite, é isso que me preocupou, senão não há necessidade de**
190 **eleição.**

191

192

193 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**
194 **é uma articulação, acho que foi uma sondagem feita, e...**

195

196

197 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – E sondou**
198 **também a sociedade civil, né? Com certeza.**

199

200

201 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**
202 **sondou os outros pares do Governo Estadual, não sondou a sociedade civil**
203 **objetivamente.**

204

205

206 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Está**
207 **certo.**

208

209

210 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA) – Eu**
211 **pergunto se mais alguém tem interesse em se manifestar, pelo que eu estou**
212 **entendendo a presidência não tem mais nenhum indicado. Ninguém está se**
213 **colocando como nome, e na vice-presidência tem duas entidades pleiteando.**
214 **Bocuhy e André.**

215

216

217 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**
218 **lembro aos senhores, eu até tinha conversado com o André, que a indicação tanto**
219 **para a presidência, quanto para vice-presidência ela é uma indico nominal, ela não**
220 **é do setor, ou seja, no caso de há um compromisso, no caso do presidente e do**
221 **vice-presidente, de estarem presentes a essa reunião. Eu tinha um presidente na**
222 **primeira fase, e na segunda fase houve, o Ministério da Saúde me cobriu em**

223 algumas reuniões, mas eu nunca recebi uma indicação formal do Ministério da
224 Saúde para ser o vice-presidente, e nós tivemos esse problema, eu não podia me
225 ausentar por trinta segundos da reunião, porque a reunião parava, eu não tinha
226 alguém para dar continuidade, às vezes, nós saímos para fazer uma negociação,
227 para atender um telefonema, e, aí, tinha que fazer um intervalo da reunião. Então,
228 há esse compromisso também, e ele não é institucional, naturalmente que o
229 Conselheiro representa uma instituição, mas, aqui, na Câmara Técnica, né,
230 Adriana? Você podia até esclarecer com mais propriedade a indicação é nominal.
231 Então, ou seja, não vai ser do PROAM, vai ser do Dr. Bocuhy, que representa o
232 PROAM no CONAMA.

233

234

235 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA) –**
236 Exatamente porque você tem o titular e os suplentes daquela vaga, mas para a
237 eleição de presidente e vice, o presidente é a pessoa que foi eleita, não é a
238 entidade, porque senão a entidade poderia substituí-lo em uma eventual
239 necessidade, só que essa substituição é feita pelo vice eleito pela Câmara. Então,
240 nós temos uma colocação, tradicionalmente o Ministério é Presidente das
241 Câmaras, até porque faz um trabalho mais operacional. Então, às vezes,
242 eventualmente o IBAMA ou o ICMBio, mas alguém das vinculadas, que tem por
243 tarefa institucional tocar as agendas que estão no CONAMA, e as matérias,
244 algumas são de autoria de entidades da sociedade civil, agora, em fauna nós
245 vamos estar com várias, por exemplo, que a autoria é da sociedade civil, agora
246 como tarefa institucional de fazer as políticas públicas relacionadas àqueles
247 assuntos é do Ministério ou das entidades vinculadas. E, isso, tradicionalmente,
248 faz com que a presidência das Câmaras seja do Ministério ou do IBAMA e ICMBio.
249 Pergunto se taria, então, por aclamação eleito o Ministério do Meio Ambiente, aí,
250 eleita a Zilda, como representante do MMA na Câmara Técnica. Ok. Então.

251

252

253 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORCHI – TITULAR (MPF) –** Agora,
254 eu queria só entender, e isso eu acho realmente possível, porque
255 operacionalizando a coisa, e está dentro do meio ambiente, a ponto de poder
256 caminhar. Agora, na Câmara, na substituição a história, nessas substituições
257 houve da sociedade civil, há um reciclamento de ideias, uma oxigenação de ideias
258 ou não?

259

260

261 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA) –** Sim.
262 Mas, por exemplo, já foi... O Bocuhy já foi vice-presidente dessa Câmara, e já
263 chegou a exercer isso em alguns momentos, eu me lembro disso. Outra...
264 Normalmente a sociedade civil foi vice em vários momentos, e em vários
265 momentos exerceu isso. A Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, ela é a única
266 que o presidente é o indicado pelo Ministro e pelo Regimento, mas o vice é da
267 CNA, e já exerceu várias vezes a presidência da CTAJ. Então, nós temos dois

268 candidatos à vice, Bocuhy e André França. Queria abrir, não necessariamente
269 para votação ainda, mas ainda alguma colocação anterior. Alguém gostaria de se
270 manifestar?

271

272

273 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – É óbvio que na
274 composição do CONAMA existe uma maioria de Governo, e quando os setores do
275 Governo se articulam numa mesma posição, no caso o IBAMA, o Ministério do
276 Meio Ambiente se Articulou com a ANAMMA, certamente num processo eletivo a
277 sociedade civil não tem chance de votos. Então, eu entendo que, na verdade, se
278 for para votação, a sociedade civil vai perder. Esse desequilíbrio é um
279 desequilíbrio que um dia será corrigido, talvez não agora, mas vai demorar talvez
280 dez, quinze, não sei quantos anos, para a gente conseguir uma paridade no
281 CONAMA, isso tende a acontecer, mas não vai ser uma coisa do curto prazo, até
282 mesmo porque não faz sentido você ter um Conselho com maioria de Governo. E,
283 então, o que eu tenho a dizer é que enquanto sociedade civil, eu lamento porque
284 toda a situação em que Governo se articular com Governo, de alguma forma, ou
285 municipal, ou estadual, a sociedade civil certamente fica sem chance de votos
286 para ser eleita. Então, reconhecendo a minha pouca possibilidade de ser eleito
287 pelos votos, eu faço um apelo ao André, mais uma vez, convidando você, André,
288 como Ministério do Meio Ambiente convidou, para que você abra mão para a
289 representação da sociedade civil, não representa politicamente muita coisa, mas
290 representa para nós um ato simbólico no sentido de que a participação da
291 sociedade se dá num âmbito mais expressivo. Então, eu faria esse apelo, porque
292 você sabe que isso não muda direcionamento, não muda voto, não muda nada, é
293 mais uma questão mesmo de se delegar uma participação com representação da
294 sociedade civil.

295

296

297 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Bem, como já foi
298 colocado, a sociedade civil já foi eleita várias vezes para a vice-presidência, então
299 eu vejo de forma diferente que a sociedade civil não tem chance nos pleitos, mas
300 nesse momento, nesse dia, nós manteremos a nossa candidatura, Dr. Bocuhy.

301

302

303 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Então,
304 enfim, diante desse silêncio, eu acho que tem passar à votação, ok? Começando
305 por ali. Me esqueci, Liciano, você que é a Liciano, que vem pela?

306

307

308 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Liciano, CNM.

309

310

311 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Tá.
312 Então, eu queria começar a votação.

313

314

315 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Perdão pelo atraso.
316 Eu gostaria de saber quem está para a votação.

317

318 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – É o
319 André pelo Governo do Rio de Janeiro, e pela Abema, enfim, pelo Governo do Rio,
320 porque a Abema representando os Estados, né? E o Bocuhy pela sociedade civil,
321 pelo PROAM. Não, a APROMAC.

322

323

324 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Aqui, na verdade...
325 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

326

327

328 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Então,
329 simplificando, Liciano, tudo de novo. O André Rio de Janeiro, mas numa questão
330 maior por todos os Estados, a Abema, e o Bocuhy, pela sociedade civil, nesse
331 momento, é uma entidade chamada CESBRA.

332

333

334 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – São só os dois.

335

336

337 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Os
338 dois para vice- presidência.

339

340

341 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Tá bom. CESBRA e
342 Abema.

343

344

345 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** –
346 Liciano, você começa a tua primeira reunião, né? Pronto, primeiro voto primeira
347 reunião. Já te coloquei no fogo de cara. Está certo.

348

349

350 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Eu gostaria de esperar
351 um pouquinho, e ser a última a votar. Pode ser? Começar por ali.

352

353

354 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Está
355 bem. Claro, claro, claro. Vitor. Claro. *(Risos!)*. Depois que eu olhei para você é que
356 eu me dei conta que fiz isso.

357

358

359 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (Ananma/SE)** – Eu voto
360 no André. Vitor Hugo da ANANMA. André.

361

362

363 **A SRª.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** –
364 Renato.

365

366

367 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Renato
368 Brandão. Meu voto é para o André.

369

370

371 **A SRª.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Ok.
372 André.

373

374

375 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu voto na nossa
376 candidatura.

377

378

379 **A SRª.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Ok.
380 Daniel, Ministério da Saúde.

381

382

383 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Também sou
384 favorável ao André França.

385

386

387 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Zilda,
388 Ministério do Meio Ambiente. O meu voto é para a Abema, para o André.

389

390

391 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – SUPLENTE (CNI)** – Wanderley,
392 CNI. Voto no André França, representante da Abema.

393

394

395 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Bernardo Souto, pela CNC. O
396 meu voto vai para o André.

397

398

399 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Carlos Bocuhy,
400 PROAM. Voto na sociedade civil.

401

402

403 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
404 **(Apromac)** – Evangelina da Apromac. Eu voto na sociedade civil.

405

406

407 **A SRª. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Oi. Eu voto na Abema.

408

409

410 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Está
411 eleito o André como vice-presidente da Câmara.

412

413

414 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria usar esse
415 pequeno demonstrativo para demonstrar a falta de paridade, a falta de equilíbrio
416 de forças nesse Conselho, quando o Estado, municípios e Governo Federal se
417 articulam não há nenhuma chance para a sociedade civil de colocar as suas
418 posições no sentido de conseguir o equilíbrio de forças. Isso em muitas situações
419 pode fazer uma grande diferença no processo decisório. Então, eu gostaria de
420 chamar atenção para essa perda de qualidade democrática que o Conselho tem,
421 na medida em que os Governos têm uma maioria de representação. Obrigado.

422

423

424 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
425 Obrigada aos senhores pela confiança depositada. Então, eu reassumo os
426 trabalhos na presidência da Câmara Técnica, com o André como vice, eu queria
427 agradecer manifestação, e dizer que não resolve, Bocuhy, eu entendo as suas
428 colocações, eu sempre participo, eu tenho participado de todas as plenárias desde
429 que sou Conselheira, em 2013, mas acompanho o CONAMA desde 88. Eu acho
430 que houve uma evolução de participação da sociedade civil, talvez ainda não
431 desejável quanto os representantes gostariam ou quanto seria desejado por
432 alguns setores. Mas, eu acho que para resolver, talvez, esse impasse que você
433 vem, junto com os seus colegas que representam a sociedade civil,
434 sistematicamente colocando, eu acredito que mais do que uma mudança do
435 Regimento, nós teríamos que mudar realmente a regulamentação da composição
436 do CONAMA, é o Decreto que rege isso. Mas, aí, é um passo de negociação,
437 negociação política, para que isso seja em algum momento revisto. Mas, eu
438 entendo, e essa Câmara Técnica tem tentado ao longo desses últimos anos, não
439 desde que eu estou na presidência, mas eu acho que o Márcio Freitas, antes de
440 mim, fez um excelente papel aqui à frente da Câmara Técnica, claro que
441 representando o Governo, mas eu acho que ele fez um papel relevante, teve um
442 papel relevante, e a gente tem procurado promover o debate, não é atoa que essa
443 Resolução já vai para o quarto ano que está em debate, e para seis anos desde a
444 sua proposição, ou mais? Seis ou sete anos, sete anos. Seis anos.

445

446

447 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Oito anos, desde a
448 primeira. Oito anos.

449

450

451 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É,
452 então, oito anos que já está em debate. Então, vamos ver se a gente consegue,
453 hoje, e na próxima reunião, tentar concluir esse processo da melhor forma
454 possível, que sinalize para todos, para a sociedade, para os governos estaduais e
455 municipais, o desejo desse Conselho de promover a revisão dos padrões de
456 qualidade do ar, dando uma visão de futuro para o tema. Eu acho que não vai ser
457 uma tarefa fácil, aliás, eu não tenho pego tarefas fáceis aqui à frente da
458 presidência. Não estou querendo dourar a pílula, nem amenizar o meu trabalho,
459 mas não tenho tido tarefas muito fáceis aqui na negociação de alguns assuntos.
460 Então, sendo assim, eu não sei se o André quer falar alguma coisa como vice-
461 presidente? Gostaria?

462

463

464 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França.
465 Rapidamente agradecer pela confiança depositada, reafirmar o nosso
466 compromisso em contribuir para os trabalhos dessa Câmara de forma a torná-la
467 ainda mais produtiva, já é uma Câmara produtiva, mas viemos com um ânimo
468 redobrado para torna-la ainda mais produtiva e trazer para o debate os temas de
469 interesse da sociedade, visando a melhoria da qualidade ambiental e a melhoria
470 da gestão dos resíduos, que são temas de grande importância e desafios enormes
471 que a gente tem pela frente. Então, e isso, Doutor Bocuhy, a gente faz no debate,
472 buscando sempre que possível o consenso, porque eu estou certo de que na
473 maioria das vezes, por mais que a gente possa ver as questões de forma
474 diferente, a gente quer o mesmo resultado, a gente quer a melhoria da qualidade
475 ambiental, nós queremos que os resíduos sejam gerenciados de forma mais
476 eficazes, gerando resultados mais efetivos, e nesse sentido eu queria estender
477 para que a partir de agora a gente tivesse unidade e o respeito mútuo que a gente
478 sempre teve, e transformar essa determinação que ambos temos em resultado,
479 resultado para essa Câmara e resultado para todos aqueles que são atingidos
480 pelas resoluções que são editadas aqui. Obrigado.

481

482

483 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
484 Obrigada, André. Como próximo ponto de pauta, o Item 3, nós temos a aprovação
485 da transcrição da 26^a Reunião desta Câmara Técnica, que ocorreu 25 e 26 de
486 outubro. Pergunto aos senhores Conselheiros se há alguma alteração a ser
487 proposta ao texto.

488

489

490 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Dois pontos muito
491 simples, na linha 823 e na linha 883. Na linha 823, eu dava os exemplos dos

492 fornos de vidro que estão sendo reconstruídas, aí saiu formas de vida, e ficou uma
493 frase bastante estranha. Então, onde se lê formas de vida é fornos de vidro, é,
494 porque na fala eu estava dando o exemplo de ações e de melhoria do controle da
495 poluição que já estavam em curso, e na linha 883, quando falamos redução pela
496 Resolução 0390 saiu redução pela Resolução 03%, aí parecia que era um valor
497 que a gente estava colocando, os outros pontos são menores, e não interferem
498 tanto na interpretação. É 0390, é que saiu 03%, parecia que a gente estava
499 propondo uma redução de 03%, e não era isso, a gente estava citando a
500 Resolução, só esses dois.

501

502

503 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
504 **Algun Conselheiro. Obrigado, André. Algun Conselheiro mais tem alguma**
505 **sugestão, alteração ao texto da transcrição? E em não tendo nenhuma**
506 **manifestação, pergunto aos senhores, posso considerar aprovada a transcrição da**
507 **26^a Reunião? Então, está aprovada a transcrição da 26^a Reunião. Começamos**
508 **pela ordem do dia, e o único ponto de pauta, eu vou passar a palavra para a**
509 **Adriana antes de entrar propriamente dito.**

510

511

512 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA) –** Eu me
513 lembro que eu estive no final da reunião dessa Câmara, os técnicos que
514 acompanham me falaram, que realmente essa Câmara fez todo um planejamento
515 com datas do final do ano passado para cá, para recebimento de contribuições, e
516 essa reunião já estava marcada desde o ano passado. Então, eu inicio pedindo
517 desculpas a todo mundo, porque realmente o DCONAMA teve uma falha, a
518 Evangelina acabou de observar que os documentos que foram recebidos não
519 foram disponibilizados no site. O que acontece? Qualquer coisa que eu diga aqui
520 justifica, mas não resolve, explica, mas não justifica, enfim. Foram momentos de
521 férias, troca de responsável pela Câmara Técnica, e não havia propostas
522 objetivas. Então, dos e-mails trocados, o que eu me lembro que foi pontuado com
523 a Zilda, é que não tinha, a não ser a da Abema, propostas concretas e objetivas.
524 Agora tudo isso não justifica que eram documentos para essa reunião, e eles
525 tinham que estar disponibilizados junto com a pauta. Então, faço já a observação,
526 pedindo desculpas e dizendo que isso vai estar corrigido, agora, pela manhã, a
527 gente já pediu isso. E realmente sei que eram documentos que subsidiariam
528 qualquer discussão dessas. Então, aqui, em nome do DCONAMA, a gente já
529 esclarece e pede desculpas.

530

531

532 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
533 queria fazer uma proposição para tentar amenizar um pouco essa falha nossa. É
534 pedir tanto a Abema quanto a sociedade civil, a Evangelina, que faça uma
535 apresentação do material que foi enviado, Evangelina montou algumas tabelas
536 comparativas, que eu acho que são interessantes para a gente iniciar os debates.

537 E a Abema... Oi? Eu acho melhor. Eu tinha... Por e-mail. Eu tenho por e-mail, se
538 for o caso, pega no e-mail, consegue pegar? E faz uma pausa. Vamos fazer um
539 pequena pausa para ele buscar o material, e a gente faz, eu sugiro que a gente
540 inicie os trabalhos de hoje com a apresentação da Evangelina, e depois a da
541 Abema. Bom dia. E a da Abema, inclusive para a gente esquentar os debates.

542

543

544 *(Pausa).*

545

546

547 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
548 Vamos retomar? João, coloca lá na tela. Qual que é? MPF, qualidade do ar, é o
549 último arquivo. Isso. E o resto depois tu me dá, é o meu pen drive. Então vamos
550 retomar. Depois é São Paulo que vai fazer a apresentação pela Abema, em
551 relação ao material que foi enviado. A hora que vocês estavam entrando, Cláudio
552 e Jesuíno, houve uma falha nossa aqui e, nós não colocamos, não
553 disponibilizamos o material que foi enviado tanto pela sociedade civil, quanto pela
554 Abema, por vocês, no site. Então, a minha sugestão é de que a gente faça uma
555 apresentação do que foi enviado para que todos se apropriem desse tema. Então,
556 nós vamos começar pela Evangelina. Pode começar.

557

558

559 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
560 **(Apromac) –** É o seguinte, eu resolvi fazer uma em uma planilha, colocar os
561 padrões de qualidade do ar que existem no mundo, em vários países, porque a
562 gente sempre está falando: mas o Brasil, os outros, não sei o quê. Então, eu fiz
563 esse trabalho de levantar em vários países, inclusive Índia e China, para a gente
564 ter uma ideia de como ocorre isso no mundo. E também fiz em relação aos
565 episódios críticos de poluição do ar, na verdade, eu fiz principalmente por causa
566 de episódios críticos, porque os episódios críticos, eles me trazem um desconforto
567 muito grande, porque eu acho muito alto o que está sendo proposto e, aí, eu fui
568 olhar o que tem sido feito em relação a isso, e fiz algumas descobertas que eu vou
569 passar para vocês. A intenção é mostrar e embasar essa discussão nossa. Então,
570 em relação aos padrões de qualidade do ar. Eu queria botar um pouquinho mais
571 para a esquerda, dá para botar para a esquerda para ver o... Aqui? Ah tá. Então,
572 aqui estão os países, Brasil, Estados Unidos, o EPA, a instituição, legislação. Oi?
573 Aumentar? Aqui.

574

575

576 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Nem
577 que a gente veja por partes.

578

579

580 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
581 **(Apromac) –** Mas, eu vou passar por tudo, se vocês forem seguindo. Dá para ver

582 agora? Bom, eu vou falar esse primeiro, e daí eu aumento depois. Então, aqui a
583 gente tem da OMS, então o País, a instituição, então OMS. O Brasil dividido em
584 CONAMA, a Resolução 390, o Decreto de São Paulo, os Estados Unidos e o
585 órgão EPA, a Europa e o EEA. França, Alemanha, Inglaterra, Londres, Canadá,
586 Índia, África do Sul e China. Na verdade, ficaram faltando, depois, devia ter posto
587 mais da América do Sul, mas não pus. Aí, o da OMS, em relação ao MP2,5, agora
588 eu posso aumentar um pouco. Não dá para jogar para lá? Bom, o MP2,5 da OMS
589 24 horas é 25, eu não vou falar a unidade, tá? 25, o anual dez. No CONAMA não
590 tem o MP2,5 da Resolução 03. E em São Paulo a gente tem a meta intermediária
591 1,60, e o anual 20. O EPA, Estados Unidos adota 35 para 24 horas, e o anual
592 primário 12, e secundário 15, é o mais próximo da Organização Mundial de Saúde,
593 de todos os países. A Europa e os países da Europa, eles não adotam 24 horas
594 para PM2.5, não sei por que, eu não sei se vocês sabem. Porque eu não sei.
595 Curioso, depois você fala? E eles adotam, então, só o anual. O anual seria 25, que
596 é até maior do que a Meta Intermediária 1 da CETESB. O Canadá adota 30 para
597 24 horas, não adota o anual. A Índia 60 e 40. E a China 35 e 75, 24 horas, e 15 e
598 35. Aqui é bem interessante, eu não esperava. *(Intervenção fora do microfone.*
599 *Inaudível)*. Eu também não sei explicar, porque estava em chinês, a gente teve a
600 maior dificuldade *(Risos!)*. A gente conseguiu traduzir só isso, não deu para
601 entender o que seria o nível, talvez seja o primário e secundário, não sei. Aí o
602 MP10, na OMS é 50 e 20. No Brasil, o CONAMA 150 e 50. O São Paulo 120 e 40.
603 Os Estados Unidos é 150, mas não excederam mais que uma vez por ano por três
604 anos. Eu não encontrei no Decreto essa observação, procurei bastante, mas
605 posso ter sido falha e não ter encontrado. No CONAMA, eu encontrei que não
606 pode ser mais que uma vez por ano, aqui também, mas eu não encontrei no
607 Decreto, eu não sei como é. Na França, aí ela tem 24 horas, é 50, não exceder
608 mais que 35. 50, 50, os três, Alemanha, Londres, todos 50. A Índia 100. A África
609 do Sul 75, e China 50 e 35. Então, a gente observa o quê? Que, aqui, o Brasil é
610 hoje como é os Estados Unidos, ele segue o EPA, a CETESB também. Mas os
611 países, esses outros todos já estão, tem níveis inferiores, com exceção da Índia
612 que tem 100, mas ainda é inferior ao nosso. Aqui, o que nós temos, que é o
613 Decreto, ele é melhor que, inclusive Europa, e Índia, e não Estados Unidos, é o
614 contrário. Em relação ao anual, aqui nós temos OMS 20.

615

616

617 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
618 Evangelina, o Decreto que você fala é a legislação deles lá.

619

620

621 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
622 **(Apromac) – Não, é Decreto de São Paulo.**

623

624

625 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
626 não estava entendendo que Decreto que era.

627

628

629 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
630 **(Apramac)** – É o Decreto 59...

631

632

633 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – É o de
634 São Paulo.

635

636

637 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá. É
638 o 59.113. Entendi.

639

640

641 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
642 **(Apramac)** – Aí o CONAMA, aqui Mas, aqui é 50, a CETESB, então, o Decreto
643 40, que se iguala aos países da Europa. Veja, eles... É interessante que os países
644 europeus e Estados Unidos, eles invertem em relação ao PM2.5, e tem valores
645 maiores ou menores, não é muito congruente, assim, no todo, né? Olhando o
646 todo. Aqui na Índia é 100. Canadá não tem MP10. Eu também não achei, não
647 encontrei. A Índia 100 e 60, a África do Sul 75 e 40, e a China, nível 1 40, e 70. O
648 ozônio, uma hora nós temos só a Resolução CONAMA, de todos os países, a
649 Índia, a África do Sul e a China. O resto já adotou 8h, que é o caso do Decreto
650 Estadual de São Paulo, e aqui são menores, são valores menores ainda para o
651 Decreto. O que eu acho que, assim, na minha avaliação, é importante a gente ver
652 isso como um todo e perceber que com exceção aqui, praticamente, eles se
653 igualam aos países europeus, e os Estados Unidos não tem o anual, aqui se
654 igualam aos Estados Unidos e, aí, depois, quando falar o episódio crítico, eu vou
655 falar do que eu percebi em relação aos Estados Unidos. E, aqui, a gente tem o
656 MP2,5, que sem dúvida nenhuma tem que entrar agora nessa revisão. E, enfim,
657 então, aqui? É alto, mas é que aqui, assim, o que eles alegam, a CETESB e tal, é
658 que eles seguem o EPA, essa é a questão, quer dizer, é uma referência, não se
659 pode discutir. O EPA adota... Mas está longe. Então, e aqui a Europa adota 50. Eu
660 acho que isso daqui pode nos inspirar a pelo menos, porque é como eu falo, como
661 eu tenho dito, o início da mudança da revisão da resolução, o próximo padrão e o
662 segundo são os mais críticos, porque são os mais altos mesmo, depois já não é
663 tanto um problema, Então, a maior necessidade do ponto de vista de saúde, para
664 buscar a diminuição da emissão é o início. Então, realmente, a gente sair com
665 uma diminuição. Em relação aos episódios críticos, isso também tem no site do
666 Instituto, se vocês quiserem pegar, já está publicado. Em relação aos episódios
667 críticos é bem interessante o seguinte, aqui eu botei: atenção, alerta, emergência,
668 CONAMA, o Decreto de São Paulo, Estados Unidos, Europa, França, Alemanha,
669 Inglaterra, Canadá e tal. Ninguém tem. Eu já falo dos Estados Unidos, quem tem
670 de fato somos nós, e a França tem que, é até que eu referi, que são esses
671 padrões para MP10, para MP2,5 não tem, que é 50 e 80, e a Alemanha tem

672 também para ozônio, e a França tem, só que a França tem para o ozônio, mas é
673 uma hora. E aqui é 180 e 240 para ozônio. Os Estados Unidos, ele tem e,
674 inclusive, o Carlos da CETESB enviou esse documento, que até é o que eu pus aí,
675 se você puder pôr, por favor. O outro arquivo que eu pus aí, chama, acho que é
676 episódio crítico. É, critérios para episódio crítico. Esse é o documento que ele
677 enviou que é a referência do que ele adota como episódio crítico, né? A CETESB.
678 E isso é uma Lei, em um CFR, é uma lei, e aqui, ele enviou o apêndice, a parte
679 51, apêndice L, e aqui ele fala dos episódios, os critérios, o emergência, o alerta, e
680 ele mostra justamente os níveis que a CETESB sugere. Então, se baseia nisso, e
681 que agora na revisão, no Decreto não foi alterado do que era no CONAMA. De
682 novo, aqui, esse 420, a CETESB, acho que não mostra, se não me engano ela já
683 mostra direto esse valor de 500, o de emergência. Aí, eu fiz o seguinte, eu escrevi
684 para o EPA, por quê? O EPA, ele tem duas coisas, uma é a Lei, que é essa aqui
685 que está escrita, que foi enviada para a CETESB, para o MMA, que todo mundo
686 estava em cópia. Mas, ele tem também o índice de qualidade do ar. O índice de
687 qualidade do ar é o índice que tem a cor, que se baseia a CETESB. E lá nos
688 Estados Unidos, eles têm uma comunicação muito próxima da população para
689 falar do índice de qualidade do ar. O que os Estados Unidos resolveu fazer foi o
690 seguinte: eles lançaram o índice, mas eles têm um documento, uma brochura, um
691 site muito *friendly*, é muito amigável, é comunicativo, tem alerta e tal. E, aí, eles já,
692 em cada cor, eles já colocam claramente o que aquela cor significa como malefício
693 para a saúde. O que a aqui no Brasil a gente não faz, a gente só faz, a CETESB
694 fala, ar, qualidade do ar boa, qualidade do ar moderada, qualidade do ar ruim.
695 Mas, ela não explicitamente, na comunicação imediata, ela fala o que aquilo
696 significa para saúde. Os Estados Unidos fala, então ele já fala assim, ele não fala
697 moderado, ele fala ruim, ou rasados, ele já fala a palavra em relação à saúde.
698 Então, isso já traz um impacto diferente e, aí, ele fala que em relação, na tradução
699 ele já fala, por exemplo, o amarelo, que é o segundo, que no caso no Brasil seria
700 moderado, lá ele fala que aquele valor, aquela cor, aquele índice de qualidade do
701 ar já tem um efeito ruim para a saúde e para a população de risco, por exemplo. E,
702 aí, ele alerta a população de risco, aquela população que interessa para aquele
703 valor, ele alerta sobre o problema. Então, ele não tem um índice que ele coloca de
704 repente como faz a França, que coloca no rádio, proíbe, não, ele já, naquele alerta
705 ele já vai alertando as pessoas, ela já têm essa orientação. Essa é a diferença. E,
706 aí, eu resolvi escrever para o EPA, e eu fiz a seguinte pergunta para eles: porque
707 que vocês não têm o episódio crítico dentro do índice de qualidade do ar? Que é o
708 que vocês comunicam à população. Porque o que tem na lei a população não tem
709 acesso. Aí, ela me respondeu, que é o outro documento, ela me respondeu o
710 seguinte. Ela respondeu que os índices de qualidade do ar na lei dos Estados
711 Unidos, eles eram muito defasados. E que, então, elas não utilizavam esses
712 índices de qualidade do ar, embora, esteja escrito na lei, porque eu mandei o
713 documento que a CETESB mandou para ela ver a referência. E, aí, inclusive ela
714 me deu uma outra referência que é do mesmo documento, da mesma lei, só que
715 não o apêndice, aí ela me deu uma outra parte dessa lei para ver os episódios
716 críticos, não do apêndice, que, daí, eu até vou mostrar para vocês. E explicou

717 isso, e disse o seguinte, que nos Estados Unidos nem se chega a falar, nunca se
718 chega a esse nível, porque é muito alto mesmo, porque eles não usam isso, está
719 defasado e que está sob revisão. Dito isso. Então, já sabendo e tendo
720 conhecimento de que é um episódio crítico muito alto, e tendo conhecimento do
721 que aquilo que realmente faz mal para a saúde, de nós pensarmos em reduzir o
722 nível do episódio crítico ou até fazer o que os Estados Unidos está fazendo, não
723 ter um episódio crítico, ou todos esses outros países estão fazendo, não terem, a
724 minha proposta é até talvez retirar da revisão os episódios críticos, e usar de uma
725 comunicação, que daí não é uma discussão aqui, mas a CETESB já está a
726 caminho disso, já adota o índice de qualidade do ar, e depois essa comunicação
727 da população poder ficar mais clara. Você quer pôr, por favor. Porque, assim,
728 nenhum País adota, a não ser a França, por isso que quando eu sugeri o episódio
729 crítico de poluição, eu sugeri do único país que eu encontrei, que eu acho super
730 coerente, que é o 50, ele já entende que o 50, se ultrapassar, que é o nível da... O
731 que é proposto pela Organização Mundial da Saúde, e a população já tem efeito,
732 ainda que só a população de risco, e os 90 porque ela considera que é um valor
733 muito mais alto. É um que está em Word. Esse é o nome da pessoa que
734 respondeu, essa é a resposta dela. Então, aí, ela responde. *(trecho em inglês)*.
735 Então, eles não são utilizados para efeito de comunicação. Aí ela manda esse *link*,
736 e eu consigo entrar no *link*? Aqui ela reproduz até, só para... No caso da CETESB,
737 eu vou entrar aqui, na verdade, em relação aos episódios críticos, eu entendo que
738 o que o Ministério Público propôs, que eu propus, realmente ele não cabe, porque
739 nós vamos ter metas intermediárias e, aí, teria que ter um episódio crítica baseado
740 naquele meta do momento. A minha sugestão, hoje, explicando isso para vocês, é
741 retirar a parte de episódios críticos do documento, e informar, e ter um... Como já
742 tem, o que nós colocamos na comunicação, que seja amplamente comunicado à
743 população. Ele não entrou, né? Bom, esse *link*, eu vou deixar à disposição. Esse
744 *link*, ele abre a Lei, que é essa Lei que, inclusive a CETESB usou o apêndice, só
745 que ela usa uma outra... Um outro parágrafo, e o parágrafo que ela utiliza para
746 determinação, que ela mostra, que são os níveis ruins, ela descreve aqui, e que
747 depois entrando no documento a gente pode ver, é a mesma coisa, só que o deles
748 está no apêndice, e esse já está direto na Lei. Então, é isso que eu queria
749 apresentar para contribuir na discussão.

750

751

752 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Eu
753 queria reafirmar, então, à luz disso tudo, você acha que não tem que ter os
754 episódios críticos, mas tem que ter essa outra afirmação. Fala de novo para ficar
755 claro.

756

757

758 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
759 **(Apromac)** – Diante dessa pesquisa e encontrando o episódio crítica apenas para
760 a França, e para os Estados Unidos ter sido dito que os valores estão muito altos
761 e em revisão, nos Estados Unidos que eles não adotam isso para fins de

762 comunicação à população, e salvaguarda da população e, sim, o índice de
763 qualidade do ar, eu sugiro que nós não tenhamos no texto um... Uma sugestão de
764 episódio crítico, já que a revisão ela vai provavelmente sugerir metas
765 intermediárias, e os episódios críticos teriam que estar relacionados a essas
766 metas. Ok?

767

768

769 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** –
770 Alguém tem questionamentos, queria comentar alguma coisa sobre a
771 apresentação feita pela Evangelina? Rocca?

772

773

774 **O SR. ALFREDO CARLOS CARDOSO ROCCA (Cetesb)** –Eu queria passar a
775 palavra para o Cláudio Alonso.

776

777

778 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** –
779 Cláudio Alonso, confundi aqui.

780

781

782 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (CETESB)** – Alô! Eu queria fazer alguns
783 comentários sobre o que foi dito, eu tenho uma... É que a gente não conseguiu. Eu
784 tenho uma tabela que os números são maiores, mas, tudo bem, eu vou fazer um
785 comentário geral sobre os padrões do mundo. Nós demos destaque aos Estados
786 Unidos, a União Europeia, que é tudo igual, e ao da OMS, o destaque que eu
787 daria é o seguinte, os Estados Unidos, a exceção dos 2,5, ele tem valores mais
788 altos que a gente, a União Europeia tem valores mais baixos que a nossa primeira
789 meta, valores mais baixos que a nossa primeira meta. No entanto, eles têm uma
790 prática diferente da gente. Qual é a prática europeia? Eles dão valores
791 extremamente baixos, e não é dessa Resolução, a anterior também tem, eles dão
792 uns valores relativamente baixos e permite que se ultrapasse de 10 a 20% por ano
793 do valor de referência, sem no, entanto, é dar o valor limite, ou seja, por exemplo,
794 pegar um aqui, MP10, que para ele é 50, que é igual ao da OMS, pode ultrapassar
795 35 vezes ao ano segundo a legislação deles, só que eles não têm limite máximo,
796 se o 50 der 2.500 está dentro. É claro que isso não acontece, é claro que não
797 acontece, mas não tem limite máximo. Então, é uma forma diferente de verificar o
798 próprio padrão. A nossa qual é? É zero, não pode, não pode passar, só que nós
799 temos uma gradação para chegar ao limite final. Então essa é a grande diferença
800 do padrão deles para o nosso. Porque eles não aceitam... Porque eles não
801 adotam o 2,5? Existe um conjunto de argumentos para isso. A gente mede em
802 São Paulo 2,5 desde a década de 80.

803

804

805 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
806 **(Apromac)** – Quem não adota?

807

808

809 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (CETESB)** – A União Europeia, no 2,5, ele
810 não adota. Não. Não adota.

811

812

813 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Por
814 gentileza, Evangelina, usa sempre o microfone, que a reunião está sendo gravada.

815

816

817 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
818 **(Apromac)** – De 24 horas? Tá.

819

820

821 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (CETESB)** – Não adota. A gente mede em
822 São Paulo, desde 80, desde a década de 80, e a gente verifica o seguinte, que
823 dependendo do lugar onde se mede, a relação PM10 e PM2,5 altera. A própria
824 Organização Mundial da Saúde, ao propor esse padrão, ela propõe, eu tenho a
825 documentação aqui, ela propõe o seguinte, dependendo da sua relação, você
826 adota um padrão diferenciado, por isso que a União Europeia não adota. Existe
827 razão para isso. Outra coisa, quando se fala com o particulado tem que tomar
828 muito, muito, muito, muito cuidado, exemplo, quem mora na praia sabe muito bem
829 que o mar... Eu vou dar um exemplo simples real, sabe que o (...) estorna na
830 praia, sai uma névoa, que os bobinho chamam de (...), então essa névoa seca, ele
831 já é, em princípio, partícula muito fino, quando ela seca sobe um cristalzinho de
832 nada, é mais fino ainda, na hora que você respira, aí, para você entender de tudo
833 isso, na hora que você respira, você tem uma curva interna, está certo? Que é
834 como se você pegasse a partícula e jogasse em um carro que fizesse uma curva,
835 ela tende a sair pela tangente, resultado, ela bate profundamente... Com bastante
836 intensidade no muco, e você não respira, você engole. Quando é algum tipo de
837 partícula não tem muita importância, eu vou... A não ser que eu tenha pressão
838 alta, mas a quantidade é tão baixa que cloreto de sódio não faz mal para ninguém.
839 Ou seja, tem toda uma explicação do comportamento da partícula 2,5, por isso
840 que os Estados Unidos deixa lá em cima, ele nem coloca lá em baixo, apenas o
841 de... O de... O de... Como é esse aqui, meu Deus, o anual. Então, tem toda uma
842 explicação. Nós temos um trabalho que é muito interessante, é complicado falar
843 de particulado, assim, de supetão. Nós fizemos uma medição, uma campanha
844 imensa comparando as partículas de São Paulo com as partículas de Cubatão, as
845 partículas de Cubatão são muito mais, a quantidade é muito maior, só que é uma
846 partícula mineral, ela vem de fábrica de gesso, fábrica de fertilizante, cozipa, tem
847 emissão orgânica? Tem, mas a grande emissão é inorgânica, sabe o que
848 acontece? A partícula de São Paulo, que é muito menor quantidade, é muito
849 menor a quantidade, é muito mais cancerígena, os testes dão muito mais forte em
850 São Paulo do que Cubatão, que tem uma quantidade maior. Então falar de
851 partícula precisa tomar muito cuidado, até porque por todas essas características,

852 o seu controle é muito difícil. O que a gente propõe é: uma, primeira etapa como
853 propõe a OMS, só que a até mais rígida, a OMS propõe 150, e a gente propõe
854 120. Os Estados Unidos acompanham. Agora, outra coisa, Evangelina, precisa
855 está bem informada para falar algumas coisas, vocês não vão conseguir ver aí,
856 mas vocês vão ver que isso aqui é tudo colorido. São Paulo divulga isso. Divulga,
857 inclusive nos postes de rua. Nesta divulgação, eu não sabia que ia ser essa
858 apresentação, mas depois quem quiser ver que veja, isso aqui está na Lei, por
859 exemplo, moderada que é a primeira etapa além, do lado tem o seguinte, você
860 disse que não tem. Tem. Pessoas de grupo sensíveis, crianças, idosos, e etc., e
861 etc., pode apresentar sintomas de tosse seca e cansaço, ou seja, a cada nível que
862 a gente coloca, a gente dá a explicação? Sim. O problema é de divulgar, a gente
863 divulga muito bem, a gente divulga em uma coisa chamada (...), que em
864 determinado momento eu vou colocar aqui, quando a gente verificar o que
865 significa um episódio, a gente divulga na rua, através de milhares de postes que
866 tem por lá, que inclusive tem a cor associada, a gente tem dois sites, que as
867 pessoas podem... App que chama, né? Podem acessar diretamente os que estão
868 interessados, agora mais que isso, só se forem na casa do sujeito e falar, olha, é
869 tanto, ou seja, o nível de divulgação em São Paulo é muito alto. Agora, isso é
870 caro. Isso é caro. Precisa ter dinheiro para fazer isso. Então, são essas
871 observações que eu faço, principalmente. Finalmente... A CETESB, na verdade, o
872 Governo do Estado de São Paulo, e depois os Estados também, o Espírito Santo
873 também fez a sua lição de casa, e os estados também seguiram, ao adotar os
874 níveis críticos, a proposição básica é a proposição da OMS, a proposição básica é
875 rigorosamente a proposição da OMS, segundo, os níveis críticos não são de São
876 Paulo, que eu copiei não, os níveis críticos estão na CONAMA nº 03 de 28 de
877 junho de 1990, que dão exatamente esses valores, tá? E como não há nenhuma
878 evidência que outra coisa possa substituir isso, nós mantivemos o mesmo, porque
879 um nível de emergência é, antes de mais nada, é isso que precisa ficar claro o que
880 é o nível de emergência, é quando você tem concentração tais que causam risco
881 eminente a população, risco eminente é risco imediato, não é risco a longo prazo.
882 Isso é um episódio, que os próprios Estados Unidos, está todo mundo largando
883 isso, porque ninguém está mais atingindo valores desse porte. Muito obrigado.
884 Quem quiser ver os “coloridinhos”, está aqui.

885

886

887 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Zilda, eu gostaria de
888 pedir uma complementação rápida.

889

890

891 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
892 tenho inscrições aqui, Evangelina, e inscrevo você, André. Evangelina, por favor.

893

894

895 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
896 **(Apromac)** – Quando eu expliquei, eu disse que a CETESB adota o índice de

897 qualidade de ar, o que eu disse é que ela não adota o termo específico em termos
898 de saúde, que é o que o Estados Unidos adota. Se não se falar como
899 comunicação o que significa aquele índice diretamente, a pessoa tem que entrar
900 no site, tem que olhar, lá nos Estados Unidos a comunicação é muito mais ampla
901 do que na CETESB, por várias razões. Então, eu sei sim, e o que eu falei é
902 apropriado.

903

904

905 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Em relação ao... CETESB, São Paulo,
906 Jesuíno. Em relação a colocação do Cláudio com respeito ao material particulado,
907 em 2015, a OMS e União Europeia, editaram um documento, porque eles
908 convocaram todos os especialistas novamente para rever esse documento 2005, e
909 eles chegaram a conclusão que não havia dados suficientes para se alterar aquilo,
910 mas considerando que o grande, a grande fonte, a grande fonte não, a grande
911 quantidade de cidade é onde predomina o material particulado 2,5, por conta de
912 processos de combustão, eles já há vários anos, estão num caminho de tentar
913 adotar um novo padrão, que é material carbonáceo, ou seja, tentar associar a
914 saúde com a característica do material particulado, só que para isso você tem que
915 ter uma metodologia, e eles ainda não chegaram a uma metodologia, a um
916 método de análise que seja, que atenda a todo mundo, tem uns que adotam um
917 tipo de análise, equipamento, outros. Então, na verdade, eles estão nesse
918 caminho. Então, para tentar entender como é complicado a gente ficar aqui
919 falando: não, eu quero 10, eu quero 20, eu quero... Por isso que eles não
920 adotaram, no caso, o padrão de qualidade do ar para 2,5, ainda relativo ao valor
921 diário. É... E é só para colocar isso, quer dizer, existe uma discussão lá, e eles
922 estão nesse caminho, diferentemente dos Estados Unidos que adotaram um valor
923 para 2,5, e que predomina em outros países, na Europa não, eles preferem tentar
924 ir no caminho de qualificar esse material particulado, e, daí, adotar um valor em
925 relação ao componente desse material particulado.

926

927

928 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
929 Obrigada, Jesuíno. Alguém mais gostaria de fazer algum comentário? Eu pergunto
930 se a Abema tem interesse ainda de fazer a apresentação que havia enviado por e-
931 mail? Que a gente comentou no início da reunião, que nós chegamos a
932 disponibilizar para todos.

933

934

935 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Certo. André França,
936 Abema. Na verdade, Zilda, a gente pode apresentar, mas como são destaques, a
937 gente se preparou para apresentar nas emendas, então não sei até que ponto
938 seria vantajoso fazer isso agora, talvez contribua mais ao longo da discussão, já
939 que a gente vai estar tratando o assunto todo mundo junto, a gente apresentar os
940 destaques naquele momento, se vocês concordarem.

941

942

943 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
944 Quanto aos destaques, eu também tenho uma colocação a fazer, mas eu vou
945 passar antes para a Evangelina falar. Evangelina, você pediu a palavra?

946

947

948 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
949 **(Apromac)** – Eu gostaria que ele apresentasse, é muito importante, eu achei que
950 eu ia ter o documento para ler, inclusive antes da reunião, porque nós
951 combinamos que eles trariam o arrazoado da proposta deles, isso foi falado várias
952 vezes na última reunião. Eu procurei no site, não encontrei, e eu acho que da
953 mesma forma como eu apresentei, eu acho que eles devem apresentar para
954 podermos entender com calma, e não na hora da discussão, no tropeço. Sabe?

955

956

957 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – A questão do porque não
958 foi para o site, a Adriana já explicou no início, eu acho que está superado, mas
959 registro aqui que nós enviamos no prazo. A gente pode falar sobre os destaques,
960 não tem o menor problema. Eu só não sei até ponto a gente... Primeiro, é
961 importante esclarecer que não foram feitas mudanças significativas, muitos ajustes
962 no texto, artigos que estavam faltando, § 1º que virou § único, e algumas
963 questões, como, por exemplo, o Art. 3º, Evangelina, que repetindo uma definição,
964 então nós fizemos uma outra formulação para o *caput*. Então, eu não sei até que
965 ponto, se quiserem, a gente apresenta, não tem nenhum problema, só não sei o
966 quanto é produtivo a gente colocar vários destaques soltos, sendo que a gente vai
967 passar por toda a Resolução, e nós vamos ter a oportunidade de fazer a defesa
968 ali. Em relação ao arrasado, ou parecer, ou qualquer coisa que o valha, nós não
969 nos comprometemos com isso, nós nos comprometemos, e sempre fizemos e
970 vamos fazer a sustentação oral das nossas defesas, assim como foi explicado
971 também, não houvesse exigência formal dentro do Regimento do CONAMA. Então
972 foi pedido por vocês, mas nós mantivemos a posição de fazer a sustentação oral,
973 a defesa com a própria apresentação do destaque. Obrigado.

974

975

976 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Posso
977 fazer uma sugestão, André? Começa apresentando o que você fez, e nós vamos
978 olhando, aquilo que for mera mudança de texto você vai pulando mais rápido, e o
979 resto, você dá a chance de todo mundo entender as razões pelas quais a Abema
980 está propondo alguma coisa.

981

982

983 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Sem problemas.

984

985

986 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – E se
987 por um acaso todo mundo perceber que não está tão produto, a gente muda a
988 dinâmica depois.

989

990

991 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Sem problemas.
992 Podemos fazer assim. Bem, então, vou pedir ajuda ao João para posicionar o
993 texto. Vai para a última página. Só para ver se... Para me certificar de que é a
994 última, que essa é a versão... É essa daí. Ok. Podemos ir do início. Bem, primeiro
995 ponto no Art. 2º, uma modificação na definição de poluente atmosférico. Por quê?
996 Porque nós entendemos que a gente tem que trazer para a Resolução uma
997 redação que traga o mínimo de subjetividade. Então, temos que... Dá margem a
998 vários tipos de interpretação, a gente entende que isso não contribui, e ao
999 contrário, cria dúvidas e... E, às vezes, interpretações variadas sobre a mesma
1000 Norma. Então, nesse sentido a gente sugere a retirada da expressão “o ofensivo”,
1001 mantendo toda a definição restante, porque ofensivo é algo que... O que é
1002 ofensivo? Eu acho que cada um pode entender como quiser, porque não tem uma
1003 definição clara numa outra norma que eu possa me valer e, mais uma vez, torna
1004 uma definição de um item extremamente importante para a Resolução subjetivo
1005 logo na largada. Então, a nossa sugestão é retirar unicamente a expressão
1006 ofensivo, mantendo o resto. Aí fica, fica o resto. Então, fica aí: *“qualquer forma de*
1007 *matéria em quantidade, concentração, tempo ou características que torna ou*
1008 *possa tornar o ar impróprio ou nocivo à saúde, inconveniente ao bem-estar*
1009 *público, danoso aos materiais, à fauna e à flora, ou prejudicial à segurança, a o*
1010 *uso e gozo da propriedade e as atividades normais da comunidade.”* Avançando,
1011 uma outra proposta, já no Inciso II, no Inciso II, no mesmo artigo, na definição de
1012 padrão de qualidade do ar. Também sugerimos, pelo mesmo motivo, a expressão
1013 “riscos de”, porque risco, você pode ter um risco insignificante, um risco baixo, um
1014 risco alto, um risco médio, alto, entendendo o risco como uma combinação de
1015 probabilidade de impacto, você poderia aceitar qualquer coisa como havendo o
1016 risco. Né? Quando, na verdade, o que se quer preservar é a saúde da população
1017 em relação aos danos causados pela poluição, então a gente entende que com a
1018 retirada da expressão a definição fica mais objetiva, e menos sujeita a variadas
1019 interpretações. Um pouco mais adiante, no Inciso IV.

1020

1021

1022 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
1023 posso fazer um comentário em relação a isso? Normalmente a gente usa risco
1024 para algo... Eu acho que no texto que vocês estão propondo, suprimindo a palavra
1025 risco dá a entender em relação somente ao dano, e a gente, quando fala de risco,
1026 a gente fala da probabilidade de ocorrer o dano, não da efetividade de ocorrência
1027 do dano. É só essa leitura que eu faço. A gente usa demais em outras resoluções,
1028 como a 420, mas a gente usa em relação a probabilidade de que ocorra o dano, e
1029 no texto aí, para mim, fica um pouco confuso, em relação aos danos causados, aí
1030 já fala do caso consumado de ocorrência de dano. E quando a gente fala de

1031 padrão de qualidade do ar, a gente fala também de aspectos de prevenção, por
1032 isso que se coloca a palavra risco, ou seja, risco seria aí, poder ser substituído
1033 talvez pela probabilidade de que ocorra o dano. Não é no sentido de haver uma
1034 ofensa particular ao texto, como era. Eu até pude concordar com... Na parte do
1035 poluente atmosférico. Que eu acho que é muito subjetivo. Mas, nesse caso risco é
1036 uma palavra usada quando há a probabilidade de que ocorra determinado evento.

1037

1038

1039 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Se me
1040 permite, endosso plenamente, inclusive a palavra risco é amplamente usada em
1041 direito ambiental, que o Senhor conhece muito bem, e estamos num campo
1042 ambiental. Risco. A palavra. Tanto que quando você usa o princípio da precaução,
1043 da prevenção, intuitivamente, dentro dele, intrinsecamente está a palavra risco.
1044 Então, ela existe mesmo nesse sentido. Agora, quanto ao nocivo e ofensivo,
1045 plenamente.

1046

1047

1048 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
1049 **(Apromac)** – Só um esclarecimento.

1050

1051

1052 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Por
1053 gentileza, se identifique sempre ao falar, porque a reunião está sendo gravada,
1054 senão vai atrapalhar a degravação depois.

1055

1056

1057 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
1058 **(Apromac)** – Evangelina, Apromac. Eu só queria um esclarecimento, ele vai
1059 apresentar essas mudanças de texto e tal. E a gente...

1060

1061

1062 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Já foram apresentadas,
1063 eu preciso recordar um pouco o que nós pactuamos na última reunião. A gente
1064 pactuou que até dia 31 de dezembro, os setores que quisessem apresentar
1065 destaques o fariam enviando ao DCONAMA. Então, estou apresentando os
1066 destaques.

1067

1068

1069 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
1070 **(Apromac)** – Não terminei a frase, deixa eu terminar a frase, a minha pergunta é o
1071 esclarecimento é: nós devemos comentar esses ajustes que ele está propondo
1072 agora, ou ele apresenta o ajuste, a gente só tira a dúvida e depois vai discutir se
1073 vai ou não vai manter a palavra, por exemplo, como “risco”, é já para discutir?

1074

1075

1076 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
1077 não, eu não estou discutindo o texto. Ninguém está votando o texto. Ele está
1078 apresentando, e está tirando dúvidas, e está tirando dúvidas, e ele fez uma
1079 afirmação, e eu pedi um esclarecimento, porque eu não tive a mesma leitura que
1080 ele teve ao fazer a proposta. Aí, eu pedi esse esclarecimento.

1081

1082

1083 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
1084 **(Apramac)** – Mas vai voltar no texto?

1085

1086

1087 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
1088 nós vamos colocar depois que nós começarmos a votar e a debater o texto, é
1089 assim que funciona normalmente a Câmara Técnica. Continue, por favor, André.

1090

1091

1092 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Avançando, entendendo
1093 que vai ter o espaço apropriado para o debate, na sequência, no Inciso IV há uma
1094 correção muito simples, só está faltando o artigo definido, estava “os valores
1095 guias” para melhor redação. Avançando, já no Art. 3º, a gente tem aí, deixa eu ver
1096 se posicionou. Ok. Ajustado o texto da proposta que a gente tinha já consenso na
1097 última reunião para não repetir a definição adotada no Art. 2º, por quê? Porque a
1098 redação que estava colocada, ela repetiu exatamente a definição dos padrões de
1099 qualidade do ar finais. Então, para não repetir a definição que já está lá em cima, a
1100 gente só apresentou uma nova redação dizendo que os padrões de qualidade
1101 definidos nessa Resolução serão adotados sequencialmente em quatro etapas, e
1102 com isso algum ajuste teve que ser feito no § 1º, então, em conteúdo não teve
1103 alteração, foi só para não repetir uma definição no *caput* do artigo. Avançando um
1104 pouco mais, e, aí, ficando essa redação as outras saem, naturalmente. Então
1105 essas que estão aí tachadas. Mantido o outro texto. Aí são pequenas correções
1106 que ficou § 1º, que é na verdade § único. Nada muito... Redacionais. Avançando
1107 um pouco mais, já na página cinco, algumas emendas que ficaram superadas
1108 quando a gente apresentou a redação para o Art. 3º. Então, o que está tachado
1109 perdeu o sentido. Seguindo, aí, os padrões, e finalmente na página 11, uma
1110 sugestão de exclusão, dizia o seguinte: *“até a publicação do guia técnico*
1111 *mencionado no caput podem os órgãos ambientais competentes...”*. Perdão. No
1112 Art. 5º. O Art. 5º, ele trazia um § único, né? O Art. 5º, só para lembrar, ele falava
1113 que em doze meses o MMA elaboraria um guia técnico e, aí, o § único, ele
1114 estabelecia que até a publicação desse guia os órgãos poderiam adotar métodos
1115 de medição de qualidade do ar internacionalmente aceitos, e a nossa
1116 preocupação foi como isso é algo extremamente provisório, né? Se isso não
1117 poderia limitar a atuação dos órgãos. Então, nos pareceu mais razoável não
1118 colocar essa limitação aqui no texto, o Cláudio Alonso, se quiser complementar.
1119 Mas, é basicamente isso.

1120

1121 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (CETESB)** – É o seguinte, o método é caro,
1122 se o comprar hoje, e amanhã muda, ele vai continuar usando o método caro.
1123 Então, primeiro, o método é caro, adotou, vai usar, está certo? Ele vai fazer
1124 adaptação e ter logo. Então, não adianta falar pode, ele vai usar o método melhor
1125 que ele conseguir, e é caro, e ele vai continuar usando. Segundo, a gente imagina
1126 o seguinte, como estamos vivendo em um momento de crise, ninguém está
1127 investindo, espera-se que em um ano o IBAMA tenha publicado. Então, está
1128 resolvida a situação. Eu acho que esse artigo me irrita um pouco, por causa disso,
1129 ele é caro o método, os caras compra e fazem o quê? Joga fora?

1130

1131

1132 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Lembrando que é um
1133 período de doze meses. É só enquanto o MMA elabora o guia, é isso que a gente
1134 está colocando. Avançando, na mesma página, do Art. 8º.

1135

1136

1137 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1138 André, só um esclarecimento, o que você está propondo em substituição a retirada
1139 do § único?

1140

1141

1142 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – A exclusão do § único,
1143 ficaria só o *caput*, sem essa restrição durante esse período de doze meses, aos
1144 métodos internacionalmente aceitos, porque como a norma já vai trazer algo numa
1145 transição...

1146

1147

1148 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Isso
1149 foi amplamente debatido no Grupo de Trabalho, a preocupação era que enquanto
1150 esse guia técnico não fosse concluído, não se teria nenhuma referência, e cada
1151 um usaria um, e você não teria números comparáveis entre si. Foi essa a razão de
1152 se ter esse § único.

1153

1154

1155 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (CETESB)** – Mas essa daí permite que
1156 compre, porque o Estado é autônomo para comprar. Dá na mesma. Você
1157 concorda? Esse parágrafo diz que é autônomo, aí ele compra.

1158

1159

1160 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim,
1161 mas o órgão ambiental, aí, ele seria responsável por aquilo que é aceito no
1162 Estado. Então, não entendi porque da retirada. Desculpe, mas eu não entendi.

1163

1164

1165 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (CETESB)** – A ideia é basicamente o
1166 seguinte, se comprar um método que é caro. Você vai jogar fora? Não vai. Agora,
1167 os métodos... Os métodos, eles são caros. Então, tem pouquíssimos fabricantes
1168 no mundo. Então, quem vai comprar vai comprar aquilo que é mais ou menos
1169 consenso internacional. A característica do método na outra Resolução era muito
1170 importante, hoje ela deixa de ser, porque a tecnologia, como eu costumo dizer, a
1171 tecnologia virou radinho de pilha, ela é muito dominada, mas ela é muito cara.
1172 Então, olha... Se quiser deixar também ele não afeta nada, mas ele incomoda.

1173

1174

1175 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
1176 vejo dessa forma também.

1177

1178

1179 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (CETESB)** – Porque se o cara comprou... Se
1180 o cara, digo, se o Estado comprou, o que ele faz depois com ele, se não está na
1181 relação do IBAMA? Vai continuar usando. Olha, a minha experiência, vai estar na
1182 relação do IBAMA, porque são pouquíssimo, um é florescência de Raio X,
1183 pulsante (...), ultravioleta para ozônio, é isso. Não tem muito milagre. Mas, tudo
1184 bem.

1185

1186

1187 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Fátima
1188 Borgui, Ministério Público. Se me permite eu penso que deva manter porque se é
1189 desnecessário porque não tem utilidade, mal não fará, porque o poderá autorizar
1190 se for adquirido, e como o senhor afirmou que vai usar aquilo, então não será
1191 perdido. Não será perdido o que for usar e vai ter um critério.

1192

1193

1194 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – A minha preocupação
1195 mais objetiva é de ordem administrativa... ah desculpe, achei que você tinha
1196 concluído.

1197

1198

1199 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Não,
1200 não, eu terminei. E que a palavra é poderá, não está impondo, mas está pondo um
1201 limite...

1202

1203

1204 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu entendi, é. A minha
1205 preocupação é mais administrativa no sentido de que como é algo que vem no
1206 período de transição, se o método já foi adquirido e depois o órgão não utiliza
1207 como é que fica essa relação ao Tribunal de Contas, você prestar contas daquilo
1208 que foi comprado e você não vai utilizar porque você tem uma restrição agora
1209 colocada na norma, então assim, não sei até que ponto esse tipo de repercussão

1210 poderia ser causada. Eu acho que a gente pode fazer uma análise com mais
1211 detalhe no momento aí de recesso, verificar o grau dessa repercussão e avaliar se
1212 a gente mantém a retirada ou não. Não é uma questão de honra para os Estados,
1213 mas evitaria algum tipo de problema administrativo caso o Estados já tivesse
1214 comprado e já tivesse que justificar o não uso daquele método comprado isso em
1215 um período de doze meses, entendeu? Então, essa é a justificativa. A gente está
1216 aberto a discutir.

1217

1218

1219 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Eu estou meio confuso, a
1220 Abema já terminou a apresentação e a gente está votando ao texto ou está
1221 continuando na apresentação ainda?

1222

1223

1224 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu estou só
1225 respondendo a uma colocação que foi feita.

1226

1227

1228 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Deixa
1229 eu então encaminhar. A gente está simplesmente fazendo a discussão, não tá
1230 ainda em processo de votação não, mas assim, está se tirando dúvidas de um
1231 texto que está sendo apresentado.

1232

1233

1234 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1235 Passar a palavra para a Conselheira Patrícia Bozon da CNT – Confederação
1236 Nacional do Transporte.

1237

1238

1239 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Bom,
1240 primeiro bom dia a todos, feliz ano novo para nós. Bom, é só uma questão mesmo
1241 de encaminhamento Presidente Zilda. Nós estamos acabando discutindo, quer
1242 dizer, foi dito que a questão era só de forma, que esse tipo de discussão ia
1243 suscitar no domínio do processo, então eu realmente eu estou achando
1244 improdutivo que a todo mundo alguém vai se sentir com vontade de comentar a
1245 proposta, é diferente da apresentação que foi feita anteriormente que foi base em
1246 estudo com uma conclusão específica que era tirar a questão dos episódios
1247 críticos e uma avaliação mais dedicada sobre os padrões diante do que foi
1248 apresentado, isso aqui não, é artigo por artigo, nós vamos voltar isso de novo que
1249 já foi dito e a discussão outra vez. Eu acho que a gente tem pouco tempo o
1250 assunto é muito rico, a gente está realmente sendo improdutivo com essa
1251 apresentação da Abema que o próprio André disse que seria e realmente está
1252 sendo.

1253

1254

1255 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA) –**
1256 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1257

1258

1259 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (Ananma/SE) –** Deixa
1260 eu fazer uma proposta só para não chegar no meio termo. A gente apresentaria, a
1261 Abema poderia apresentar de forma rápida sem a gente fazer a discussão só para
1262 vocês terem conhecimento do que está sendo proposto rapidíssimo para não
1263 deixar de mostrar que é uma questão de detalhe, de alguns ajustes que a gente
1264 fez, mas aí a gente não abriria a discussão e deixaria a discussão para discutir
1265 artigo à artigo, para não deixar também de apresentar uma vez que não foi
1266 possível disponibilizar em tempo e aí a gente faria mais rápido. Pode ser?

1267

1268

1269 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Certo. Bem, então
1270 passando mais rapidamente. Na mesma página, parágrafo único do art. 8º, é uma
1271 proposta de redação, o plano de emergência deverá indicar responsáveis pela
1272 declaração dos diversos níveis de criticidade devendo essas declarações efetuar
1273 qualquer dos meios de comunicação de massa, também buscando mais
1274 objetividade e ao mesmo tempo a definição dos responsáveis, o nosso principal
1275 ponto aqui é, a partir do momento que colocam órgão, Estado, os Municípios,
1276 entidades privadas e tal meio que a gente perde o que a gente mais tá buscando
1277 que é quem vai ser o responsável, né? Essa figura é importante. Seguindo, já
1278 caminhando para a conclusão, no art. 9º, uma sugestão de melhoria da redação
1279 substituindo a expressão nos níveis da (...) que estava confusa a redação, na
1280 verdade, o que sequer é mostrar as condições estabelecidas na tabela e na
1281 sequência, vem alguns parágrafos que eles repetem quase todo o caput do artigo
1282 e só muda o final indicando o valor que está na tabela. Então por uma redação
1283 mais simples e fácil de entender a gente sugere a retirada, reforçando que não há
1284 nenhuma redução no conteúdo, o conteúdo está assegurado apenas fica menos
1285 repetitivo para quem está lendo. E aí acrescentaríamos um parágrafo único né,
1286 com a redação durante a permanência dos níveis acima referido as fontes de
1287 poluição do ar ficarão na área atingida sujeito as restrições previamente
1288 estabelecidas pelo órgão de controle ambiental. Avançando um pouco mais, eu
1289 acho que já caminha... aí é só no Anexo I que está replicado rede automática e
1290 rede manual constam duas vezes, só tirar um deles. Então, fundamentalmente, eu
1291 só queria concluir dizendo que a proposta ela mantém a sua essência, buscamos
1292 apenas melhorar a redação como no caso do art. 3º que precisava de uma melhor
1293 redação. E onde possível, diminuir a chance de subjetividade na interpretação da
1294 norma. Obrigado.

1295

1296

1297 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1298 Obrigada André. Obrigada Abema. Eu tenho uma sugestão. Qual é o nosso...?
1299 Conforme a gente conversou na reunião passada, a gente não chegou a colocar

1300 em votação para se ter a possibilidade de tentar convergir um pouco mais no texto
1301 que estava em debate. Então, qual é a nossa ideia? Naturalmente, esse assunto
1302 ainda não foi essa proposta de Resolução, da revisão da 03 de 90, ainda não foi
1303 colocado em votação. Mas, eu acho oportuno, tendo em vista as apresentações
1304 nós tivemos só duas sugestões, uma formal do texto que foi a da Abema e a outra
1305 ilustrativa ou exemplificativa que foi feita pela Evangelina pela Sociedade Civil.
1306 Então, eu sugiro que iniciemos agora debater o texto, existe ainda a possibilidade
1307 de algum Conselheiro pedir vistas já que, nós não debatemos na reunião passada.
1308 O que eu pediria aos Senhores para nós podermos aproveitar, todos se
1309 programaram para estar aqui dois dias, vamos tentar aproveitar esses dois dias
1310 para debater o máximo possível do texto. Porque no momento que se pede vistas
1311 a gente para a discussão e a reunião acaba, e é esse ponto que nós temos da
1312 pauta né. É votado o pedido de vistas, naturalmente, mas é de praxe né, que
1313 normalmente um assunto polêmico desses ninguém, provavelmente nós
1314 Conselheiros, não vamos nos recusar que seja pedido vistas. Então, eu pediria, e
1315 mesmo no calor dos debates e mesmo com o desejo de se pedir vistas que se
1316 tentasse pelo menos adiar até o final desta reunião. Eu não vou proibir ninguém
1317 de pedir vistas, não é nada disso, eu só quero que usemos o nosso tempo de hoje
1318 e amanhã o máximo possível para discutir o texto. E sinalizemos, olha eu vou
1319 pedir vistas é o meu desejo, é minha instituição, tenho desejo de pedir vistas. Eu
1320 não vou coibir o pedido de vistas, por favor, mas só aproveitar o tempo para a
1321 gente ter o maior tempo possível para debater e tentar limpar o texto que possa
1322 ser finalmente aprovado, é só essa minha... Eu já vi algumas sugestões na
1323 apresentação da Evangelina e da Abema que implicam em mudanças de parte do
1324 texto. Eu acho que isso pode ser muito produtivo para a gente conseguir melhorar
1325 o texto concretamente que é o produto que nós temos que aprovar no final, os
1326 debates são importantes, mas para fundamentar as nossas decisões. Então, eu
1327 começo, eu abro para a gente já começar a poder discutir o texto, e peço que
1328 porventura os pedidos de vistas se possam ser aguardados até amanhã para
1329 serem votados para que a gente não perca esses dias os quais nos programamos.
1330 Eu posso contar com a compreensão dos Senhores? E deixo bem claro que eu
1331 não estou coibindo pedindo de vistas, não faz parte da minha proposta, mas só a
1332 gente prorrogar esse período de discussão de dúvidas e de porventura de
1333 convergência no texto final. Bocuhy, por favor.

1334

1335

1336 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, eu gostaria de
1337 deixar claro que da nossa parte o nosso interesse também é o mesmo, para que a
1338 gente discuta até o final o máximo possível, agora, há algumas lacunas no
1339 processo que nos deixam muito preocupados, então eu diria para vocês que
1340 depois de uma longa trajetória de discussão nós chegamos a uma resolução que
1341 não represente uma segurança real em termos de prazos, metas e etc. isso vai
1342 gerar da nossa parte uma demanda no sentido de aprofundar aquilo que deve ser
1343 colocado. Eu queria só, por exemplo, exemplificar uma questão da retirada da
1344 palavra risco né, que vocês propõem, e isso para nós é uma questão fundamental,

1345 porque princípio da precaução, princípio da prevenção, passa a ser uma
1346 dificuldade em termo de atuação da Sociedade Civil, e eu acho que são questões
1347 que podem tirar o espírito da norma. Então, é nesse sentido que nós gostaríamos
1348 de externar essa preocupação, mas com relação ao pedido de vistas, mesmo que,
1349 a gente chegue amanhã no final do dia a conclusão que tem que pedir vistas, que
1350 seja necessário, nós mantemos até lá o ritmo do trabalho para avançar o quanto
1351 pudermos.

1352

1353

1354 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

1355 Então, vamos começar a ler a Resolução? Pode André.

1356

1357

1358 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Nós entendemos...

1359 André, Abema. Nós entendemos a importantíssima etapa o debate né, eu acredito
1360 que gente pode utilizar o expediente desse turno para os esclarecimentos
1361 necessário, visto que aí nós estamos trazendo emendas, mas ao mesmo tempo
1362 nos preocupa um pouco Presidente, a evolução do trabalho. Porque eu digo isso?
1363 Pegando só um exemplo, não é uma reunião, foram feitas várias reuniões na
1364 discussão dessa matéria, vários GTs e Câmaras, mas pegando só um exemplo da
1365 reunião passada, se a gente pega o produto da reunião é um documento de 250
1366 páginas, são 11.500 linhas, de forma que eu vejo que esse assunto ele foi
1367 explorado por todos os ângulos possíveis, a gente debateu cada artigo, cada
1368 parágrafo, cada ideia, ouvimos, buscamos aproximar daquelas ideias que
1369 apresentavam alguma singularidade, convergimos, então eu não sei até que ponto
1370 também emprega mais um expediente de dois dias inteiros que todo mundo aqui
1371 também tem os seus compromissos, as outras atividades profissionais, e para não
1372 começar a deliberar mais uma vez, isso nos frustra um pouco, porque nós
1373 entendemos que o debate, o espaço do debate foi amplamente concedido como o
1374 Doutor Bocuhy mesmo lembrou, são oito anos que essa matéria tramita, então eu
1375 lembro aqui no pedido. Então, eu peço desculpa, eu entendi mal, mas eu lembro
1376 que em novembro do ano passado essa matéria completou 7 anos de tramitação,
1377 sendo 4 só no CONAMA. Então assim, nos preocupo a gente adiar sempre a
1378 decisão, mesmo porque outros assuntos de grande interesse para a sociedade
1379 aguardam espaço nessa Câmara para serem debatidos também, então nesse
1380 sentido o apelo que a gente faz é para que nessa reunião, em algum momento ou
1381 hoje ou amanhã, o mais oportuno, é que a gente comece a deliberar e sim, se
1382 alguém quiser fazer o pedido de vistas regimentalmente será atendido, mas que
1383 não adiemos para uma data incerta ou não definida ainda, o início da deliberação,
1384 porque é difícil para todos nós, imagina o quanto de recursos financeiros é
1385 emprego para garantir que 40 a 50 pessoas estejam aqui durante dois dias, isso
1386 ao longo dos anos tem um custo muito alto, e no caso nós servidores público um
1387 custo para o contribuinte também. Então o nosso pedido é esse, que a gente não
1388 adie para deliberação para uma próxima reunião, que a gente já comece a
1389 deliberar, aí sim se algum Conselheiro pedir vistas o processo fico interrompido

1390 até a próxima reunião, mas concordando que vamos aproveitar o espaço para
1391 debater o máximo possível.

1392

1393

1394 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** –Querida
1395 antes Bocuhy fazer uma colocação. O regimento não fala da Câmara Técnica,
1396 mas fala da Plenária, então a gente entende que a regra da Plenária vai servir
1397 também para a Câmara Técnica, o pedido de vistas tem que ser feito antes de
1398 começar a votação, claro, que é para evitar que aquele que comece a perder
1399 perceba e use o pedido de vistas só como uma manobra para retirar o assunto
1400 que ele vinha perdendo na votação. A preocupação da Zilda, e eu compartilho
1401 com ela, entendendo de que a gente tem que aproveitar o momento para discutir,
1402 e se a gente puder pegar o que o Bocuhy entende como lacunas e conseguir
1403 trabalhar melhor o texto já que está reunindo aqui, a gente ganha mais, porque o
1404 pedido de vistas puro e simples vai voltar com um parecer e a gente vai ter que
1405 enfrentar o assunto na próxima reunião. Então, a ideia é, aproveitar o máximo de
1406 discussão, até de elaboração de preenchimento de textos para essas lacunas,
1407 porque pediu vistas acabou a reunião, a questão é essa. Então, passo para o
1408 Bocuhy.

1409

1410

1411 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só queria dizer para o
1412 André que, André, nós temos o mesmo amor que você tem pela probidade, pela
1413 causa pública, pelo custo de um trabalho como o nosso aqui no CONAMA, é um
1414 dispendo enorme de dinheiro, emissão de carbono e tudo que a gente sabe que
1415 ocorre quando a gente se desloca para Brasília, mas o que nos fez pedir a revisão
1416 dessa resolução foi o custo na saúde pública, e foi o custo para a população que
1417 vem trazendo a defasagem dos padrões e principalmente a falta de políticas de
1418 implementação de uma política por ar limpo no Brasil. Nós vamos continuar
1419 tentando uma política por ar limpo além dessa Resolução, nós temos outros
1420 caminhos que nós estamos trabalhando também, não é só aqui. E eu queria dizer
1421 a vocês que ninguém tem mais pressa que o PROAN, que é o proponente, porque
1422 quando nós fizemos a propositura porque já estava muito atrasado, nós temos que
1423 botar essa norma em prática para que ela vire política pública, agora, se nós
1424 percebermos André que a norma será ineficaz, que ela não trará nenhum
1425 benefício para a sociedade, nós vamos buscar outros meios, nós vamos buscar
1426 meios judiciais, nós vamos buscar outros meios para fazer política pública em
1427 função do passivo que nós temos aí, né. Então, eu gostaria de deixar bem claro
1428 que a nossa intenção é resolver o problema da poluição do ar, a norma para nós é
1429 uma ferramenta, se ela não for uma boa ferramenta, se nós entendermos que ela
1430 que vai ser um elemento de procrastinação, de zona de conforto para os setores
1431 de implementação nós vamos lutar contra isso, e aí claro que existem
1432 mecanismos à disposição da sociedade para que a gente faça isso. E é nesse
1433 sentido André que eu gostaria de esgotar a conversa com vocês, principalmente
1434 com a Abema. A Abema ela tem que caminhar mais do lado da sociedade André,

1435 no sentido de resolver esse caso de saúde pública que nós temos no País, o que
1436 nós percebemos de vocês é uma certa resistência à implementação de uma
1437 norma que traga um enorme esforço político nos Estados para resolver o
1438 problema, e a gente não pode cair de nenhuma forma em uma situação de um
1439 certo conforto político. Nós temos que enfrentar esse problema. Eu concordo com
1440 você que nós temos outros problemas para discutir nessa Comissão. Um deles é
1441 Proconve, o caso do Proconve que já começa a borbulhar e até o próprio
1442 Proconve ele traz alguns elementos de procrastinação que para nós também são
1443 indesejáveis na medida em que você joga a fase dos motores P8 ou Euro 6 para
1444 2023 e outras medidas para 2027, então o que nós entendemos é que, apesar do
1445 que o Cláudio falou da própria dificuldade financeira do Brasil, no sentido de
1446 investir mais e caminhar. Alguns mecanismos nós temos que buscar para
1447 caminhar, não é? E aí eu fico muito satisfeito, por exemplo, quando eu vejo que a
1448 prefeitura de Nova York tirando os fundos de pensão ou encostando as petroleiras
1449 em uma situação de desconforto para que elas custem os danos provocados pelo
1450 uso do petróleo, principalmente com referência, é uma questão um pouco... eu
1451 diria difícil de comprovar do ponto de vista legal, mas a questão dos efeitos das
1452 mudanças climáticas para as cidades costeiras como Nova York. Então, o que me
1453 parece é toda essa falta de recurso que a gente percebe, que a gente alega, se
1454 deve ao passivo gerado por esses grandes conglomerados, primeiramente ligados
1455 a questão do petróleo que não assumem a sua responsabilidade no sentido de
1456 sanear. É uma discussão maior né, é uma discussão muito mais ampla, mas nós
1457 somos gestores e trabalhamos com políticas públicas e temos que pensar nessa
1458 situação como um todo, então sem jogar a lenha na fogueira, mas tentando
1459 esgotar André o assunto, caminhar no sentido de avançarmos no que for possível
1460 eu faço ainda um apelo para a Abema para que acompanhe um pouco mais a
1461 lógica dos prazos e metas porque senão nós corremos o risco de ter o instrumento
1462 vazio como tivemos em São Paulo, o trabalho do Consema foi muito bom, chegou
1463 na hora disso ir para o referendo pelo Governo do Estado e o Governo
1464 simplesmente tirou as metas né. E se a gente já sair dessa mesa sem metas a
1465 gente vai sair com um instrumento muito fraco para que vocês, gestores, para que
1466 os órgãos, OEMAs possam fazer valer um avanço aí na área de políticas públicas,
1467 uma política de ar limpo. O Ministério da Saúde entende muito bem qual é a nossa
1468 preocupação e o quanto não se considera o custo a saúde pública.

1469

1470

1471 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom,
1472 então a minha proposta é que coloquemos, comecemos a discutir o texto, não
1473 necessariamente ainda colocando em votação para tentarmos ler, ver as
1474 propostas que temos de inserção de texto na Resolução, a Abema trouxe algumas
1475 propostas concretas, vislumbrei pelo menos um, talvez um ou dois artigos que a
1476 proposta da Sociedade Civil possa trazer de mudança ao texto, e com isso a gente
1477 começa a tentar limpar um pouco mais o texto. Nós temos aqui uma versão suja,
1478 uma versão limpa, e o texto de propostas da Abema. Então eu vou pedir que a
1479 gente adote como documento para se começar a trabalhar a versão limpa e que

1480 consultemos, caso seja necessário, a versão sujo exarada da última reunião, e na
1481 medida em que forem surgindo, como nós tivemos esse descompasso André na
1482 medida em que forem surgindo pontos de sugestões... falo para o André e para
1483 Evangelina, mas para todos os outros, em que se faça proposta. E no primeiro
1484 momento eu não vou colocar em votação ainda esse texto, mas nós vamos
1485 começar a ler o texto e a se debruçar novamente sobre o texto sugerindo
1486 melhorias à ele. Pode ser essa forma de... esse método de discussão?

1487

1488

1489 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – A gente concorda. Eu
1490 gostaria só de pedir um rápido aparte porque como foi citado o Estado na fala do
1491 Doutor Bocuhy para que a gente faça algum esclarecimento até para elucidar a
1492 questão. Então eu passo a palavra para o Cláudio, pedindo Cláudio que a gente
1493 seja sucinto para que a gente possa iniciar logo a discussão do texto.

1494

1495

1496 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Eu só vou rebater o que você
1497 falou Bocuhy da seguinte maneira, eu fico um pouco incomodado e incomoda
1498 muito a gente aqui dentro uma certa postura de os bonzinhos e os malvados. Para
1499 dizer que a gente é bonzinho eu vou repetir o que a gente falou na última reunião,
1500 por acaso, e foi meio por acaso mesmo, essa semana eu vi o primeiro plano de
1501 redução de dióxido de enxofre na cidade de São Paulo. E vi os níveis que a gente
1502 tinha, eram 1.200 1.300 microgramas por metro cúbico, sabe quanto é hoje? É
1503 menos do que o padrão da OMS, a gente propõe algumas etapas por causa de
1504 duas cidades, uma no Rio e uma em São Paulo, porque o resto está tudo por
1505 dentro, tá tudo dentro, e é esforço dos OEMAs que fazem para que isso aconteça.
1506 Particulado, particulado está acima... a média era acima de 100, hoje à abaixo de
1507 30, isso é esforço, isso é trabalho, isso é investimento público, porque não pensa
1508 aí bota para a empresa pagar, a empresa rica paga, mas o capitalismo repassa o
1509 custo para a população, ou não? Boazinha ela? Não, não é. A gente sabe que não
1510 é. É a regra do jogo. Então, existe um esforço grande e existe um esforço muito
1511 grande para que se reduza a poluição, não existe bonzinho o e malvado nesse
1512 história não, porque isso é uma postura maniqueísta que eu não aceito. Os
1513 Estados trabalham com mais intensidade ou com menos intensidade de forma
1514 forte, os resultados estão aí, está certo? Então, não dá para falar que a gente vai
1515 procrastinando, o inglês que gosta muito de falar isso, em português é muito chato
1516 (*Risos!*), mas a gente não está atrasando, o que atrasa é esse conjunto de desde
1517 2013 ficar no nheco nehco que a gente não consegue ir para a frente, está certo?
1518 Não consegue fazer a norma que tem que ser feita para proteger efetivamente a
1519 saúde da população e fica... isso eu acho que é a procrastinação, porque por mais
1520 imperfeita que seja ela vai ser sempre um avanço. E quanto a judicialização, eu
1521 duvido que algum juiz de bom senso pega uma resolução, uma proposta pela
1522 Abema e condene, por uma simples razão, nós seguimos rigorosamente,
1523 extremamente rigoroso o que propõe a Organização Mundial da Saúde (OMS), é
1524 rigoroso, a gente não pegou só ou tabelinha não pegou só um número, nós

1525 pegamos todo o conceito, é conceitual a nossa proposta, então sabe... Espera aí,
1526 os OEMAs trabalham e trabalham firme, isso custa para a sociedade, ninguém
1527 pensa que OEMA trabalhou junto na hora que você bota um catalisador no seu
1528 carro custa caro, custa, o seu carro é mais caro por causa do catalisador, só que
1529 você vê o efeito, mas custa mais caro. Então calma, não dá para a gente ficar o
1530 tempo inteiro desde 13 até 18, discutindo isso aqui e depois fala que a gente dá
1531 um prazo de três anos para indústria se adaptar tudo para fazer cair em uma fase
1532 diferente, sabe? Isso é loucura. A gente atrasa o máximo que pode a discussão e
1533 depois dá três anos para que da fase A vá para a fase B, como? Quem faz isso?
1534 Então, eu acho que tem que ir com calma, os OEMAs trabalham da melhor
1535 maneira que podem.

1536

1537

1538 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1539

1540

1541 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1542 Gente, nós estamos reeditando debates já ocorridos. Aí eu gostaria de entrar no
1543 texto, você seja breve então, por favor.

1544

1545

1546 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** Eu vou pedir apenas
1547 para esclarecer até mesmo para que o Cláudio fique mais tranquilo com relação
1548 ao que nós estamos dizendo porque eu acho que ele não me compreendeu.
1549 Cláudio, em primeiro lugar eu queria dizer para você o seguinte, o papel dos
1550 técnicos para a gente é fundamental. O que vocês dizem, o que vocês alegam
1551 como técnicos para nós muitas vezes é perfeito. O que nós somos contra, isso
1552 não é maniqueísmo, é o conforto político, do setor político governamental que não
1553 quer fazer a pressão necessária sobre as empresas, sobre os poluidores Cláudio.
1554 Esse esforço é político, vocês técnicos sabem disso. Se nós pudéssemos ter uma
1555 gestão técnica em São Paulo, nós não estávamos na situação que nós estamos
1556 lá, a gente estaria muito melhor, então isso tem que ficar claro, quando eu digo
1557 isso aqui eu não digo dos técnicos, eu digo do esforço político. E quando nós
1558 temos uma norma que não é à alavanca necessária para à sociedade, para que a
1559 gente consiga avançar nós vamos ficar numa situação de paralisia novamente. E a
1560 minha organização Cláudio não fez essa proposta de atualização para ficar nessa
1561 paralisia. Então, nós vamos lutar o máximo para que esse seja o instrumento para
1562 que a gente possa avançar, então por favor, não entenda como maniqueísmo
1563 porque é real, o Governo se move com pressão, setor empresarial se move com
1564 pressão e exigência, porque o *business*, o negócio ainda hoje que nós temos no
1565 Brasil ainda é *business (...)*, não é responsabi... economia com responsabilidade
1566 social, nós podemos fazer uma discussão sobre isso se você quiser, que não é o
1567 caso aqui, mas é disso que se trata. Então maniqueísmo é uma coisa bem, eu
1568 diria simplista, muito diferente da nossa realidade que tem que ser transformada.
1569 Então, eu queria tranquilizar aqui exatamente os técnicos porque não é contra eles

1570 a nossa fala, e nem contra a Senhora também Doutora que é técnica. Então é
1571 isso, acho que nós podemos caminhar juntos. Agora quando vocês veem para cá
1572 com algumas travas políticas, isso sim nos incomoda muito, e que eu acho que a
1573 gente tem que eliminar esse tipo de nocividade.

1574

1575

1576 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1577 Renato pediu a fala? O Renato pediu a fala Patrícia, eu passo para você depois,
1578 tá?

1579

1580

1581 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO (Abema) –** É só para deixar claro do ponto
1582 de vista da Abema, a proposta colocada, a gente vê avanços, a gente vê
1583 considerações importantes que precisam ser colocadas na proposta que tá
1584 colocada pela Abema. Então a visão da Abema e de todos os técnicos que
1585 participaram da discussão é de que essa é uma proposta que a Abema trouxe que
1586 traz um ganho sim. E traz uma visualização do que pode ser e de uma revisão do
1587 que pode ser implementada. Então assim, sobre o ponto de vista da Abema, a
1588 proposta que a Abema traz ela está coerente com o entendimento geral, inclusive
1589 dos técnicos que participaram da discussão que ela traz um ganho. E que ela traz
1590 uma visualização do que a gente precisa evoluir para frente. É só deixar
1591 registrado, isso é importante ficar registrado.

1592

1593

1594 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O
1595 Ministério do Meio Ambiente tem a avaliação de que, qualquer uma das propostas
1596 que estão na mesa, qualquer uma das versões dos artigos críticos, elas trazem
1597 uma evolução em relação à 03 de 90, qualquer uma delas em dimensões
1598 diferentes, em patamares completamente distintos, mas há uma evolução em
1599 relação a 03. Patrícia, por favor, Conselheira Patrícia Boson que nós brinda com a
1600 sua presença hoje aqui e a sua contribuição.

1601

1602

1603 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT) –** Obrigada.
1604 É só um esclarecimento sobre o encaminhamento para ver se a gente consegue
1605 ser um pouco mais produtivos. Nas discussões, certamente vai chegar a um
1606 consenso, eu acredito nisso, nem esses consensos não poderiam ser
1607 determinados como coisas... porque senão, às vezes, chega uma pessoa de novo
1608 e aí recomeça uma coisa que já foi consenso. Então a gente podia assumir entre a
1609 gente aqui, mesmo que não seja uma votação que impediria o pedido de vistas
1610 posterior, mas ao menos um compromisso, uma... como diz antigamente uma fala
1611 de bigode, para a gente poder... porque mulher velha tem bigode também, então
1612 dá pra falar... para a gente poder pelo menos acertar isso aqui e avançar, e não
1613 retomar a pontos que a gente chegou já a um consenso a uma conclusão, por

1614 favor, porque senão a vinda a Brasília vai ficar como o André bem colocou, muito
1615 cara, se a gente não conseguir avançar minimamente em nada.

1616

1617

1618 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

1619 Obrigada Patrícia. Eu acho que a sua sugestão me traz uma consideração em

1620 que, nós podemos colocar ou marcar com a palavra consenso alguma coisa que

1621 mesmo não tendo sido votada fica mais fácil até para encaminhar a votação final.

1622 Podemos colocar isso? Podemos colocar isso Conselheiro? Ao final do texto

1623 colocar que consenso para que aquilo que não há uma divergência nesse

1624 momento, tá? Isso facilita, não é uma votação, mas vai facilitar a votação final.

1625 Pode ser? Vamos começar a leitura da Resolução então e o debate em cima do

1626 texto concreto? Então, qual é essa proposta? E da revisão da Resolução 03 de 90

1627 que dispõe sobre os padrões nacionais de qualidade do ar, previstos no PRONAR.

1628 Na sequência, nós ainda vamos ter que ter a revisão da 05 de 89 que é a que

1629 regulamenta o PRONAR. Então a linha inicial é uma linha geral que trata do

1630 “CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA, no uso das

1631 competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981,

1632 regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de julho de 1990, tendo em vista o

1633 disposto em seu Regimento Interno, e” aí nós temos três considerandos,

1634 “considerando a resolução” mesmo que isso implique no futuro em mudanças já

1635 que a consultaria, já que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos (CTAJ) sempre

1636 nos solicita a supressão total dos considerandos, nós vamos defender que como

1637 essa Resolução está vinculada a 05 seria interessante manter esses artigos.

1638 “Considerando a Resolução CONAMA nº 5, de 15 de junho de 1989, que instituiu

1639 o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR, e;” aí tira esse

1640 “e” porque o “e” seria na próxima já que nós temos três, tira o “e” só aqui, vamos

1641 fazer uma correção só redacional, tira a vírgula e o “e” e deixa o ponto e vírgula.

1642 “Considerando como referência,” o segundo “os valores-guias de qualidade do ar

1643 recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2005, bem como

1644 seus critérios de implementação;” aí vírgula, “e” e aí tira o ponto e vírgula, não é

1645 isso? “Considerando que a adoção de Padrões Nacionais de Qualidade do Ar é

1646 parte estratégica do PRONAR, como ação complementar e referencial às práticas

1647 de controle fixadas pelos demais instrumentos estabelecidos;” aí seria resolve né?

1648 É. Eu não sei, eu acho que esse último considerando eu até suprimiria, porque

1649 esses padrões já existem, a gente só está revisando. Aí está dando a entender

1650 que nós estamos adotando agora os padrões, eles em tese hoje existem, os

1651 valores estão defasados, mas eles existem. Eu não me lembro em que momento

1652 nós inserimos esse terceiro considerando, mas eu acho que ele poderia ser

1653 retirado ou então tira “adoção”, porque nós não estamos adotando, nós os

1654 adotamos em 90 e não agora, agora nós estamos revisando o valor, não estamos

1655 adotando os padrões agora, eles já existem hoje, então assim ou a gente tira a

1656 palavra “adoção”. “Considerando que os padrões nacionais de qualidade do ar são

1657 parte estratégica do PRONAR, como ação complementar e referencial às práticas

1658 de controle fixadas pelos demais instrumentos estabelecidos” a gente faz uma

1659 correção redacional então. Coloca lá na texto então assim “Considerando que os
1660 padrões nacionais de qualidade do ar são parte” e aí corrige o “é” para “são” tira
1661 adoção e coloca “Considerando que os padrões nacionais de qualidade do ar são
1662 parte estratégica do PRONAR”. É só uma correção redacional, já nem tiro mais o
1663 considerando, eu deixo, mas tirando a adoção para não dar confusão. Pode ser?
1664 Preliminarmente? Então podemos taxar provisoriamente o anterior e tirar só a
1665 palavra adoção? Então tá. Há algum tipo de consenso? Então podemos colocar
1666 com algum tipo de consenso em relação a isso. “Art. 1º, Esta resolução estabelece
1667 padrões de qualidade do ar para todo o país visando a sua melhoria em linha com
1668 os princípios do desenvolvimento sustentável” já foi amplamente debatido na
1669 Câmara Técnica, e o Grupo de Trabalho. Lembrando aos Senhores que o que nós
1670 estamos propondo ao final é revogar na íntegra a 03 de 90, e dois itens da
1671 CONAMA 05 de 89, então por isso que nós estamos aqui neste momento
1672 colocando a adoção “estabelece padrões de qualidade do ar para todo o país
1673 visando a sua melhoria em linha com os princípios do desenvolvimento
1674 sustentável”, aí então a gente volta na ementa para corrigir.

1675

1676

1677 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Tem um
1678 problema redacional que eu acho meio... já que está refinando... Cláudio Alonso
1679 da Abema. É que ficou a estranho a fase porque é o seguinte, “visando a sua
1680 melhoria” parece que é a melhoria do País, precisa dar uma invertida nesse frase,
1681 ficou meio feio.

1682

1683

1684 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Qual
1685 é a tua proposta?

1686

1687

1688 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – É... Deixa eu
1689 ver. estabelece padrões de qualidade do ar para todo o país... aí eu acho que não
1690 é visando a sua melhoria, é o padrão... eu acho que poderia até tirar “visando sua
1691 melhoria” em linha com os princípios do desenvolvimento sustentável. Porque
1692 senão parece que a gente tá melhorando...

1693

1694

1695 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1696

1697

1698 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – No
1699 microfone. Patrícia, nós estamos gravando a reunião.

1700

1701

1702 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Ou se propõe
1703 uma nova redação ou tira fora, porque parece que a gente está visando...

1704 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**
1705 sua proposta então é retirar “visando a sua melhoria”? Patrícia.

1706

1707

1708 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo) – É,** ou então
1709 inverter que eu não estou conseguindo agora, porque visando parece...

1710

1711

1712 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT) – A**
1713 proposta é tirar “sua melhoria” porque a “sua melhoria” teria que ter uma vigente e
1714 você está melhorando com essa, você vai revogar, então não vai ter nenhuma
1715 vigente. Então está melhorando o que? São outros padrões, né? E segundo, é só
1716 atentar para a ementa, que a ementa tem que...

1717

1718

1719 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Com**
1720 certeza. Eu não mexi na ementa porque eu ia esperar a discussão do art. 1º.
1721 Doutora Fátima, por favor, use o microfone.

1722

1723

1724 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – É** só uma
1725 questão de técnica. Me pareceu esquisito resolve... Fátima Borghi, Ministério
1726 Público Federal. Resolve, artigo 1º Esta resolução... não sei o que. Talvez depois,
1727 como técnica legislativa que não tem importância, modificar isso tá? Poderia pôr
1728 como todo texto de lei como se fosse uma norma em cima, “Considerando isto,
1729 isto, isto, dispõe:” dois pontos, 1 esta resolução cuidará... e virá contextualizar.
1730 Tem um...

1731

1732

1733 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1734 Normalmente se usa a palavra resolve na resolução.

1735

1736

1737 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1738

1739

1740 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Ou**
1741 resolve alguma coisa né? Foi só uma sugestão.

1742

1743

1744 **O SR. NÃO IDENTIFICADO – “Resolve estabelecer” mata.**

1745

1746

1747 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –Pode**
1748 colocar na proposta que tinha sido feita. “Estabelecer padrões” é, redacionalmente

1749 é melhor. Não só um minutinho. Antes de voltar para a ementa Adriana, a gente só
1750 alinhar ali a proposta que a CETESB fez, que o Cláudio da CETESB fez, a Patrícia
1751 também concordou, era de retirar “melhoria” tá? Então podemos taxar a anterior?
1752 Ficaria, “Estabelecer padrões de qualidade do ar para todo País em linha com os
1753 princípios do desenvolvimento sustentável” correto? Podemos deixar então? Então
1754 vamos lá. Nesse sentido, a gente faz a correção na ementa, vamos fazer agora
1755 para a gente não esquecer. Então a ementa vai ser, dispõe... A gente coloca
1756 revisão aí? Eu acho que não coloca normalmente não. Cópia Henrique, vai lá. A
1757 revisão dos padrões de qualidade do ar...? Então, vamos só... Cópia na intriga o
1758 art. 1º? Por enquanto? Então, cópia na íntegra o art. 1º. Isso. E dá uma olhadinha
1759 depois Adriana. Por enquanto só correções redacionais. Nós não tiramos nada de
1760 substancial. Aí. Então, tá. Aí taxa o primeiro. Pode taxar. Nós estamos sendo
1761 coerentes com o que está lá no art. 1º. Deixa assim. Não vi nenhuma
1762 manifestação contrária ao art. 1º, eu estou só copiando aqui o art. 1º na ementa da
1763 Resolução. O que vai indo como... sem nenhuma outra situação. Isso. Aprovado
1764 ainda não. Nós vamos votar no final. Nós vamos votar no final, tá? “Art. 2º, Para
1765 efeito desta resolução são adotadas as seguintes definições: poluente
1766 atmosférico” aí vem a sugestão da Abema “qualquer forma de matéria em
1767 quantidade, concentração, tempo ou características, que tornem ou possam tornar
1768 o ar: impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde inconveniente” aí teria uma vírgula né
1769 “inconveniente ao bem-estar público; danoso aos materiais, à fauna e flora ou
1770 prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da
1771 comunidade”. E aí vem a sugestão da Abema “poluente atmosférico: qualquer
1772 forma de matéria em quantidade e concentração, tempo ou características...” me
1773 perdi, só um minutinho “que tornem ou possam tornar o ar impróprio ou nocivo à
1774 saúde inconveniente ao bem-estar danoso aos materiais a fauna e a flora ou
1775 prejudicial a segurança ao uso e gozo da propriedade e a as atividades normais
1776 da comunidade.

1777

1778

1779 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Se me
1780 permite, eu não consigo acompanhar. Fátima Borghi, Ministério Público Federal.
1781 Eu precisaria estar junto com o outro...

1782

1783

1784 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ele
1785 vai colocar agora. Eu só estou lendo, mas ele vai colocar aí. Está aí, um em cima
1786 do outro. A única diferença entre um e outro é a supressão da expressão ofensivo,
1787 o resto fica impróprio ou nocivo, estava impróprio, nocivo ou ofensivo, fica
1788 impróprio ou nocivo. A tendência do Ministério do Meio Ambiente é concordar com
1789 a proposta da Abema neste inciso. Podemos então taxar a anterior? Sinto que a
1790 maioria da sala concorda com a proposta da Abema nesse sentido. Então pode
1791 taxar a anterior. Mais um consenso. Obrigado a todos. Bom, aí temos no inciso 2º,
1792 temos três propostas de redação, Patrícia Bozon.

1793

1794 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Só não
1795 deixar de escrever o consenso.

1796

1797

1798 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Vai
1799 colocando nos considerandos e deixa na ementa que a Adriana só vai ver a
1800 questão da revisão, e o resto você vai colocando tá? No inciso 2º, nós tínhamos
1801 na reunião passada três propostas de redação. Então, a proposta do PROAN,
1802 Ministério Público Federal e FURPA é: “padrão de qualidade do ar é um dos
1803 instrumentos de gestão da qualidade do ar do território nacional determinado
1804 nessa Resolução como valor de concentração de um poluente específico na
1805 atmosfera associado a um intervalo de tempo de exposição visando a preservação
1806 da saúde humana, o bem-estar da população e do meio ambiente”. Proposta do
1807 IBAMA na 26ª Reunião da Câmara Técnica: “padrão de Qualidade do Ar é um dos
1808 instrumentos de qualidade ambiental e de gestão da qualidade do ar no território
1809 nacional, determinado nesta Resolução como o valor de concentração de um
1810 poluente específico...” qual a diferença de um para o outro que eu ainda não
1811 peguei? Desculpa. Não ouvi Doutora Fátima.

1812

1813

1814 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1815

1816

1817 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Valor
1818 de concentração determinado nessa Resolução... seria o... Um fala em gestão e
1819 o... mas o de baixo também. Tira instrumento de qualidade ambiental. É. Gestão
1820 da qualidade do ar, tira instrumento da gestão da qualidade do ar. Ele limpa um
1821 pouquinho o texto. “Visando a preservação da saúde” o resto é tudo igual. E a
1822 terceira proposta de diferente que é a do Ministério “é um dos instrumentos de
1823 qualidade ambiental e de gestão da qualidade do ar no território nacional
1824 determinado nessa Resolução como concentração”. Qual é a diferença do
1825 primeiro? Ah, é o final. Não. Em relação a primeira e a terceira.

1826

1827

1828 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – *(Intervenção fora do*
1829 *microfone. Inaudível).*

1830

1831

1832 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ah, é
1833 no final e no início do texto. Não é isso Daniel? Daniel pega o microfone aí, por
1834 favor, fala no microfone.

1835

1836

1837 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Daniel Ministério da
1838 Saúde. Pelo que eu estou entendendo, essa proposta que está sendo lida aqui

1839 feita pelo IBAMA, ela é meio uma junção da primeira e a segunda que foram lidas,
1840 que a segunda proposta que a PROAM... Não espera aí. Sobe até a primeira
1841 proposta, por favor, assim, olha só, o PROAM ele mantém a questão o
1842 instrumento de gestão da qualidade do ar. A proposta do IBAMA exclui a palavra
1843 gestão, é um instrumento de qualidade ambiental. E a primeira proposta lá que é
1844 simplesmente sem o termo gestão, se não me engano.

1845

1846

1847 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – O PRONAR define como sendo
1848 gestão.

1849

1850

1851 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Eu acho
1852 que eu consegui entender apesar da minha limitação aqui, se me permitem a
1853 primeira, por favor, lá, a primeira, o item um.

1854

1855

1856 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A
1857 proposta da PROAM, é isso que a Senhora se refere?

1858

1859

1860 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – É, só
1861 para fazer uma comparação com as demais, a primeira ela faz instrumento de
1862 gestão de qualidade do ar no território nacional. Quando chega a do IBAMA ele vai
1863 além, porque ele fala instrumento de qualidade ambiental e de gestão de
1864 qualidade do ar, ele faz uma dicotomia separando a qualidade do ar e gestão da
1865 qualidade ambiental, do meio ambiente como um todo, não somente do ar. E na
1866 terceira, ela copia que é do Ministério, ela copia parte anterior e modifica aquela
1867 do fim, quando fala visando a preservação do meio ambiente. Então, ele fala
1868 aqui... Exatamente isso. Aqui, visando a preservação do meio ambiente e da
1869 saúde humana e aqui fala, para que a saúde humana seja preservada em relação
1870 aos riscos de danos causados pela poluição atmosférica. Então e vem uma
1871 quarta... terceira né, agora você tem que me ajudar... *(Inaudível)*. Muito mais
1872 abrangente que a qualidade do ar que respiramos... *(Inaudível)*.

1873

1874

1875 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Patrícia,
1876 CONAMA, CNT. É só para poder ajudar aí na decisão, primeiro é instrumento de
1877 qualidade do ar, eu acho que faltou a gestão, qualidade do ar não tem
1878 instrumento, o que tem instrumento é a gestão da qualidade do ar. A qualidade do
1879 ar em si, não tem instrumento. Então só para ajudar. E o primeiro tem a palavra tal
1880 como ofensivo, bem-estar que significa uma coisa... O que é bem-estar? Para mim
1881 é deve ser muito diferente de muitos, então quer dizer, é só para ajudar na coisa.
1882 Você não tem instrumento de qualidade, você tem instrumento de gestão da
1883 qualidade. Instrumento é para uma gestão. E a questão do bem-estar ali. E tem no

1884 terceiro a questão do risco. Que a probabilidade de ocorrência não resume a
1885 palavra risco. Risco é mais do que isso.

1886

1887

1888 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É, eu
1889 continuo mantendo a proposta do Ministério do Meio Ambiente por entender que
1890 ela é completa, é um pouco mais completa. Aí tem uma questão do risco, mas eu
1891 acho que o que a gente está trabalhando aqui nos padrões é para reduzir esse
1892 risco ao longo do tempo, ao longo do tempo, ao longo do... ninguém está falando
1893 aqui imediatamente. Até porque o padrão não é só um, ele é um padrão a ser
1894 trabalhado ao longo dos anos, então eu ainda continuo em relação a proposta do
1895 Ministério. Evangelina. Estão inscritas aqui Evangelina e Abema.

1896

1897

1898 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
1899 **(Apramac)** – Evangelina, APROMAC. Em relação ao bem-estar, no conceito de
1900 saúde se inclui bem-estar porque, por exemplo, se houver uma situação em que
1901 vamos supor há uma grande quantidade de material particulado, ainda que não se
1902 afete a saúde, afeta o bem-estar, e isso é real mesmo. Então eu acho que é
1903 importante manter, porque aí estaria mais completo. Em relação a proposta do
1904 MMA, a questão do risco, eu estou super de acordo porque não é apenas já a
1905 saúde com dano, mas sim os riscos de que isso ocorra. Agora, não se poderia...
1906 Na proposta do MMA não se poderia acrescentar a questão de visando a
1907 preservação do meio ambiente também? E não apenas... porque ali são aos riscos
1908 de danos. Aí eu acho que falta saúde, para que a saúde seja preservada em
1909 relação aos riscos de danos. Porque não coloca então “seja preservado em
1910 relação aos riscos de danos à saúde”, mas é que daí não tem o meio ambiente.
1911 Entendeu? Aí não teria o meio ambiente.

1912

1913

1914 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu já
1915 me perdi. A Abema tinha pedido depois eu passo para você.

1916

1917

1918 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – É que eu vou falar bem em cima
1919 do que falou a Evangelina. Cláudio Alonso, Abema. Eu concordo plenamente com
1920 a Evangelina, principalmente em São Paulo a gente teve um problema sério bem
1921 menos, que era o tal do carvãozinho, que era a queima da talha de cana que
1922 empestava todas as cidades e deixava tudo uma porcaria e o pessoal não
1923 conseguia colocar roupa no varal. Continua tendo. Quer dizer, eu dei como
1924 exemplo, mas pode ter outros similares está certo? Então, é verdade, só que para
1925 isso não pode, estar no padrão, porque a gente não tem padrão para isso, então
1926 ele tem que tá lá em cima, na definição de poluição, mas no padrão não tem um
1927 padrão para carvãozinho que cai, é só chegar lá e falar “está sujo e não quero” a
1928 gente age de outras maneiras e enfim, mas não tem um padrão. Então não cabe

1929 no padrão isso aí, eu concordo plenamente que tem que estar em algum lugar,
1930 provavelmente na... Não pode estar, não tem um padrão para carvãozinho, não
1931 tem, mas a gente usa outros critérios...

1932

1933

1934 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1935 Quem estiver falando no microfone desligue para não microfonia, por favor.

1936

1937

1938 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** mas não tem padrão. Tem que
1939 ter, eu concordo plenamente.

1940

1941

1942 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Você
1943 está com o telefone ligado Evangelina.

1944

1945

1946 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
1947 **(Apromac) –** Eu desliguei.

1948

1949

1950 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Posso
1951 falar ou tem alguém na minha frente?

1952

1953

1954 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1955 Pode, por favor, Doutora Fátima.

1956

1957

1958 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Fátima
1959 Borghi, Ministério Público Federal. A minha pergunta, por favor, me perdoe,
1960 Cláudio me perdoe desculpe a fala... quando ali está conceituando né, então
1961 quando fala a qualidade do ar a poluição que advém da queima da cana-de-
1962 açúcar ela entra na qualidade do ar, porque nesse conceito eu acho que não faria
1963 mal se nós colocássemos danos à saúde, ao meu ambiente que mata até bichos e
1964 tudo mais, e também ao patrimônio cultural se você pensar, nós temos patrimônio
1965 cultural...

1966

1967

1968 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1969

1970

1971 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Não aqui
1972 não está definindo padrão.

1973

1974 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Está sim. Padrão de qualidade é,
1975 está definindo padrão, entendeu? Tem que estar em algum canto.

1976

1977

1978 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Não,
1979 padrão de qualidade de ar é qualidade de ar.

1980

1981

1982 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Mas nós não temos um padrão
1983 para esse tipo de incomodo. Não tem um padrão, que padrão eu vou pôr?

1984

1985

1986 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –

1987 Deixa eu fazer um lembrete aos Conselheiros. Quer falar também Daniel? Eu acho
1988 o que Bocuhy pediu a palavra antes de você. Só uma lembrança, nós estamos
1989 lidando com uma Resolução do CONAMA, nós temos que ver o limite de aplicação
1990 de uma Resolução do CONAMA, se não nós vamos ter problemas legais para
1991 implementar à Resolução. Então assim, ao meu ver, se a gente já coloca claro que
1992 o homem faz parte do meio ambiente, então visando a preservação da saúde
1993 humana eu acho positivo e eu acho necessário ou alguma coisa nesse sentido,
1994 pode ser até incluída, agora o bem-estar da população, ele não é unicamente
1995 tratado por meio dos padrões de qualidade do ar, se eu tenho outras políticas que
1996 levam ao bem-estar da população, então assim é um conjunto de políticas e de
1997 medidas, é por isso talvez assim que alguns se sintam desconfortáveis em colocar
1998 essa expressão quer seja o IBAMA ou o Ministério dentro da Resolução porque
1999 não é só essa Resolução que vai garantir o bem-estar da população. Ela pode
2000 tentar garantir à preservação da saúde humana, então assim essa pergunta vai...
2001 só um pouquinho. Essa pergunta vai ser recorrente, então a aplicabilidade da
2002 Resolução. Então eu não posso colocar todos os problemas de qualidade de
2003 saúde da população na Resolução como temas a serem resolvidos simplesmente
2004 por um novo padrão de qualidade do ar, então acho que isso a gente tem que ter o
2005 cuidado, que isso é recorrente na Câmara de Assuntos Jurídicos. Então eu...
2006 principalmente porque ela nós lembra sobre esse ponto. Eu tenho inscritos o
2007 Bocuhy, o Daniel, Liciano, e o Cláudio quer falar de novo Cláudio? Não, não. Bom,
2008 mas então vamos ouvir os outros primeiro. Bocuhy.

2009

2010

2011 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, é duas coisas, a
2012 primeira é a questão da fito toxicologia e da importância que isso tem para São
2013 Paulo, por exemplo, nós tivemos os escorregamentos das encostas da serra do
2014 mar em função de poluição, então eu creio que a questão aí de colocar a proteção
2015 do meio ambiente ela daria essa cobertura para a fito toxicologia, outra questão é
2016 a do patrimônio histórico, o patrimônio histórico ele está envolvido no processo,
2017 alguns poluentes são extremamente agressivos ao patrimônio histórico e em São
2018 Paulo existem estudos nesse sentido. Aí, eu concordo com o Cláudio quando ele

2019 coloca que talvez isso tenha que ir para o caput, se não tem um padrão específico,
2020 isso é uma coisa que nós temos que resolver, mas acho que a palavra meio
2021 ambiente...

2022

2023

2024 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**
2025 **caput trata só dos conceitos do art. 2º, ele não trata de outra coisa, não é pro**
2026 **caput, e outra coisa que talvez seja bom lembrar, eu entendo que o patrimônio**
2027 **histórico ele é diretamente afetado pela população do ar, só que o CONAMA não**
2028 **legisla sobre patrimônio histórico, é sobre padrões e o seu impacto ao meio**
2029 **ambiente, quer dizer, em tese o patrimônio histórico está incluído nisso, mas**
2030 **detalhar fica dando a impressão que eu estou citando...**

2031

2032

2033 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) – Não, nós não**
2034 **precisamos escrever patrimônio histórico, mas se nós colocarmos a palavra meio**
2035 **ambiente já completa.**

2036

2037

2038 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – E**
2039 **retira a preservação da saúde humana?**

2040

2041

2042 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) – Não, deixa junto.**
2043 **Destaca, por que não?**

2044

2045

2046 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Mas**
2047 **já... Ah, na última, tá bom, mas na primeira tá. E vou fazer então uma modificação**
2048 **na última. Entendi. Tenho inscritos aqui o Daniel, Cláudio e Liciane, Abema. Tu**
2049 **retirou Daniel? Cláudio.**

2050

2051

2052 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Nós achamos que tá resolvida**
2053 **essa questão pelo seguinte olha, quando a gente define poluente atmosférico a**
2054 **gente fala em bem-estar público danoso aos material e etc., ou seja, eu**
2055 **caracterizei como poluente atmosférico eu posso agir sobre, o que eu não tenho é**
2056 **condições de determinar um padrão, o que é padrão de sujeira em cima de um**
2057 **lençol? Não é? Eu não tenho padrão, mas eu tenho como definição de poluente**
2058 **atmosférico eu tenho um instrumento legal para agir, porque eu defini isso como**
2059 **poluente atmosférico, então eu acho que tá resolvido, não precisa... no padrão não**
2060 **pode, mas aqui pode, tá?**

2061

2062

2063 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Posso
2064 falar? Poderia ficar...

2065

2066

2067 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2068 Espera aí Doutora Fátima, tem gente inscrita ainda, a Liciana está inscrita antes
2069 da Senhora. Conselheira Liciana.

2070

2071

2072 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Liciana, CNM. Eu
2073 creio que a gente possa modificar a proposta do MMA no sentido de retirar a
2074 qualidade ambiental da primeira linha e deixar só como gestão da qualidade do ar
2075 como a Fátima sugeriu, certo? Oh, Patrícia, perdão. Patrícia sugeriu.

2076

2077

2078 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
2079 não. O que a Patrícia sugeriu... a Patrícia disse que instrumento de gestão.

2080

2081

2082 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Então, se não tem
2083 qualidade do ar não tem qualidade ambiental, certo?

2084

2085

2086 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2087

2088

2089 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Então, só inverter.
2090 Botar instrumento de gestão da qualidade do ar e qualidade ambiental, mas eu
2091 acho que ficava repetitivo, entende?

2092

2093

2094 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
2095 eu acho que pode tirar qualidade ambiental.

2096

2097

2098 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Então, era essa a
2099 minha proposta.

2100

2101

2102 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2103 Instrumento de gestão da qualidade do ar.

2104

2105

2106 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Isso. E depois, na
2107 última linha, para que a saúde da população e o meio ambiente sejam
2108 preservados em relação aos riscos de danos e etc. e etc. Porque risco...

2109

2110

2111 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Cola
2112 lá para pra nós, por favor. Cola a última lá, a dois.

2113

2114

2115 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2116

2117

2118 **A SR^a. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Pode ser. Para que o
2119 meio ambiente e a saúde da população sejam preservados em relação a
2120 probabilidade... Patrícia... Em relação...

2121

2122

2123 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Aos
2124 riscos.

2125

2126

2127 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aos
2128 riscos, não é probabilidade.

2129

2130

2131 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2132

2133

2134 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É
2135 pode ser. Vamos lá. Eu vou ler, vou tentar ler aqui, “Padrão de qualidade do ar é
2136 um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar” eu tiraria no território nacional,
2137 porque nós estamos legislando só para o Brasil, nós não estamos legislando para
2138 outro lugar, então “Padrão de qualidade do ar é um dos instrumentos de gestão da
2139 qualidade do ar, determinado nessa Resolução como o valor de concentração de
2140 um poluente específico na atmosfera associado a um intervalo de tempo de
2141 exposição, para que o meio ambiente e a saúde da população sejam preservados
2142 em relação aos riscos de danos”? Riscos e danos?

2143

2144

2145 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORCHI – TITULAR (MPF)** – Riscos
2146 de danos.

2147

2148

2149 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – “...
2150 de danos causados pela poluição atmosférica.” Deixa só ele colocar lá aí a gente...

2151 está certo? Deixa eu ler “é um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar,
2152 determinado nessa Resolução como o valor de concentração de um poluente
2153 específico na atmosfera associado a um intervalo de tempo de exposição, para
2154 que o meio ambiente e a saúde da população sejam preservados em relação aos
2155 riscos de danos”, é essa a proposta. André.

2156

2157

2158 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema.
2159 Só para simplificar...

2160

2161

2162 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2163 Vamos só prestar atenção na proposta da Abema, por favor.

2164

2165

2166 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – (...) sempre que
2167 possível, a Abema conforme consulta que fiz aos Estados, declina da sua
2168 proposta em favor da proposta do MMA com essa nova redação.

2169

2170

2171 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2172 Obrigada André. Alguma colocação adicional? Daniel, Ministério da Saúde. Já
2173 passo para você.

2174

2175

2176 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Eu só queria... eu
2177 não sei se é a melhor redação ou a mais correta seria “riscos e danos causados
2178 pela poluição” e não “riscos de danos” isso eu estou... não, então, eu só estou um
2179 pouco em dúvida com relação a isso.

2180

2181

2182 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Deixa eu ver
2183 se eu sei explicar isso. O risco... Adriana, DConama. O risco é de acontecer um
2184 dano, então não é risco e dano, não são duas coisas, você corre o risco de
2185 acontecer um dano, isso? É.

2186

2187

2188 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2189 Patrícia Boson.

2190

2191

2192 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Patrícia
2193 Boson, CONAMA, CNT. Eu só queria que vocês pensassem em sejam
2194 preservados ponto, não importa se em relação ao que, a gente tem que preservar

2195 o meio ambiente e a saúde, não estou entendendo, em relação aos riscos? Então,
2196 relação à outra coisa não? Preservados, ponto. Em relação a qualquer coisa.

2197

2198

2199 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tem**
2200 inscritos: Apromac Evangelina, Adriana.

2201

2202

2203 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2204 **(Apromac)** – Embora os riscos de dano seja a saúde, eu acho que é importante
2205 deixar riscos, porque se for só a saúde pode deixar a intender que seria apenas o
2206 dano. Eu acho que vale a pena deixar.

2207

2208

2209 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**
2210 não. A sugestão que a Patrícia fez é parar o texto em preservados. Preservados,
2211 preservados e ponto. É essa a sugestão. Eu tenho inscritos a Doutora Adriana
2212 Mandarino.

2213

2214

2215 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHİ – TITULAR (MPF) – É só**
2216 expondo a ideia. Fátima Borghi, Ministério Público Federal. Quando você para que
2217 o meio ambiente e a saúde da população sejam preservados, retomo a fala da
2218 Doutora que falou que nós estamos no ambiente do CONAMA que a coisa tem
2219 que ser limitada, que é meio ambiente e etc. então quando fala risco da população
2220 sejam preservados em relação aos riscos de danos causados pela poluição
2221 atmosférica é de uma forma abrangente. Não podemos fugir disso. Nós temos que
2222 preservar dos riscos. Não tem como ocultar e parar ali no meio sem colocar esse
2223 finalzinho. Eu sou favorável que se mantenha, a saúde da população sejam
2224 preservados, favorável em relação aos riscos de danos causados pela poluição
2225 atmosférico. Inclusive, porque poluição atmosféricas que vai trazer toda essa ideia
2226 de qualidade de ar e poluição.

2227

2228

2229 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT) – Eu**
2230 posso...? Eu vou deixar mais restritivo, a saúde e população preservados só em
2231 relação à questão atmosférica. Fica mais restritivo, está mais... não é ampla.

2232

2233

2234 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2235 Preservados em relação a poluição atmosférica. Deixar amplo. Adriana.

2236

2237

2238 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConAMA/MMA) –**
2239 Adriana, DConama. Eu fico achando que não é que precise falar o que você está

2240 preservando, eu acho que a gente ganha força quando você... porque aqui, se
2241 voltar para o caput... Henrique volta um pouquinho lá para cima, a gente tá falando
2242 no caput lá não art. 1º, então “para efeito desta Resolução, são adotados as
2243 seguinte definições” então quando você dá numa definição o que você está
2244 preservando como padrão de qualidade do ar, eu acho que ganha força, não é
2245 que precise, mas eu queria chamar atenção para outra coisa na proposta do MMA
2246 que pelo jeito a gente tá elaborando a última proposta, a última. “Padrão de
2247 qualidade do ar é um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar” eu acho que
2248 isso é indispensável, então “padrão de qualidade do ar é um dos instrumentos de
2249 gestão” e aí... “... de gestão determinados nesta Resolução” entendeu? Você está
2250 juntando coisa de mais, determinados você está dizendo que, para efeitos desta
2251 Resolução você está dando uma definição, então eu acho que primeiro
2252 determinado nesta Resolução pode... oi?

2253

2254

2255 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2256

2257

2258 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – E sua
2259 gestão talvez. Então, vamos lá “Padrão de qualidade do ar é um dos instrumentos
2260 de sua gestão” então assim, “Padrão de qualidade do ar é um dos instrumentos de
2261 gestão” eu acho que não precisa e nem o determinado nesta Resolução, tira o
2262 determinado nesta Resolução, “como o valor” aí eu não estou conseguindo ler
2263 mais nada. Alguém ler para mim que eu não estou conseguindo. “Padrão de
2264 qualidade do ar é um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar como valor”
2265 então assim, é determinado, faltou escrever determinado, “determinado como”
2266 agora um dos instrumentos de gestão eu acho que é dispensável o da qualidade
2267 do ar, vê se não faz sentido. Tira o “padrão de qualidade do ar é um dos
2268 instrumentos de gestão determinado como valor de concentração” precisa repetir
2269 mesmo? Ok.

2270

2271

2272 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2273 Padrão de qualidade do ar é um dos instrumentos de gestão da qualidade do ar
2274 determinado como o valor de concentração de um poluente específico na
2275 atmosfera associado a um intervalo de tempo de exposição, para que o meio
2276 ambiente e a saúde da população sejam preservados. Eu acho que não traz
2277 consequência nenhuma “em relação aos riscos de danos causados pela poluição
2278 atmosférica” eu acho que apesar de aparentemente ser redundante, ele pode
2279 permanecer.

2280

2281

2282 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – O
2283 Daniel melhorou a minha ideia. “Padrão de qualidade do ar:” dois pontos, porque o
2284 que a gente tá fazendo aqui? É definir, você tá dando definições, se você coloca

2285 dois pontos aí você não precisa, falta dois pontos em todos, mas você não precisa
2286 repetir. Vamos experimentar. Fala Daniel do que jeito que você pensou. Padrão de
2287 qualidade do ar: instrumento...

2288

2289

2290 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2291

2292

2293 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Então,
2294 você vai tirar o “é” um dos instrumentos de gestão determinados como valor do
2295 concentração...

2296

2297

2298 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Doutora
2299 Adriana eu acho que com o valor determinado nesta Resolução eu acho
2300 importante porque terão outros valores e será o que está nessa Resolução que
2301 será adotado então...

2302

2303

2304 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Mas
2305 você está dizendo que para efeito desta Resolução entende-se por, isso é o caput
2306 do artigo. Para efeito desta Resolução entende-se por, que é o caput do artigo.

2307

2308

2309 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – E quanto
2310 a um dos instrumentos de gestão da qualidade o ar, mudou né? Onde está aquela
2311 que foi modificada? Tirou qualidade do ar?

2312

2313

2314 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** –Então
2315 assim, tá permanecendo porque a maioria não tá concordando então ok. Então tá
2316 permanecendo, mas eu acho que se a gente põe dois pontos já começa a
2317 simplificar e a colocar como um padrão que você tá dando uma definição. Então
2318 assim, no primeiro, no inciso 1, volta um pouquinho Henrique no inciso 1, já tá?
2319 Olha só, no incisos 1, “Poluente atmosférico: qualquer forma” então a gente vai
2320 adotar esse padrão para todo o resto das definições. Sem o verbo.

2321

2322

2323 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2324 Daqui a pouco gente para pra almoçar, mas só para deixar claro, então fica essa
2325 proposta do Ministério? Podemos taxar as outras duas? Sim? Está bem. Então tá
2326 ótimo. Então eu também taxo a anterior, fico com a quarta, a de hoje, tá? Isso.
2327 Pode colocar ali um consenso Henrique, por favor, vamos só mais uns cinco
2328 minutos vamos ver se a gente consegue... 3, padrão de qualidade, aí nós temos

2329 também uma proposta só, “III – Padrões de Qualidade do Ar Intermediários são
2330 padrões estabelecidos como valores temporários a serem cumpridos em etapas”.

2331

2332

2333 **A SR^a.ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DCONAMA/MMA)** – Aqui a
2334 gente vai adotar a regra de colocar dois pontos.

2335

2336

2337 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Isso
2338 eu me lembro que estava claro, porque houve uma dúvida do GT em relação a
2339 como ficaria o licenciamento ambiental, lembra Wanderley? Você está aí
2340 quietinho, como ficaria e por isso que a gente criou essa definição dessa forma,
2341 para poder não dar problemas ao licenciamento ambiental. Certo? Então essa
2342 permanece desse forma. Isso sim. Sim. Nós temos que colocar em todas. Dois
2343 pontos. Padrões estabelecidos, fica um português mais limpinho. Isso. Beleza. Era
2344 isso que você queria Daniel? Tá. Quarto. Padrões, também só tem uma proposto
2345 da mesma forma, mas eu acho que daí tira o PF? A gente vê depois se vai ser
2346 necessário, tira o PF? Então, mantém por enquanto, tira só o “são”, tá? Daniel
2347 Ministério da Saúde.

2348

2349

2350 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Olha só, Daniel,
2351 Ministério da Saúde. Eu entendo de forma mais clara os padrões de qualidade do
2352 ar intermediários que a gente tá propondo dois ou três, a gente não sabe o quanto
2353 que vai ficar o final, mas eu acho que o final é um padrão único, eu não entendo
2354 muito bem se o que o padrão é composto por várias substancias, enfim, vários
2355 componentes, mas para mim o padrão ele é único, é um padrão de qualidade do
2356 ar.

2357

2358

2359 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2360 Colocar no singular? Tá, eu concordo contigo, a gente não tá querendo vários
2361 padrões, é um padrão, mas é o padrão, não?

2362

2363

2364 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – É por isso que a
2365 gente tinha sugerido colocar o artigo indefinido, mas com dois pontos não vai fazer
2366 mais sentido.

2367

2368

2369 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Só
2370 colocar no singular. Você acha que não? Você tem um padrão, esse padrão é
2371 composto de níveis de diversos poluentes, mas é um padrão só, para cada
2372 poluente. Não, o intermediário não, porque são vários, mas no final é um só, não é
2373 isso que eu entendi? Então, ficaria no singular só o padrão final. Ficaria padrão de

2374 qualidade do ar final, valor... aí não é valor guia né? É valor, definir se ele vai ser
2375 guia ou não nós vamos ver no andar da carruagem, né? Ai a gente teria que
2376 mudar essa redação, teria que ser padrão do ar final é o padrão... ou deixa o...
2377 não sei, não sei.

2378

2379

2380 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Eu sugiro que
2381 exclua, inclusive o termo final, deixa “padrões de qualidade do ar intermediário”

2382

2383

2384 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas
2385 vai conflitar com o primeiro.

2386

2387

2388 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Não, o primeiro está
2389 lá, só um segundo... Daniel, Ministério da Saúde. Tem uma proposta, tem uma
2390 definição que é “padrões de qualidade do ar intermediário” ou “padrões de
2391 qualidade do ar intermediários” esse são as metas, a gente tá se referindo as
2392 metas. Agora, quando a gente fala em padrão ar, qualidade do ar, eu não vejo
2393 necessidade de colocar “padrão de qualidade do ar final”, é padrão de qualidade
2394 do ar.

2395

2396

2397 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É
2398 que o primeiro do inciso II já é padrão de qualidade do ar. O segundo o artigo já é
2399 padrão de qualidade do ar, se não a gente suprime o final, ou deixa o final, o
2400 intuito de colocar o final aí foi para ele vincular com o da OMS. Correto? Ou a
2401 gente deixa, ou a gente deixa dessa forma “padrão de qualidade do ar final é...”
2402 não dá para tirar o valor guia porque era o valor guia definido pela OMS, deixa
2403 dessa forma?

2404

2405

2406 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Zilda, tem
2407 que também inverter, porque o geral é o padrão de qualidade do ar, aí tem uma
2408 espécie que é o padrão de qualidade do ar intermediário. Você tem que entender
2409 primeiro o que é o padrão de qualidade do ar, para depois explicar o que é padrão
2410 intermediário.

2411

2412

2413 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim.
2414 Deixamos por enquanto “padrão da qualidade do ar final, valor guia definido pelo
2415 OMS” vamos deixar dessa forma por enquanto.

2416

2417

2418 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO (Abema)** – Eu ainda não estou
2419 concordando com o... eu acho que são valores ainda, a gente tem “valores”.

2420

2421

2422 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Eu concordo que o
2423 “valores” pode ser plural, mas o padrão ele é único, não são vários, o padrão ele é
2424 único.

2425

2426

2427 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2428 Gente deixo no plural ou deixo no singular? O que está escrito na OMS? Aí é só
2429 compreensão o seguinte, se eu encaro como padrão final cada um dos poluentes
2430 que eu tenho na OMS ou se eu encaro o total como o plural.

2431

2432

2433 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – É só guia
2434 não fica no plural tá gente. Valores guia, assim como são palavras chave, ninguém
2435 fala “palavras chaves”.

2436

2437

2438 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Em
2439 Renato, “padrão final com valores guia...”.

2440

2441

2442 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO (Abema)** – Estou de acordo. Renato,
2443 Abema. Eu acho que aí fico claro.

2444

2445

2446 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2447 Definidos pela Organização Mundial de Saúde, pode ser? Pode? Taxamos o
2448 anterior? Vamos fazer uma pausa para o almoço agora? Vamos? Voltamos às
2449 duas horas? Então, duas horas estamos aqui. Bom almoço para todos. E
2450 começamos de onde paramos.

2451

2452

2453 *(Intervalo para almoço).*

2454

2455

2456 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2457 Vamos retomar gente? Vamos? Bom, onde é que nós paramos? Está lá na tela. O
2458 Daniel já está aí, não? Eu acho que a gente deixa provisoriamente dessa forma:
2459 Padrão de Qualidade do Ar Final, valores guia definidos pela Organização Mundial
2460 de Saúde. Tá? V. Vocês tinham sugestão sobre esse, sobre o Episódio Crítico de
2461 Poluição do Ar? Não, o V. Episódio Crítico de Poluição do Ar. Vai falando Renato,
2462 enquanto o André procura.

2463 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Renato
2464 Brandão, Abema. Esse tem relação com o que foi proposto pela Evangelina, que é
2465 a retirada. Eu não sei se vai ser o momento de a gente discutir isso, ou não.
2466

2467
2468 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
2469 acho que esse dá para deixar em amarelo, bota em amarelo, porque a Evangelina
2470 tinha falado que ia tirar isso da proposta. Isso era um dos pontos que a Sociedade
2471 Civil vinha batendo pela continuidade, parece que agora com essa troca de
2472 informações, ela viu que não era mais necessário. Ou Patrícia, senta aí na mesa
2473 lá na ponta, senta. Então, tá, você que sabe. Pelo menos você não fica toda hora
2474 levantando, então a gente deixa em amarelo e depois confirma com ela se for tirar
2475 as menções a episódios críticos, a gente só na hora de votar que daí eu peço que
2476 fique na mesa só quem é Conselheiro, mas agora não tem problema nenhum, só
2477 quem é o Conselheiro da Câmara Técnica. Então, vou deixar em amarelo. Vamos
2478 começar a esquentar?

2479
2480
2481 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Zilda, para
2482 ajudar, até na construção do texto depois, não é melhor citar que essa definição tá
2483 vinculada a manutenção ou não do artigo tal?

2484
2485
2486 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2487 Coloca, então, esse comentário em parênteses.
2488

2489
2490 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – É só para a
2491 gente saber que ele tem um vínculo.
2492

2493
2494 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A
2495 sugestão da representante da Apromac de retirada..., está vinculada a sugestão
2496 de retirada da Apromac. Retirada do texto? Retirada do texto.
2497

2498
2499 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Art. 9º.
2500 Renato, Abema. Art. 9º.
2501

2502
2503 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Art.
2504 9º. De retirada do texto do art. 9º. Beleza. É bom que a gente já deixa tudo
2505 anotadinho. Bom, vamos começar a esquentar. Nós temos uma proposta... Art. 3º
2506 é o coração da Resolução, para quem não está muito por dentro do assunto, eu
2507 acho que está todo mundo por dentro do assunto, mas é o coração da Resolução,

2508 o 3º e o 4º, onde tem as tabelas, mas basicamente o 3º. Então, no 3º, nós
2509 tínhamos uma proposta da Abema/Anamma/CNI/CNC; uma proposta 2,
2510 MMA/IBAMA/Ministério da Saúde. Ficou só nas duas, eram quatro, virou duas
2511 depois, né? Oi? Como é que é? Tem ainda? Ah perdão. Proposta
2512 PROAM/Ministério Público/FURPA; proposta Abema/Anamma/CNI/CNC; proposta
2513 MMA/IBAMA/Ministério da Saúde, são três. Correto? Continuamos com três.
2514 Então, na proposta Abema, mas vocês chegaram a discutir com outros pares,
2515 não? Só entre vocês?

2516

2517

2518 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Só entre a Abema, eu
2519 falei com o Wanderley por telefone, e com o Vitor, que era só uma mudança de
2520 texto, porque o *caput* estava repetindo uma definição.

2521

2522

2523 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2524 Então, coloca lá a tua proposição. Pega lá a proposta que ele colocou no texto. O
2525 *caput* do 3º, é isso?

2526

2527

2528 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – É bom pegar o *caput* o
2529 primeiro e o segundo em conjunto.

2530

2531

2532 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2533 Nossos impasses. Vamos lá. Enquanto ele cola, eu vou só falando. Proposta
2534 PROAM, Ministério Público e FURPA, são três valores, valores intermediários e
2535 um padrão final, um padrão de qualidade..., três padrões de qualidade do ar
2536 intermediários, eles não chamam de inicial. Então, é o PI-1 que passa a vigorar a
2537 partir da entrada. Três anos depois o PI2, e três anos depois do PI-2, o PI-3. E aí
2538 três anos depois do..., desculpa, três anos depois do PI3 o padrão final, que é o
2539 padrão o valor guia da OMS. Então, essa é a proposta PROAM, Ministério Público
2540 Federal e FURPA. Aí eu vou deixar a de vocês por último. A proposta
2541 MMA/IBAMA/Ministério da Saúde é similar, porém ela tem o padrão intermediário,
2542 ela reduz aqui, tem um padrão intermediário PI-1, que entra em vigor com a
2543 publicação da norma, cinco anos depois o 2, e três anos depois o valor o padrão
2544 final, que seria até 2030 também o padrão o valor guia OMS. E aí tem a proposta
2545 da Abema, que é um pouco mais complexa. Eu vou tentar me arvorar a resumir, tá
2546 bom André? Aí depois eu te passo para corrigir, ou para acrescentar. Então, a da
2547 Abema é a seguinte, o padrão inicial ele passa a vigorar com a publicação da
2548 Resolução e os padrões subsequentes o PI-2, o PI-3 e o padrão final serão
2549 adotados com base em: a cada cinco anos vai ser feita uma avaliação dos Órgãos
2550 Ambientais Estaduais de Meio Ambiente e o Ministério do Meio Ambiente, uma
2551 avaliação conjunta levando em consideração os planos estaduais de controle das
2552 emissões atmosféricas, os relatórios de avaliação da qualidade do ar e aí vai se

2553 poder avaliar se esses padrões intermediários poderão, ou não, serem adotados
2554 como padrões intermediários e conseqüentemente o final também. Com isso ela,
2555 ou melhor, vocês têm padrões oferecidos, o que vai ser avaliado é a confirmação,
2556 ou não, se esses padrões intermediários poderão ser garantidos no prazo de cinco
2557 anos, ou não, serão precedidos basicamente de uma avaliação conjunta e
2558 certamente isso vai ter que vir a esse Conselho novamente para poder deliberar.
2559 Então, são essas três propostas que nós temos. Correto? Então, tá lá a proposta
2560 de mudança no *caput* em relação ao texto da Resolução que estava na Internet, a
2561 segunda proposta que é da Abema/Anamma/CNI/CNC, ela mudaria o *caput*
2562 para..., deixa eu ler, bota lá o vermelhinho. Os padrões de qualidade do ar
2563 definidos nesta Resolução serão adotados sequencialmente em 4 etapas, para
2564 melhorar a redação dele. Então, pode explicar André, agora.

2565
2566

2567 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Isso, é porque eu tava
2568 repetindo uma definição. É bem simples, é o mesmo conteúdo só que o *caput* na
2569 redação anterior, ele estava repetindo uma definição, dizendo os padrões finais de
2570 qualidade do ar são os valores definidos pela Organização Mundial de Saúde, isso
2571 já está lá na definição. Então, o que a gente queria dizer em verdade é que os
2572 padrões vão ser adotados sequencialmente em 4 etapas, o PI-1 passando a
2573 vigorar de imediato e os demais sequencialmente a partir da revisão elaborada a
2574 partir de cinco anos, destacando aqui que os estados assumem o compromisso de
2575 elaborar um Plano de Controle de Emissões Atmosféricas e ali vai estar todo o
2576 arcabouço normativo, enfim, jurídico das ações necessárias para se atingir esse
2577 padrão que já vai estar definido e a gente volta a essa casa para discutir apenas
2578 os prazos de implementação. Então, a ideia é que as próximas resoluções sejam
2579 simples, uma vez que elas vão tratar apenas de prazos. A discussão seguinte
2580 seria, por exemplo, tratar do prazo para o PI-2, conseguimos atender o PI-2,
2581 impositivo vamos ver em quanto tempo a gente conseguiria atender o PI-2 de
2582 acordo com as ações que os estados estabeleceram nesse plano de controle a ser
2583 apresentado no terceiro ano, e com base nos resultados de avaliação do
2584 monitoramento da qualidade do ar que deve ser submetido no quarto ano ao
2585 Ministério do Meio Ambiente para que a gente tenha tempo hábil de preparar a
2586 reunião de revisão no quinto ano. Então, é basicamente essa a proposta da
2587 Abema e aqui Wanderley, Bernardo e Vitor e a companheira da Anamma, Liciania,
2588 foi só uma mudança de redação para não repetir uma definição que já estava mais
2589 acima, o conteúdo é o mesmo. Então, em havendo a concordância dos setores da
2590 Anamma, da CNI e CNC, eu sugeriria que a gente pudesse adotar já essa nova
2591 redação como uma redação conjunta Anamma, Abema, CNI e CNC.

2592
2593

2594 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2595 Vamos ser práticos. Desculpa, vamos por etapas. Os municípios, os governos
2596 estaduais, Abema, parece que está pacificado, CNI e CNC concordam com essa

2597 proposta que substituiria a anterior? Sim? Wanderley. Vou passar antes para ele e
2598 depois...

2599

2600

2601 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Wanderley, CNI.
2602 Boa tarde. Na verdade Dra. Zilda, nós concordamos com a proposta da Abema, a
2603 gente só tem uma observação a fazer André, que seria na questão do
2604 subseqüentes, colocar subseqüentes, serão adotados subseqüentes a partir de
2605 uma avaliação efetuada a cada cinco anos, não é questão nem de mérito, é
2606 questão mesmo de forma para deixar mais claro a condução da adoção do PI-2,
2607 PI-3 e PF.

2608

2609

2610 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** André, Abema. Anamma
2611 e Abema coordenando, pelo que eu entendi Wanderley, veja se é isso, seria no §
2612 2º os padrões de qualidade do ar PI-2, PI-3 e PF serão adotados
2613 subseqüencialmente a partir..., seria essa a mudança?

2614

2615

2616 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Exatamente isso.

2617

2618

2619 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Então, se os estados
2620 concordarem e a Anamma também...

2621

2622

2623 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É só
2624 uma questão de redação?

2625

2626

2627 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** É uma questão de
2628 redação.

2629

2630

2631 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu já
2632 passo para ti Cláudio. Bernardo, CNC.

2633

2634

2635 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC) –** André, é só uma questão de
2636 redação para deixar bem esclarecido de que cada um daqueles padrões vão ser
2637 adotados de forma subseqüente, da forma como está redigido ali dá margem para
2638 uma interpretação de que aqueles todos vão ser adotados em conjunto de forma
2639 subseqüente, e não é essa a ideia, a ideia é de que cada um seja adotado de
2640 forma subseqüente.

2641

2642 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu entendi a sua
2643 preocupação Bernardo. Eu chamo atenção para o *caput*, porque o *caput* fala
2644 sequencialmente em 4 etapas, ainda assim você tem essa preocupação?
2645

2646

2647

O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC) – Sim.

2648

2649

2650 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Então, como que a gente
2651 poderia colocar a redação? Cada um de forma diferente.
2652

2653

2654

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – No
2655 microfone Dr. Bernardo.
2656

2657

2658

O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC) – Os padrões de qualidade do ar
2659 PI-1, PI-2, PF serão adotados cada um, vírgula, de forma subsequente, fecha a
2660 vírgula, a partir de uma avaliação.
2661

2662

2663

O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Eu consulto rapidamente
2664 os colegas dos estados e fazendo uma correção é Anamma e CNM. Fazendo uma
2665 correção aqui.
2666

2667

2668

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O
2669 Cláudio queria falar. Cláudio Alonso, Governo do Estado de São Paulo.
2670

2671

2672

O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Olha, eu não vou me preocupar
2673 muito com a redação. Eu acho que existem algumas coisas que são
2674 consensuadas e outras que não. Primeiro, todos concordam, independentemente
2675 da redação, que de imediato entre um primeiro padrão, isso é um consenso de
2676 todos. Segundo, qual é a diferença que existe entre as três propostas? Existe
2677 alguma coisa em comum entre a Abema e o Ministério Público, que são 4 etapas,
2678 diferencia sim do Governo Federal que reduz para três. Então, a segunda meia
2679 concordância é essa. Aonde discorda de vez a Abema do Ministério Público? O
2680 Ministério Público quer a cada três anos uma nova etapa, a Abema fala que não,
2681 eu quero, eu quero veja desculpe a forma, nós vamos propor uma adoção
2682 sequencial, mas com uma avaliação constante. Eu gostaria de bater bastante
2683 nesse ponto pelo seguinte, nós temos uma Resolução hoje, nesse aspecto eu sou
2684 meio conceitual, sabe, senão a gente se perde. Hoje nós temos uma Resolução
2685 que foi instituída com todas honras e glórias, eu até meti o pitaco, (...) demais
2686 nessa Resolução que falava o seguinte, é esse padrão e dane-se. Eu pergunto o

2687 seguinte, até hoje 30 anos depois cumpriu-se isso? Você pegar um conjunto de
2688 outras Resoluções que fala assim, este número e fim, cumpre-se. Existe na
2689 proposta da Abema uma evolução conceitual que eu acho que é muito importante,
2690 ela não faz, por exemplo, que nem a Resolução de água que estabelece um valor
2691 e esquece. O que a gente faz é o seguinte, eu quero, desculpe o eu quero, eu
2692 proponho que a gente faça um primeiro caminho e analise este primeiro caminho,
2693 por que eu preciso fazer isso? Porque nós ainda estamos crus. O que eu falo que
2694 os órgãos de controle eles têm que ter domínio sobre aquilo que está fora, nós
2695 não temos esse domínio, então não adianta botar número, nós pedimos um
2696 primeiro momento, que é três anos, eu acho que bom tudo bem, três anos para o
2697 plano e cinco para fazer uma revisão um tempo suficiente para a gente ter domínio
2698 sobre aquilo que a gente não domina, principalmente ozônio, sai de baixo, na hora
2699 do ozônio nós vamos quebrar o pau aqui. Então, é essa a lógica da Abema, nós
2700 não vamos esquecer nunca, nós não vamos esquecer, a cada cinco anos os
2701 estados vão ter que vir aqui e mostrar a cara pra Sociedade Civil, incivil, civilizada,
2702 enfim, vai ter que mostrar a cara do plano que fez e o que cumpriu, porque não é
2703 só um relatório, o que a gente pretende não é um Relatório de Qualidade do Ar,
2704 deu 12, aí deu 15, não, a gente quer que no relatório conste que atitudes foram
2705 tomadas, eu avancei no controle de veículo, porque eu quebrei três caminhões e
2706 joguei na esquina.

2707

2708

2709 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2710 Cláudio, a diferença básica é também o prazo entre as etapas. Fiz aqui as contas,
2711 olha, a proposta de vocês, você atinge o padrão final em 2033. Na proposta da
2712 Sociedade Civil você atinge em 2030, só que com um prazo entre as etapas
2713 menor, de três anos. Na proposta do Governo Federal, do Ministério do Meio
2714 Ambiente e do IBAMA, você encurta as etapas intermediárias, mas você dá um
2715 prazo maior para você chegar nela, que seria cinco anos. Basicamente é essa a
2716 diferença entre elas.

2717

2718

2719 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Eu quero dar um depoimento
2720 pessoal extremamente honesto, Padrão de Qualidade do Ar do ozônio não vai ser
2721 atingido nunca, porque você tem interferências de emissões naturais que só Deus
2722 tem controle, nós não temo. Você vê que a Europa...

2723

2724

2725 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,
2726 tudo bem, eu vi.

2727

2728

2729 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** A Europa e os Estados Unidos,
2730 eles não adotam o padrão final e é final, não é intermediário, é final, eles não

2731 adotam o padrão da OMS, porque existe uma componente natural na formação do
2732 ozônio que é forte.

2733

2734

2735 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Que
2736 impede de chegar a esse valor.

2737

2738

2739 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Por que nós em São Paulo, que
2740 depois o pessoal da Abema (...), por que a gente coloca isso como padrão? Por
2741 uma razão, porque na hora de classificar o ar a gente sabe que aquela
2742 classificação da OMS para o padrão final de ozônio, por exemplo, é um padrão de
2743 saúde, eu não consigo atingir, eu não consigo atingir esse padrão no meu dia a
2744 dia, eu não consigo, eu duvido que se consiga. Então, o fato da gente pedir um
2745 prazo um pouco mais tranquilo, mas ter domínio sobre aquilo que está fazendo e
2746 prestar para a sociedade esclarecimentos a cada cinco, eu não digo que a cada
2747 cinco anos, o primeiro é cinco anos, o segundo pode ser menos e eu até digo por
2748 que pode ser menos, você entendeu, primeiro um prazo de cinco anos para a
2749 gente os estados terem o domínio daquilo que não dominam e é pouco, depois de
2750 cinco anos não necessariamente assim, eu tenho certeza que em cinco anos a
2751 gente adota o PI-2.

2752

2753

2754 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2755 Então, vamos tentar discutir. Então, o André pediu a palavra, perdão, o Daniel
2756 pediu a palavra. Ele está do lado do André, eu confundir.

2757

2758

2759 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** A redução é essa. Todos
2760 concordam com o primeiro prazo, existe uma concordância em termos de número
2761 de etapas entre Abema...

2762

2763

2764 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Sim,
2765 e de prazo entre essas etapas.

2766

2767

2768 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Aí existe discordância.

2769

2770

2771 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
2772 acho, nós do Ministério do Meio Ambiente, trabalhamos para quem sabe a gente
2773 chegar um dia, um dia otimamente até 2030 no padrão OMS, mas a gente sabe
2774 que isso é uma meta a ser perseguida, sabe que não é só essa Resolução que vai
2775 nos garantir chegar até a esse prazo, não é só essa Resolução. É a outra é o

2776 empenho em outras áreas do Governo, empenho em outras áreas dos governos
2777 estaduais, a gente sabe dessa complexidade. A única dificuldade, eu volto a frisar
2778 antes de passar a palavra para você Daniel, que a única, o único receio que o
2779 Governo Federal tem, eu falei isso várias vezes na nossa reunião de outubro é
2780 que não sinalizemos para a sociedade que estamos revisando, não estou
2781 entrando no mérito, eu estou vendo que a gente está baixando, está sendo mais
2782 restritivo nos valores, está trabalhando para uma redução, isso vai depender de
2783 investimento do próprio Governo, da indústria, no próprio Governo em relação ao
2784 planejamento, aos planos, a como atuar nas emergências, a como comunicar com
2785 a sociedade, a gente sabe que tem toda essa complexidade a ser perseguida para
2786 se chegar ao fim do processo. Mas, a nossa avaliação, que não é nesse aspecto,
2787 não é nem tanto técnica, mas é política, é não sinalizarmos que estamos
2788 revisando uma Resolução para deixarmos essa Resolução, o que eu falo assim,
2789 deixa eu explicar um pouco melhor aquilo que eu falei na reunião passada, todos
2790 nós sabemos que quando chegar, digamos que a gente aprova essa Resolução
2791 neste ano ainda, consigamos aprová-la neste ano, quando chegar em 2022 o
2792 Ministério do Meio Ambiente vai ter que receber um plano contendo e um relatório,
2793 um plano e um relatório contendo tudo que foi feito e como se monitorou, vamos
2794 ter que avaliar esses dados. Então, primeira coisa, o Ministério vai ter que sentar
2795 com os órgãos estaduais e fazer essa avaliação, isso não é uma coisa que eu
2796 consiga fazer em um mês, dois meses; depois eu vou ter que mandar isso, por
2797 meio de um encaminhamento próprio, uma nota pelo menos técnica, um parecer
2798 ao CONAMA. Aí chega ao CONAMA, é uma sistemática que também foge um
2799 pouquinho do Regimento Interno, porque hoje a Câmara Técnica ela não avalia
2800 relatórios, ela aprecia o da CAP, ela aprecia, aprova e manda para plenária, os
2801 outros ela só toma conhecimento e manda para plenária, são só para tomar
2802 conhecimento mesmo. Então, eu estou jogando uma avaliação técnica dos
2803 relatórios, estou fazendo um raciocínio com vocês, eu não estou fazendo nenhum
2804 julgamento de valor, tá, eu estou fazendo..., vocês estão mandando um relatório
2805 para o Ministério, eu vou ter que monitorar para ver quem não cumpriu e recebeu
2806 uma resposta deles, ou preferencialmente uma comunicação dizendo: não cumpri
2807 por causa disso e daquilo. Então, eu vou ter que avaliar mediante 2, 4, 6 ou 8, que
2808 eu receber, eu duvido que eu receba mais do que 8, já fiz uma avaliação
2809 superficial, mas por sendo muito otimista, eu recebo pelo menos o primeiro uns 8
2810 estados, e aí vai tramitar mais um pouco no CONAMA. Aí me preocupa o
2811 seguinte, como fica no caso de eu não conseguir em um ano avaliar, encaminhar
2812 discutir e aprovar a nova fase? Primeira coisa, como é que fica isso? Segunda
2813 coisa, como eu faço, eu vou ter que ter claramente aqui o mecanismo, eu acho
2814 que cheguei a falar isso na reunião passada de como é que eu lido com os
2815 estados, ou eu determino agora quais os estados que são prioritários, como o
2816 Ministério propôs, por exemplo, colocou critérios, não colocou critérios nominais,
2817 os estados tais, tais e tais, mas colocou em termos de corte populacional na
2818 proposta que fez de mudar a Lei de Resíduo Sólidos em relação ao atingimento da
2819 meta de RH de causas e lixões. Então, colocou regiões metropolitanas e cidades
2820 acima de um milhão de habitantes, sendo a proposta, isso não foi aprovado, mas

2821 fez um critério técnico, ou então abaixo de cidades de irrelevante interesse
2822 ambiental, de vulnerabilidade ambiental, colocou dados dessa forma para poder
2823 indicar que eu posso antecipar para cidades menores que tem uma
2824 vulnerabilidade ambiental maior, porque esse é o nosso papel aqui, é garantir que
2825 o meio ambiente seja no mínimo preservado, ou que estar conservado. Então, me
2826 preocupa, nós estamos partindo para a proposta da Abema, Abema, Anamma,
2827 CNC e CNI, é uma proposta nova, nós temos que tentar adaptá-la ao Regimento
2828 atualmente em vigor e aos trabalhos desse Conselho, caso a gente opte por essa
2829 em uma votação, eu estou fazendo aqui um paralelo, não estou dizendo que essa
2830 vai ser votada, mas caso ela seja votada e seja aprovada, como nós vamos lidar
2831 com a incerteza de se eu não consegui em cinco anos, permanece? Então, tem
2832 que ser claro no texto, permanece o padrão da fase que está em vigor, eu tenho
2833 que dizer isso no texto. Segundo, como eu lido e aqui está escrito que os estados,
2834 eu vi aqui já está escrito, a gente propôs os estados que não tiverem condições de
2835 executar o plano, o relatório vão ter que comunicar formalmente ao Ministério que
2836 não uma justificativa de por que não conseguiram isso. Então, são essas as
2837 preocupações que eu tenho. Vou passar a palavra ao Daniel agora, que eu
2838 atropeli ele, mas em relação a proposta da Abema, certo? E também, além disso,
2839 a sinalização e aí vai o aspecto político que eu falei ao início de como eu reviso, a
2840 gente já até conversou sobre isso quando a reunião começou, como eu reviso
2841 padrões e coloco essa solução para um planejamento futuro incremental, eu estou
2842 chamando de incremental, o nome que eu batizei, mas essa forma de
2843 planejamento incremental que a Abema está propondo. Agora, eu também
2844 reconheço, deixa eu fazer aqui um mea-culpa, eu reconheço que quem
2845 implementa isso, a gente tem que ter um cuidado muito especial com a proposta
2846 da Abema, porque quem vai, eu estou dizendo que a Abema lidera esse grupo de
2847 4 setores, quem vai implementar essa Resolução são basicamente os órgãos
2848 estaduais de meio ambiente. Então, assim, a gente tem que ter um respeito pela
2849 proposta, não foi uma proposta que foi feita desconectada, ou irresponsavelmente,
2850 não, foi feita com base naquilo que os senhores Rio de Janeiro, São Paulo,
2851 Espírito Santo, não esqueci de mais ninguém, que são pelo menos os três estados
2852 que já vem historicamente produzindo relatórios e se debruçando pela matéria, eu
2853 sei tudo isso. Mas, eu levanto também esses outros quesitos para a gente poder
2854 complementar. Agora, eu passo a palavra para o Daniel. Tem mais algum inscrito
2855 que eu esqueci de anotar? Não. Então, passei para o Daniel.

2856
2857

2858 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Boa tarde. Daniel,
2859 Ministério da Saúde. Na verdade, eu vou tentar continuar com esse exercício que
2860 cada um dos setores está tentando fazer que é fazer uma leitura comparativa
2861 entre as propostas, ou buscando esclarecer e apontar as principais divergências.
2862 Aí eu pego destacando, inicio com a questão do setor civil que o que ela fala?
2863 Independente eu acho que a grande polêmica não é o número de fases, a meu
2864 ver, óbvio que eu estou dizendo aqui é a interpretação minha, óbvio, eu acho que
2865 a grande questão não é o número de fases que cada uma das propostas

2866 apresentam, eu acho que a grande divergência é que a Sociedade Civil apresenta
2867 etapas já previamente estabelecidas de prazos para entrar em vigor, independente
2868 de se fazer avaliações, e que se não me engano 2028, ou 2030 isso vai fechar no
2869 padrão OMS. Essa eu acho que resumidamente é a proposta da Sociedade Civil.
2870 Tem um por outro lado a da Abema e os demais representantes que também em
2871 etapas busca um padrão final, que é realmente o mesmo que a OMS. No entanto,
2872 e aí eu acho que é a grande divergência, ela não oferece prazo para isso, em que
2873 pese que seria avaliar a cada cinco anos não há em momento algum garantia em
2874 que essas etapas vão avançar a cada cinco anos, elas podem ser..., podem se
2875 permanecer o padrão que entra em vigor o PI-1, pode se permanecer até uma
2876 nova revisão, não tem uma garantia, não existe um prazo final para atingir a OMS.
2877 Eu acho que essa é a grande questão. E aí existe uma terceira proposta que é o
2878 Ministério do Meio Ambiente, que nós da Saúde defendemos até o momento, que
2879 é uma coisa que tenta conciliar essas duas questões, uma ok a gente não precisa
2880 preestabelecer exatamente o período que vai ter ser atingida as novas metas, ou
2881 seja, a cada três anos como é a proposta da Sociedade Civil, mas também não dá
2882 para deixar completamente em aberto sem uma meta final, que aí a nossa
2883 proposta entra de uma forma objetiva que em 2030 com consonante, inclusive
2884 com objetivos de desenvolvimento sustentável, enfim, uma série de outros fatores,
2885 mas isso não é a grande questão também, mas enfim, o fato é que a gente
2886 estabelece que em 2030 a gente precisa chegar na OMS, mas ao longo desse
2887 caminho ok podemos conversar, podemos avaliar cenários, mas sem ter nenhum
2888 horizonte final fica bastante complicado. Eu acho que assim, tentando fazer a
2889 leitura entre as três propostas essa é a minha interpretação.

2890

2891

2892 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

2893 André, Abema.

2894

2895

2896 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – André França, Abema.**

2897 Daniel, um complemento na sua fala em relação você não tem prazos, é só
2898 reforçar rapidamente a gente já vem apresentando essa argumentação já há
2899 algum tempo, a gente não está deixando de colocar prazo não é porque a gente
2900 não queira um prazo, é porque a gente não tem um mínimo de segurança em
2901 relação a exequibilidade desses padrões, mais uma vez, se tivéssemos certeza
2902 técnico-científica de que é possível atingir, nós estaríamos aqui discutindo em que
2903 prazo poderíamos seguir cada uma das etapas. A grande diferença, né, e daí o
2904 modo diferente de enxergar a questão é que hoje não há nenhuma garantia de
2905 que eu consiga em uma grande metrópole, como o Rio de Janeiro, ou São Paulo,
2906 atender os valores guia da OMS/2005, tanto que a gente não tem um exemplo
2907 hoje de uma grande metrópole que atenda. Então, como fixar uma meta que a
2908 gente já sabe de antemão que ela é muito provavelmente inalcançável,
2909 inexecutável, independente do esforço que se faça colocar uma meta que não é
2910 cumprida só faria duas coisas, colocaria mais lenha na fogueira no já conhecido

2911 processo de judicialização do licenciamento ambiental, transferiria da esfera
2912 administrativa para a esfera judicial caso à caso, que eu acho que ninguém ver
2913 como algum tipo de vantagem nisso e desmoralizaria esse importante instrumento,
2914 que são os padrões de qualidade ambiental. Então, não tendo nesse momento
2915 nenhuma certeza de que é possível atingir, ao contrário tudo indica em relação a
2916 impossibilidade, a inexequibilidade de atender os valores guia da OMS, não há o
2917 menor sentido em colocarmos um prazo, que dirá 2030. Aí vamos nos acomodar
2918 nessa proposta e deixar as coisas indefinidas Dra. Patrícia? Não, vamos
2919 apresentar e começar pelo início, que é a coisa que a gente às vezes não faz, a
2920 gente quer começar pelo final. Começar pelo início é: hoje a gente sabe a situação
2921 atual dos estados que vão ser os executores de todos os estados, já não sabemos
2922 a situação atual, se eu não sei onde eu estou e como que eu vou chegar, como é
2923 que eu vou definir agora um destino com prazo? Eu preciso conhecer a situação
2924 atual, a realidade dos estados, salvo engano, Cláudio me corrija, nenhum Estado
2925 tem o seu inventário de fontes realizado, completo. Então, se eu não tenho
2926 nenhum inventário, como é que eu vou dizer quais são as ações que são
2927 necessárias para reduzir as emissões para se atingir um padrão, a gente está
2928 fazendo tudo ao avesso e aí nós temos que ter o pé no chão de não ceder a
2929 tentadora cultura do “fazejamento”, porque você começa a fazer e vai vendo no
2930 meio do caminho o que acontece, não é isso que a gente quer, o que a gente está
2931 dizendo é: precisamos de um plano, porque esse plano vai muito além da alçada
2932 do órgão ambiental, isso tem que ser discutido com o transporte, as outras esferas
2933 de Governo, com os municípios, com os setores produtivos, com o Governo
2934 Federal para saber se há algum incentivo de redução de tributos para adoção de
2935 tecnologias mais limpas, ou de fomento a novas tecnologias, como o carro a
2936 hidrogênio, ao carro elétrico que vai de fato contribuir, é importante eu lembrar que
2937 boa parte dessas emissões não são provenientes de fontes fixas, mas sim de
2938 fontes moveis, cujo o controle é ainda mais desafiador. Então, faço esse breve
2939 relato, eu sei que muitos já estão cansados de ouvir os mesmos argumentos, mas
2940 é preciso relembra algumas questões que são importantes, porque a negociação
2941 que a Abema está se propondo a fazer é uma negociação baseada em princípios
2942 e não em barganha, porque se não de nada adiantaria a gente está aqui falando
2943 dois, três, cinco, sete, quatro, em cima de que princípio? Um princípio de que a
2944 gente ainda não tem a realidade conhecida, o plano estabelecido, o compromisso,
2945 porque nada se faz sem definição de papéis e responsabilidade, e o que a gente
2946 quer é exatamente isso, qual é a parcela de contribuição de cada setor nesse
2947 plano de controle que vai ser apresentado para que a gente, conhecendo a
2948 realidade das emissões, possa ter ações efetivas para se atender um determinado
2949 padrão. É isso que nós estamos apresentando uma proposta de razoabilidade,
2950 infelizmente eu preciso de prazo, porque eu não consigo fazer as coisas sem
2951 esforço Dr. Bocuhy, eu não consigo dizer: olha, eu vou fazer o plano e apresentar
2952 ano que vem, porque aí tem a realidade administrativa que infelizmente nos traz
2953 algumas barreiras adicionais, eu tenho que licitar, contratar, submeter todo o
2954 processo os órgãos reguladores e o tempo em geral não acompanha a nossa
2955 vontade de execução no serviço público infelizmente. Então, resumidamente o que

2956 a gente está colocando é uma proposta concreta, com compromisso,
2957 compromisso assumido, tem o PI-1 imediato que já traz ganho em relação a
2958 CONAMA 390, o relatório no quarto ano com resultado consolidado e uma
2959 discussão daqui há cinco anos com base em dados e fatos, e não em achismo,
2960 porque em achismo a gente não vai chegar há nenhuma proposta concreta. Então,
2961 finalizando o que a gente faz é um apelo a razoabilidade, estamos completamente
2962 dispostos a discutir Zilda, as questões regimentais como viabilizar esse modelo,
2963 mas certos de que não temos como colocar prazo para algo que muito
2964 provavelmente é inexecutável, nem no meio de uma Unidade de Conservação no
2965 Rio de Janeiro você atinge a OMS, a violação de inaláveis, aí eu vou fazer o que
2966 Wanderley, eu vou decretar que as abelhas não podem mais polinizar, porque
2967 está gerando uma emissão que não atende a OMS. Então, a gente tem que ter o
2968 que é ciência do que é factível e o que é utopia, e hoje nós não temos nenhuma
2969 garantia de que o padrão final do valor guia da OMS possa ser alcançado, se
2970 alguém tiver algum exemplo nos presente. Obrigado.

2971

2972

2973 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2974 Obrigada André. Eu tenho inscritos aqui Bocuhy, Evangelina, Patrícia Boson.

2975

2976

2977 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** Carlos Bocuhy do
2978 PROAM. André, eu gostaria de responder diretamente a sua argumentação. Você
2979 assistiu o filme Dunquerque? É muito interessante esse filme, porque você tem
2980 uma situação emergencial que você tem que mobilizar todas as coisas, todos os
2981 recursos possíveis para enfrentar uma situação difícil, né, é muito diferente da
2982 nossa realidade, mas se trata mais ou menos do mesmo princípio. O princípio
2983 basilar disso tudo é a proteção da saúde pública, nós estamos falando aqui de
2984 proteger o meio ambiente e de proteger a saúde pública. Esse é o nosso princípio.
2985 As questões da ordem econômica, elas vêm após esse passo, porque na verdade
2986 a economia é um subsistema do processo ambiental. Então, enquanto nós
2987 considerarmos a economia no mesmo patamar da questão ambiental, e traçarmos
2988 estratégias para isso, nós vamos partir de uma premissa equivocada. Quando
2989 você diz: nós temos que ter um exemplo de onde isso deu certo, né. A China hoje
2990 está fazendo um esforço fantástico com relação a poluição e eles têm problemas
2991 enormes, muito mais do que os nossos, eles têm problemas de calefação no
2992 inverno, tem uma série de problemas de geração de energia, super população e
2993 etc. e etc. e estão caminhando, porque eles chegaram à conclusão que no modelo
2994 que eles estavam desenvolvendo chegou um ponto que eles tinham que tomar
2995 uma medida emergencial. Madrid recentemente, dentro da comunidade europeia,
2996 a comunidade europeia vai tomar uma medida de multar o Estado espanhol por
2997 conta de não cumprir as medidas da normativa europeia, porque não tomaram as
2998 medidas, morrem 20 mil pessoas por ano na Espanha prematuramente por conta
2999 de poluição atmosférica, quer dizer, não somos nós só que temos o problema,
3000 mas na verdade isso está ocorrendo. Quando você fala eu preciso mover a

3001 vontade política intersetorial de todos os outros setores para construir uma política
3002 pública onde todos os atores vão contribuir para a gente chegar a um efeito
3003 transformador da nossa realidade, se você não tiver uma norma que ela desenhe
3004 o *deadline* de cada etapa, você não move o mercado, você não move a economia.
3005 Então, não se trata apenas de uma norma que atenda a visão dos OEMAS, dos
3006 órgãos de controle ambiental dos estados, mas se trata de uma visão que mova
3007 um conjunto que envolve a economia e todo o setor público, né. Se a gente não
3008 colocar a cenourinha na frente do burrinho, a gente não vai conseguir caminhar
3009 nesse processo. Então, eu gostaria de falar sobre alguns exemplos de poluição,
3010 por exemplo, do rio Tãmisa, outros exemplos que foram adotados
3011 internacionalmente que chegaram a um bom resultado a partir do momento que
3012 você colocou metas mais ambiciosas e conseguiu mover o Governo nesse
3013 sentido. Eu percebo que todo o esforço que a Sociedade Civil fez para entrar no
3014 CONAMA para discussão dessa norma, se nós colocarmos a estratégia como
3015 você está colocando, nós não vamos na prática transformar a realidade, vai ser
3016 difícil. Então, nós vamos ter que sinalizar isso e eu lembro que se você não
3017 cumprir a sua meta de três, cinco anos, sempre há meios recursais jurídicos de
3018 você chegar há uma conformização do processo, quer dizer, ninguém vai para a
3019 cadeia por conta disso. A questão é que você tem que sinalizar claramente para a
3020 sociedade e para todos os setores isso. Então, eu gostaria de contrapor a sua fala
3021 nesse sentido de que sem meta e sem prazo mais determinado a gente não
3022 consegue mover a nossa sociedade, isso é uma preocupação, se você me
3023 trouxesse uma outra proposta que fosse razoável nesse sentido pode ter certeza
3024 que eu ia apoiar, mas nesse formato que vocês estão propondo de voltar para a
3025 rediscussão, porque não atingiu, isso aí vai na verdade provocar um *deadline* no
3026 processo que a gente vai chegar 2030 vai passar disso e não vai resolver o
3027 problema.

3028
3029

3030 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3031 Antes de passar a palavra a Evangelina, talvez uma solução fosse contrária aquilo
3032 que eu falei, ou seja, se no prazo de até cinco anos não se conseguir chegar a
3033 uma proposta diferente, passa a vigorar a próxima etapa para poder acelerar o
3034 processo. Entendeu? Que aí acelera o trem de todo mundo, acelera o trem de
3035 todo mundo, seria uma proposta para se correr atrás do relógio e não o contrário,
3036 não a gente ficar refém de uma..., eu estou jogando propostas a mesa, entendeu?
3037 Assim, seria uma proposta que talvez fosse mais convidativa. Vamos lá.
3038 Evangelina e Patrícia, e André.

3039
3040

3041 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3042 **(Apromac) –** Bom, Evangelina, Apromac. Faço das palavras do Bocuhy as
3043 minhas, mas gostaria de complementar com o seguinte, a questão da saúde
3044 pública dentro desse..., dentro do que você coloca como limitantes para vocês
3045 assumirem um prazo, ou a definição, fica totalmente, vamos dizer assim,

3046 abandonada no sentido dessa salva guarda e o custo é muito alto em termos de
3047 vidas e adoecimento, e também de custos para a saúde. E se existe essa grande
3048 dificuldade dos Estados a ponto de não quererem assumir um prazo, né, então
3049 propõe um prazo maior, mas não ter o prazo e ter todo esse trabalho no meio da
3050 história, diante de tudo que já vem acontecendo, discutindo, todo esse tempo e
3051 etc., é praticamente inconcebível.

3052

3053

3054 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3055 Evangelina, deixa só eu fazer um parêntese, porque antes de você chegar, eu
3056 tinha feito um exercício aqui. Não é nem que não tenha um prazo, há um prazo
3057 sim, da maneira como está posta a Resolução tudo funcionando a contento, a
3058 proposta da Abema o valor final chega, passa a vigorar em 2033; para o Ministério
3059 do Meio Ambiente é 2030; para a proposta dos senhores da Sociedade Civil e do
3060 Ministério Público Federal é 2030 também, só que tem mecanismos diferentes.
3061 Então, assim, eu vinha dizendo isso, mas há um prazo, só que esse prazo é maior
3062 do que o prazo proposto nas outras duas propostas, ele é 2033, são 4, é o inicial e
3063 o PI-1, PI-2, PI-3 e o final, cinco anos entre cada um, dar 15 anos, se a Resolução
3064 for aprovada esse ano são 15 anos, é 2033.

3065

3066

3067 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** É possível 2033 se
3068 exequível.

3069

3070

3071 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3072 **(Apromac) –** Não, então eu não entendi essa parte, e também não entendi os
3073 intermediários, os prazos intermediários, tudo bem, esse é o final, mas e os
3074 intermediários e se exequível.

3075

3076

3077 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A
3078 gente explicou antes, são cinco anos entre eles, mediante essa avaliação prévia.
3079 Fazendo o papel de advogado do diabo também ninguém garante que se
3080 aprovarmos a proposta do MMA e do IBAMA, e a da Sociedade Civil se os
3081 estados vão ter condições de garantir, ou não vão ter que justificar um adiamento.
3082 Então, essa é a solução. Entendeu?

3083

3084

3085 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3086 **(Apromac) –** Bom, mais aí no caso vamos supor que tem o prazo e eles não
3087 conseguem atingir. O que acontece?

3088

3089

3090 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu já
3091 te falei isso outras vezes. Eu já te falei outras vezes. Constitucionalmente eu não
3092 tenho como autuar um órgão ambiental. Pois é.

3093

3094

3095 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3096 **(Apromac)** – E aí não acontece. No caso deles, vamos supor que eles
3097 apresentem o relatório, vocês avaliem da mesma forma, não existe condição de
3098 chegar na próxima etapa. O que acontece se é cinco anos?

3099

3100

3101 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3102 Permanece o vigente.

3103

3104

3105 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3106 **(Apromac)** – E aí como que você vai chegar no...?

3107

3108

3109 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Até que se mude as
3110 condições, as tecnologias, as políticas públicas de mobilidade urbana.

3111

3112

3113 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3114 Temos uma lista de pessoas inscritas, por favor.

3115

3116

3117 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3118 **(Apromac)** – A mudança do padrão ela pode durar os 15 anos, do primeiro
3119 padrão, por exemplo, se você não alcança isso?

3120

3121

3122 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – O ponto Evangelina, é
3123 exatamente esse. Como agora a gente não tem nenhuma certeza quanto a
3124 exequibilidade do próximo padrão, a gente não está colocando o prazo justamente
3125 por conta disso, se a gente soubesse olha em sete anos eu consigo mobilizar
3126 todos os esforços para atender isso, vai ter ação A do setor tal, a refinaria vai
3127 implantar o sistema tal, eu consegui um Plano de Mobilidade Urbana, que vai
3128 diminuir 30% da frota, enfim, estou aqui dando exemplos aleatórios, mas eu sei que
3129 dá para fazer, aí eu concordo com o Dr. Bocuhy, eu sei que dá para fazer, eu sei
3130 que dá para fazer, eu sei quais são as ações, eu tenho um compromisso de todas
3131 as partes interessadas, vamos colocar a meta, porque a meta provoca senso de
3132 urgência, nós sabemos disso. A questão é hoje eu não tenho como garantir
3133 citando, por exemplo, o meu Estado que eu consigo atender o PI-2, porque eu
3134 tenho várias violações já hoje. Então, se eu não tiver nenhuma ação intersetorial,

3135 políticas públicas desenvolvidas e uma série de ações de várias partes, que não
3136 são só da área ambiental, a maior parte inclusive não é, como que eu vou assumir
3137 um compromisso que eu não vou conseguir cumprir? Aí o nosso receio Dr.
3138 Bocuhy, é o contrário é desmoralizar esse instrumento e desmoralizar esta casa.

3139

3140

3141 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tá
3142 bom. Vamos passar. Tem outras pessoas inscritas. Vamos lá. Conclui, então.

3143

3144

3145 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3146 **(Apromac)** – Concluindo. Então, para mim, a minha leitura disso é que não há
3147 prazo, porque de qualquer forma você pode não alcançar e justamente de novo eu
3148 vou dizer os primeiros padrões, a primeira mudança é a mais necessária para
3149 salva guarda da saúde. Então, do ponto de vista de saúde pela Apromac e junto
3150 com o Ministério Público é inconcebível não haver um prazo para mudanças e
3151 para avanço.

3152

3153

3154 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Esse
3155 prazo funciona como um acordo de cavaleiros, mesmo que você tenha uma Lei,
3156 não seja nem uma Resolução, que você coloca em Lei esses prazos com
3157 obrigação, assim mesmo você não consegue dá uma punição aos governos
3158 estaduais.

3159

3160

3161 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3162 **(Apromac)** – Eu entendi. Nos três casos você não consegue, se não tem prazo,
3163 se tem prazo, ou se, por exemplo, é como a Cetesb que nunca tem prazo.

3164

3165

3166 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Isso
3167 é a maneira como a nossa constituição funciona. Eu tenho inscrita a Patrícia,
3168 André, o Cláudio e o Renato. Patrícia, por favor.

3169

3170

3171 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT) –** Patrícia
3172 Boson, CONAMA/CNT. A Zilda no artigo, ou no parágrafo, você colocou para
3173 retirar território nacional pela obviedade do processo, que ela é voltada para o
3174 território nacional e agora essa ideia me retoma aqui, porque às vezes as pessoas
3175 esquecem que o território nacional não é São Paulo, não é Rio de Janeiro e nem
3176 Belo Horizonte, Belo Horizonte chega a ser grande, nem Minas Gerais. Então, nós
3177 estamos falando em obrigações para 27 federações, federações que se quer têm
3178 algum sinal, ou algum sintoma de que é necessário fazer, investir, colocar
3179 orçamentariamente dinheiro para esse controle, porque têm outros controles muito

3180 mais complicados. Então, eu acho que as pessoas deviam pensar também na
3181 Federação do Brasil, com essa questão, quer dizer, nós estamos falando de prazo
3182 para quem? Para quê? Acho importantíssima a questão do meio ambiente com
3183 base fundamental para qualquer decisão, não à toa estou e vou sempre as
3184 assembleias legislativas do meu Estado e gostaria que a Sociedade Civil fosse
3185 também com muita força as assembleias legislativas e ao Congresso Nacional
3186 quando fosse decidir Lei Orçamentária e impusesse ao meio ambiente, a Agenda
3187 do Meio Ambiente um orçamento maior do que o reposto hoje que geralmente
3188 equipara o da cultura, às vezes, perde pelo da cultura e são os menores
3189 orçamentos estaduais. Minas Gerais mesmo era de 2% na época do Itamar
3190 Franco e hoje é meio, onde estávamos quando deixamos isso acontecer? E agora
3191 não adianta cobrar uma força estadual para poder fazer as coisas se o orçamento
3192 não permite que isso seja feito, que isso aconteça. Então, a gente tem que..., não
3193 é achar que a economia contamina o meio ambiente, ou coisas desse fim, é ter a
3194 certeza da realidade, não adianta, a Lei de Política Nacional de Resíduo Sólido
3195 mandou acabar com os lixões em 2014, temos mais de 4 mil lixões no país hoje e
3196 só o Distrito Federal, a capital desse país acabou com o lixão ontem, não tem
3197 meses em que esse lixão foi acabado. Então, fica bom para o promotor da Lei, ele
3198 fica bonito na fita, sai no jornal de que ele defendeu até a morte aquele padrão,
3199 mas não fica bem para o país, não fica bem para o CONAMA colocar uma
3200 Resolução que não é cumprida, como aconteceu numa certa fase do Proconve,
3201 que pulou do P5 para P7, porque simplesmente não se cumpriu e hoje quando a
3202 gente vai ver também a questão dos planos de controle veicular, que era para
3203 todos os estados fazerem nenhum fez. Então, assim, eu acho que a gente tem
3204 que ter mesmo mecanismos de incentivo para alcance, mas dentro de uma
3205 questão de realidade, porque se a gente não trabalhar com essa questão da
3206 realidade, cai no ridículo e aí todo um arcabouço deixa de valer, porque um item
3207 não está valendo. Então, se aquele item não está valendo, o outro não está
3208 valendo, o outro não vale e o outro não vale. Então, quer dizer, a gente tem que
3209 ter um senso de país e um senso de realidade para que as coisas possam
3210 realmente funcionar. Eu entendo essa incerteza da coisa de nada acontecer, mas
3211 nós temos que usar a inteligência para poder ver como que a gente pode
3212 realmente fazer acontecer e não é estabelecendo eu lavo as mãos, eu falo assim:
3213 eu lutei, eu batalhei, mas perdi, pede voto nominal lá no plenário, a culpa é do
3214 fulano, ou do ciclano, porque eu fiz, mas a coisa não aconteceu. Então, a gente
3215 tem que trabalhar no modelo onde que a coisa possa acontecer e eu imagino que
3216 o que Abema coloca é dentro da realidade do Estado, porque quando você se
3217 reúne você se reúne com Rondônia, com Roraima, você se reúne com Amapá,
3218 você se reúne com o Maranhão, você se reúne com todos e sabe o que está
3219 realmente acontecendo. Então, quer dizer, pensa o país, não pensa a minha
3220 cidade, o meu local, a minha realidade, não, pensa a realidade do país. Então, é
3221 aquilo que a gente estava conversando antes Zilda, se a gente elegeisse algumas
3222 emergências, alguma coisa assim, podia até ser, mas dizer para o país inteiro que
3223 até 2030 o Amapá tenha, olha, é saber que isso não é verdade, é ter certeza que
3224 é um autoengano absurdo que as pessoas estão fazendo e saber que isso não vai

3225 funcionar, porque eu pego a Região Sudeste e acho que isso é Brasil, não é, não
3226 é Brasil. Então, a gente tem que ter a responsabilidade e talvez Zilda, voltar com a
3227 questão do território nacional para que a gente lembre que nós estamos falando
3228 de uma Resolução que vai valer para o território nacional, que não vai valer só
3229 para uma região, só para uma área.

3230

3231

3232 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3233 Obrigada Patrícia. É uma reflexão. Eu tenho inscritos André, Cláudio, Renato,
3234 Daniel e Evangelina.

3235

3236

3237 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Eu vou passar a palavra
3238 para o Jesuíno fazer uma...

3239

3240

3241 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A
3242 senhora levantou a mão quando? Antes, não, não, a Patrícia não, a Patrícia
3243 levantou a mão a bastante... Não, não, não, antes dela falar? Antes da Patrícia
3244 falar? Então, eu posso colocá-la antes do Daniel, após o Renato. Tu vai passar
3245 para quem?

3246

3247

3248 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Eu vou passar para o
3249 Jesuíno.

3250

3251

3252 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O
3253 Jesuíno e o Cláudio pediram a palavra, ou só um, ou o outro?

3254

3255

3256 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb) –** Jesuíno, Cetesb. Ainda com relação aos
3257 padrões, se a gente olha assim a Resolução que houve do Decreto desses
3258 primeiros padrões nacionais, já se passaram muitos e muitos anos, e o prazo
3259 exequível dele, o limite era uma revisão a cada cinco anos, ficou, quer dizer, ele
3260 continuou. Hoje inclusive dependendo do poluente, ele é ainda ultrapassado esse
3261 padrão com certeza em alguns estados, por exemplo, ozônio e daí? Quer dizer,
3262 alguma coisa aconteceu em termos de efetivação de alguma ação, que isso daí se
3263 aventa a uma redução. A sociedade realmente contribuiu no sentido de cobrar.
3264 Então, assim, da mesma forma que a gente olha os padrões americanos e mesmo
3265 no caso da Europa tem um valor lá, não são valores para ser alcançado, tem um
3266 valor primeiro para ser alcançado 2035, outro 2030, que não é da OMS, portanto a
3267 gente tem que ter o pé no chão, é só isso, porque não adianta a gente querer uma
3268 coisa que é impossível e achar que a sociedade vai fazer o esforço e vai fazer

3269 uma pressão, e que isso daí vai mudar vias, por exemplo, a Lei Trabalhista, né,
3270 eles mudaram aí e tal e aconteceu alguma coisa?

3271

3272

3273 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3274 Obrigada Jesuíno. Tem o Cláudio aí, e Dra. Fátima. Passo.

3275

3276

3277 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Eu vou bater muito na mesma
3278 tecla, mas eu vou pegar a diretiva europeia, que eu acho que é muito importante
3279 esse dado, essa detalhe da diretiva europeia. A diretiva europeia tem valores
3280 limites, como foi apresentado até por vocês aí para os diferentes poluentes. Chega
3281 no ozônio é tudo (...), chega no ozônio sabe como é? É (...), não é limite, eles não
3282 botam como limite, eles põem a intenção de chegar lá e não botam como final o
3283 valor da OMS, eles botam 120 quando o valor da OMS é 100. Então, não me
3284 parece que os europeus sejam tão malucos e irresponsáveis de botar como um
3285 *target*, uma intenção de chegar há um valor menor, mais flexível que o da OMS,
3286 eles propõem uma intenção, um valor maior que o da OMS. Então, a gente não
3287 está tão ruim assim não. Os Estados Unidos propõe o mesmo que a gente
3288 publicado na revista e eu acho que é interessante isso aqui, publicado na Revista
3289 Lancet, que ninguém eu acho que vai contestar. Pesquisa em 188 países sobre
3290 qualidade do ar, 188, na ordem do pior para o melhor onde está o país? O nosso?
3291 148, tem 147 pior que a gente, ou seja, a gente está fazendo esforço sim, porque
3292 aqui foi muito ruim, aqui foi muito ruim, tem esforço sim. Então, a gente não pode
3293 jogar esse esforço fora, achar que tem que amarrar o Estado, não vai amarrar
3294 não, o Estado vai fazer o que é possível como está fazendo até hoje. O nível que
3295 a Lancet coloca, a poluição do ar do Brasil perante o mundo está em termos de
3296 Canadá, Estados Unidos e tal, estão os 14 lá de cima, ou seja, isso daqui não é
3297 uma porcaria, isso aqui se trabalha, esse trabalho é árduo e custa caro para a
3298 população isso. Esta da Nation, eu vou ler em inglês e depois traduzo. Eu acho
3299 que não consigo. (Risos!) ... Assim, a combinação de medidas para reduzir o
3300 ozônio existem, mas os resultados são dificilmente previstos, embora a
3301 comunidade europeia e isso é muito importante, embora a comunidade europeia
3302 reduziu nos últimos 15 anos 50% das suas emissões, o ozônio não diminuiu,
3303 precisa muita ciência para controlar ozônio, não é chegar e botar um número,
3304 precisa muita ciência. A gente precisa saber que terpeno de árvore, aquele
3305 cheirinho gostoso que sai da laranjeira, aquele cheirinho gostoso que saí do
3306 eucalipto, isso tudo forma ozônio, vai fazer o que, vai reclamar com Deus que
3307 solta terpeno? Não é botar um número, não é botar um número, é botar um
3308 número que seja factível. Perante o mundo a gente botou o 100 e eu sei por que a
3309 gente botou o 100, sabe por que a gente botou o 100? Porque a gente sabe muito
3310 bem e eu tenho certeza absoluta dos 42 anos que trabalho com isso que o valor
3311 de ozônio para saúde é 100, mas a sociedade não consegue atingir 100. Então,
3312 nós vamos falar para a sociedade é 100? Está bom. Está acima de 100? Está
3313 ruim. Só que eu não consigo controlar.

3314 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3315 Cláudio, nós ainda não chegamos no art. 4º que fala especificamente dos
3316 poluentes.

3317

3318

3319 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Não, mas eu estou falando como
3320 um exemplo genérico, eu posso falar do particular, eu estou dando um exemplo de
3321 que não é possível a gente ficar botando números e prazos sem que tenha muita
3322 ciência em cima, se é que a gente quer ser consequência.

3323

3324

3325 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tá
3326 bom. Dra. Fátima.

3327

3328

3329 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** Fátima Borghi,
3330 Ministério Público Federal. Retornando a questão específica de prazo penso que
3331 raciocínios retrógrados em que se foge de uma diretriz europeia e que se busca
3332 coisas melhores, ou que se busca como parâmetros cidades poluídas não devem
3333 acontecer neste Fórum de debate, porque é importante ter em mente que se você
3334 pensar em proteção ambiental, a proteção insuficiente ela não existe, é
3335 inexistente, não tem razão por que. Então, quando se fala que você tem que levar
3336 em consideração outros lugares da Federação, acho ao contrário, você tem que
3337 partir do mais e atingir longe, se não com isso você não pensaria em termo de
3338 alfabetização, em termos de sistema presidiário e outros exemplos que
3339 poderíamos caminhar. Em relação a sanção, se não existe sanção, se existe
3340 possibilidade de justificação, ainda que o prazo seja longo e não tenha cumprido,
3341 que diferença faz em justificar antes, eu não consegui entender. O senhor mesmo
3342 admitiu que se não alcançar naquele período adiante, 35, alguma coisa que foi
3343 dita a isso, e foi corroborado, não há sanção, não há o que fazer, tirando a via
3344 judicial, não há o que fazer. Então, que não me parece, me parece um pouco de
3345 intransigência e negociação, uma mesa de negociação e colocar algum prazo, o
3346 mínimo de prazo que seja, se é possível que ele seja explicado, justificado e é
3347 possível que essa justificação se dê ao longo do tempo admitido nesse prazo
3348 muito longe, porque não admitir antes e se ocorrer essa justificação, e foi
3349 justificável, aí sim você estará no seio certo, que é CONAMA, é um Conselho de
3350 Meio Ambiente sim, meio ambiente, vida humana, porque o homem está dentro do
3351 meio ambiente e não é fator econômico, fator sustentável. Então, nós vamos ter
3352 alguma coisa pensando em justificar, mas protegendo vidas, que é este Fórum,
3353 não se pode fugir disso, não pode o poder econômico falar mais alto e não se está
3354 pedindo um prazo inexequível, mas se eu pensar se é possível daqui 7 anos e se
3355 não for possível? Ah depois eu justifico. Então, justifique antes e parta-se de
3356 algum meio que se possa negociar, se não fica uma intransigência que não vai
3357 levar absolutamente nada. Como uma norma sai daqui e não leva ao descrédito?
3358 Como foi dito que leva o descrédito da norma, porque esse descrédito a mim não

3359 me parece que seja isso, mas se correu, correrá daqui a 30 anos se não fizer, não
3360 é essa a questão importante, a questão importante é a boa vontade de todos,
3361 tendo em vista a mortandade que está havendo gente, não é possível que se
3362 desconheça isso. Então, eu acho que ser intransigente quanto a limite a começar
3363 num prazo, ainda que seja uma proposta de prazo, não, eu não quero prazo
3364 nenhum, assim é muito complicado negociar, é uma mesa que não é para
3365 negociar, é pra pega a maioria vota e aí não é um Conselho, não é meio ambiente,
3366 não é proteção do meio ambiente.

3367

3368

3369 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3370 Obrigada Dra. Fátima. Eu tenho o Renato, Daniel, Evangelina, Bocuhy e eu me
3371 inscrevi.

3372

3373

3374 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** Renato
3375 Brandão, Abema. Eu queria só também fazer alguns comentários. Eu acho que foi
3376 falado da questão da cenoura aí, né, e aí eu vou usar uma outra fruta, porque o
3377 que está sendo colocado aqui é colocar o abacaxi no colo das Abemas, dos
3378 órgãos estaduais, todo mundo falou aqui que é um problema complexo, colocar
3379 isso na Resolução só vai trazer problema para quem? Para os órgãos estaduais e
3380 para as fontes fixas, porque a gente está trabalhando só com fonte fixa. Então, se
3381 a ideia aqui não é fazer isso, que a gente discuta outras formas, porque nessa
3382 revisão a gente está trabalhando com os órgãos estaduais e com as fontes fixas,
3383 né? Eu sei que existe uma agenda para fazer toda a discussão das outras
3384 questões, e o que a Abema traz aqui é dentro desse cenário de evolução que a
3385 gente precisa ter para revisão do Proconve, de outros instrumentos, a cada cinco
3386 anos rever essa posição, se a gente tiver uma evolução efetiva de controles com
3387 relação a emissão veicular, com outras fontes, isso vai entrar na discussão e isso
3388 vai ser fator até para aceleração desses parâmetros, mas colocar o abacaxi no
3389 colo dos órgãos estaduais de meio ambiente, desse problema que é complexo,
3390 que depende de vários outros atores, é que a gente não defende. Então, por isso
3391 e a gente está aqui num momento de negociação, a Abema tem participado
3392 intensamente de todas as negociações, falar que a Abema não está querendo
3393 negociar, ou não está aberta a negociação, isso é uma inverdade total, a Abema
3394 sempre que está aqui está disposta, está apresentando propostas, apresentando
3395 novos textos, evoluções dessa questão. Então, eu acho que assim o que a gente
3396 está buscando aqui é não colocar o abacaxi no colo dos órgãos estaduais e das
3397 fontes fixas. É basicamente isso.

3398

3399

3400 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3401 Daniel, Ministério da Saúde.

3402

3403

3404 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Bom, vamos
3405 começar do fim. Eu acho que essa questão, eu acho que a gente fica usando
3406 algumas colocações que geram mais polêmicas do que caminham no sentido de
3407 uma solução. A exemplo dessa questão de colocar no colo o abacaxi, poxa, a
3408 gente está aqui na verdade tentando defender a população, saúde da população.
3409 Então, assim, a gente não quer colocar abacaxi no colo de ninguém, a gente quer
3410 na verdade mudar uma realidade que está acontecendo, a população está
3411 adoecendo e está morrendo por poluição atmosférica, isso ninguém nunca vai
3412 negar. Então, assim, hoje então se a gente vai fazer o diálogo nesse tipo de fala o
3413 abacaxi está no colo da população, que nós somos responsáveis para proteger ela
3414 e a gente vai deixar no colo deles, eu acho que isso não tem cabimento. Então,
3415 assim, eu acho que a gente pode discutir de uma forma melhor, e eu acho que é
3416 isso que é a nossa proposta, que é a proposta do Ministério do Meio Ambiente e
3417 Ministério da Saúde tem buscado, a gente não está sendo intransigente de fugir
3418 de uma realidade do país, a gente não quer o padrão OMS/2005 amanhã, a gente
3419 está tentando lutar por um padrão OMS em 2030, ou seja, um padrão que foi
3420 estabelecido em 2005, a gente está querendo que ele entre em vigor em 2030, 25
3421 anos de diferença. Então, assim, não tem..., é tempo suficiente para a gente
3422 entender a realidade, entender os agravos que essa realidade tem causado a
3423 população e mudar essa realidade. É isso que a gente está tentando buscar aqui.
3424 E assim, eu acho que a questão primordial é essa questão de não estabelecer
3425 prazo algum, isso é muito complicado, algum prazo a gente tem que ter gente,
3426 senão fica realmente não há negociação como foi colocado. Essa questão de
3427 outras coisas que foram colocadas que não fica bem para o CONAMA estabelecer
3428 um padrão em que não é factível, poxa, não fica bem para o CONAMA
3429 estabelecer um prazo em que vai impactar a saúde da população, é isso que não
3430 fica bem para o CONAMA, é isso que nós não queremos. Então, assim, eu acho
3431 que a gente tem sim que avançar em metas progressivas, eu acho que a gente
3432 não deve ser radical e é isso que a gente está propondo, a gente não quer
3433 amanhã estabeleça o padrão OMS, não, a gente sabe que a realidade do país não
3434 permite isso, ok, apesar que isso gera agravo a saúde, mas tudo bem vamos
3435 entender a realidade do país e vamos estabelecer isso mais a frente, mas
3436 precisamos dizer quando é esse mais à frente. Sem prazo não tem como a gente
3437 conversar.

3438

3439

3440 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3441 Bocuhy.

3442

3443

3444 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, eu queria
3445 concordar com o Daniel com relação a história do abacaxi. Na verdade, o
3446 problema está estourando do lado mais vulnerável, do lado mais fraco que são as
3447 populações. Agora, e dizer para o Renato que nós temos um problema de
3448 governança, governança não é um problema dos órgãos estaduais, governança é

3449 um problema de um modelo muito maior para o país e aí eu chamo atenção a uma
3450 publicação recente que nós fizemos em São Paulo que chama-se
3451 Responsabilidade Socioambiental do Agente Financiador, quer dizer, para onde
3452 circula o dinheiro e que efeito essa circulação do dinheiro traz. A partir do
3453 momento que você tiver uma definição de prazo para atingimento de padrão isso
3454 vai influenciar diretamente no Proconve, porque todas as propostas que nós
3455 fizemos de alteração do Proconve, elas dizem respeito de alterações de tecnologia
3456 que podem ser mais rápidas no Brasil, e que podem trazer benefícios para a
3457 questão ambiental a questão dos motores, a questão de catalisadores, a questão
3458 da inspeção veicular, etc., etc. e um rol de medidas que nós estamos propondo
3459 que uma vez implementadas, entendidas pelo setor automotivo que vai haver um
3460 prazo para uma qualidade ambiental, esse setor se move, isso vai muito além da
3461 perspectiva de vocês dos órgãos estaduais. Na verdade, aqui está tentando
3462 promover, através dessa proposta de prazos, que todo o setor econômico
3463 responsável por modernização tecnológica se movimente no Brasil e a gente
3464 tenha um avanço mais rápido. Então, de certa forma esse abacaxi é de todo
3465 mundo, na verdade quando você se propõe a descascar o abacaxi, quer dizer,
3466 todo mundo vai ter a sua responsabilidade nisso. A melhor forma Renato, de nós
3467 fazermos isso é colocar a bússola, é dar o prazo, né? Agora, eu acho que vocês
3468 da Abema, vocês estão tomando isso como muito pessoal e não é uma questão
3469 com os técnicos, não é uma questão com os gestores de plantão, ou será que a
3470 posição de vocês não está..., está sendo um pouquinho reducionista que vocês
3471 não estão conseguindo ver a dimensão da transformação, ela é muito maior e
3472 essa norma é fundamental para que a gente faça a transformação. Então, eu
3473 queria fazer esse apelo para que a gente colocasse a bússola. Claro que isso vai
3474 apertar a ação de todo mundo, vai ser mais difícil, vai ter mais esforço para todos
3475 os lados, mas, por exemplo, o seu governador vai chegar para você um dia se a
3476 coisa tiver mais perto da data e vai atrás de dotação orçamentária, vai pedir que o
3477 seu setor atue mais rapidamente, etc., etc.. Então, mover essa vontade política é a
3478 função dessa Comissão aqui, o CONAMA tem esse condão, ele estabelece aí
3479 uma linha de tempo que você acaba movimentando todo um processo. Então, eu
3480 gostaria de chamar essa questão para uma visão de governança intersetorial,
3481 vamos tirar um pouquinho isso da discussão do setor que está aqui representado.
3482 Não é bem isso, é muito maior do que isso. Se por um lado a gente entrar na
3483 discussão proposta por vocês que quer um prazo para ter uma dilação, que é
3484 possível você negociar, não vai acontecer nada com o setor econômico, o setor
3485 econômico vai se acomodar nesse processo. Então, isso é uma coisa que me
3486 preocupa muito. Eu acho que esse é um caminho, uma estratégia que não vai
3487 funcionar, por isso que a gente está insistindo num prazo mais curto e mais
3488 imediato.

3489

3490

3491 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3492 Vamos. Eu ainda abrir a palavra. Evangelina, você havia pedido a palavra
3493 também, né? Eu só pediria, eu tenho inscrito aqui Evangelina, eu, o André,

3494 Wanderley. Eu pediria que a gente colocasse novidades e proposta no texto para
3495 a gente poder avançar um pouco mais, porque senão a gente..., nós estamos
3496 ouvindo novamente o que nós já ouvimos na reunião passada.

3497

3498

3499 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Dra. Zilda, eu só
3500 queria pedir só para justificar que muito do que eu disse já foi dito, mas na
3501 verdade nós estamos patinando num princípio, que é na estratégia, se a gente não
3502 discutir um pouquinho mais a estratégia a gente não vai avançar mesmo. É só
3503 nesse sentido que eu gostaria de...

3504

3505

3506 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas
3507 eu acho Bocuhy, que as posições aqui trazidas são muito divergentes. Então,
3508 assim, vai ser difícil a gente não patinar, porque são posições ideológicas
3509 diferentes.

3510

3511

3512 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Mas a senhora fez
3513 uma orientação... Não, não é ideológica, no começo da reunião a senhora disse:
3514 vamos esgotar a matéria.

3515

3516

3517 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim,
3518 é isso que eu estou fazendo. Exatamente isso que eu estou fazendo. Mas, assim,
3519 na busca de tentar alinhar alguma coisa em conjunto, mas cada vez eu vejo uma
3520 distância maior. Evangelina.

3521

3522

3523 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3524 **(Apromac)** – Evangelina, Apromac. Eu vou passar a minha fala, porque o Daniel
3525 falou exatamente o que eu gostaria de dizer e o Bocuhy tentando contextualizar. É
3526 isso.

3527

3528

3529 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
3530 tenho, sem procurar, eu tenho uma proposta para fazer e eu vou colocá-la agora.
3531 Mas antes, eu só queria fazer uma fala muito breve, dizer o seguinte: nós temos
3532 que ter em mente que a gente colocou lá no art. 2º quando nós definimos que o
3533 Padrão de Qualidade do Ar é um instrumento de gestão da qualidade do ar, nós
3534 definimos que ele é um dos instrumentos. Então, eu acho que nós temos que ter
3535 claramente na nossa frente de que nós estamos tratando de um dos instrumentos
3536 para melhorar a qualidade do ar e que nós não podemos imputar a ele a solução
3537 de toda a estratégia para a qualidade do ar. Eu acho que isso tem que estar bem
3538 claro. Têm alguns outros instrumentos que com certeza nós não vamos conseguir

3539 resolver por meio da Resolução. A Resolução vai definir um deles, que é o padrão
3540 propriamente dito, e as estratégias para esse padrão entrar em vigor, mas nós não
3541 temos domínio sobre, nós não estamos discutindo aqui o Proconve, nós não
3542 estamos discutindo aqui fontes fixas, nós estamos discutindo o padrão
3543 genericamente, quer dizer, nós temos outras resoluções que tratam de outros
3544 instrumentos que vão contribuir para a gestão da qualidade do ar e existem
3545 também estratégias locais, ou seja, para se poder garantir a qualidade do ar e os
3546 padrões que vão ser colocados por essa Resolução, eu vou ter que ter em cada
3547 Estado, principalmente em cada município, ou região metropolitana, uma
3548 estratégia diferenciada de transporte, de zoneamento ambiental. Então, eu tenho
3549 outros instrumentos, nós temos que ver isso com uma visão mais ampla, mais
3550 macro, porque não é possível imputar a essa Resolução a Resolução de todos os
3551 problemas ambientais relacionados a gestão da qualidade do ar e a garantia de
3552 que a saúde da população não vai sofrer com isso. É um instrumento importante,
3553 mas ele é um dos instrumentos, eu acho que nós temos que ter isso em mente, a
3554 gente não pode esquecer, ele é muito importante, mas ele não é o único, ele vai
3555 depender de um conjunto de outros fatores para que se leve adiante. Outra coisa
3556 que a gente precisa ter em mente é o limite que o papel do CONAMA tem em
3557 relação a isso. Só para fazer essa chamada, eu tinha até discutido uma hora com
3558 o Daniel aqui que quem sabe se a gente não colocasse um..., eu vou fazer uma
3559 provocação, põe lá no art. 1º, quem sabe eu não colocasse ao final do texto do art.
3560 1º, que a gente já tinha consensuado, logo após sustentável colocando o seguinte,
3561 não escreve ainda não Henrique, eu só vou ler. Então, colocaria estabelecer
3562 padrões de qualidade ar para todo o país, visando a sua melhoria em linha com os
3563 princípios do desenvolvimento sustentável, criando condições para que sejam
3564 atingidos os valores guias da OMS ainda em 2030. Então, assim, seria uma
3565 provocação, eu não estou dizendo que eles vão ser atingidos, mas eu estou
3566 dizendo no art. 1º que eu vou buscar condições para que eles sejam atingidos.
3567 Então, isso levaria a se ter uma materialização de uma meta a se seguir, nós
3568 tiramos do texto reuniões atrás, que eu já não me lembro mais qual era, acho que
3569 ainda foi no Grupo de Trabalho a história da meta, a gente tinha meta, estava
3570 trabalhando com meta. Então, assim, a meta é interessante, porque eu posso
3571 colocar uma meta para 2030, que eu estou querendo no intuito de dizer, eu estou
3572 querendo chegar nisso em 2030, mas eu posso chegar antes, ou posso chegar
3573 muito tempo depois, vai depender dos outros fatores que não estão aqui
3574 colocados na Resolução com os quais eu vou ter que lidar. Então, assim, faço
3575 essa provocação. Agora, Henrique, você pode colocar lá um segundo, eu sei que
3576 estava consensuado, mas quem sabe isso não contribui pra que a gente objetive,
3577 eu estou tentando fazer aquilo que eu vivo pedindo que é tentar materializar isso
3578 na forma do texto, é colocar o final criando condições para que sejam atingidos os
3579 valores guia da OMS ainda em 2030, seria essa a provocação que eu teria a fazer
3580 sem entrar no mérito de que nós vamos..., eu acho que talvez a gente..., esse
3581 artigo é o artigo principal, dele depende toda a estratégia que nós vamos montar,
3582 eu posso e devo entender a preocupação dos estados, mas eu gostaria que a
3583 Resolução tivesse os valores guia da OMS ainda em 2030. Ainda, pode botar o

3584 ainda, o que eu botei foi o ainda. É essa a minha provocação. Então, é essa aí a
3585 proposta que eu tenho a fazer. Eu tenho inscrito o André, produtivamente logo
3586 depois de mim, depois o Wanderley da CNI.

3587

3588

3589 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema.
3590 Eu vou começar, então, por esse ponto que depois eu preciso passar por alguns
3591 outros que foram colocados aqui. Bem, eu aprecio muito o esforço que essa
3592 presidência vem fazendo no sentido de viabilizar o consenso entre as propostas.
3593 Mas manifestando nesse primeiro momento a minha opinião pessoal e depois eu
3594 vou compartilhar para os outros Estados e representantes dos municípios. Ainda
3595 continua numa questão Zilda, que está ligada ao que eu falei agora a pouco, a
3596 gente está buscando uma negociação baseada em princípios, não em barganha e
3597 o princípio envolvido aqui é justamente a dúvida sobre a exequibilidade de se
3598 atender ao Padrão Final da OMS. Então, a gente continua com o mesmo
3599 problema. Então, colocar isso no art. 1º não nos atende na medida em que a
3600 gente sinaliza para algo que justamente a gente está pedindo um prazo para
3601 desenvolver o plano, para saber o que é exequível atingir. Então, a gente estaria
3602 abrindo mão desse princípio que nós temos defendido, que é nesse momento eu
3603 não tenho como garantir que eu consigo chegar nesse valor.

3604

3605

3606 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
3607 não estou te obrigando. Eu estou dando um comando para todos, inclusive para o
3608 Governo, criando condições para o Governo Federal, criando condições para que
3609 sejam atingidos, ou que seja atingido, os valores guia da OMS ainda em 2030.
3610 Então, o comando não é só para vocês, o comando, eu estou entendendo que é
3611 para todos. Assim, só fazendo esse...

3612

3613

3614 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu entendo, mas para
3615 nós ainda permanece uma questão de fundo que é a concordância com a
3616 exequibilidade e a gente ainda não tem essa concordância, porque a realidade de
3617 hoje é que a gente não consegue atender PI-2, a gente tem violações mesmo em
3618 PI-1, que nós estamos concordando, é importante que se diga aqui, a gente está
3619 coordenando com PI-1 imediato, mas temos violação mesmo em PI-1, algum
3620 esforço vai ter que ser feito, justificativas e tudo mais. PI-2 é uma vontade, mas a
3621 gente vai saber com o plano e com o relatório no tempo certo, porque a gente
3622 precisa de um tempo para elaborar isso. Então, eu não tenho como dizer já no art.
3623 1º que 2030 eu vou orientar ainda que como algo a ser perseguido e tudo mais,
3624 porque isso confronta a nossa tese de que é exequível. Hoje eu tenho uma
3625 Unidade de Conservação, eu acho que é a única no Brasil que tem uma Estação
3626 de Monitoramento dentro de uma Unidade de Conservação, que é uma estação de
3627 (...), nem lá no meio da serra dos órgãos, eu consigo atender a OMS. Então, ainda
3628 que a gente renunciasse a todo o progresso da civilização e voltássemos aos

3629 habitats naturais, que a natureza concedeu para os nossos antepassados, talvez
3630 nem ali a gente tivesse as condições desse padrão que a gente está dizendo que
3631 é possível. Então, o que a gente não concorda é falar nesse momento que é
3632 exequível, talvez em 3 anos com o plano, a gente tenha um cenário melhor, eu
3633 vou ter inventário, eu vou ter o resultado das ações intersetoriais que a gente vai
3634 promover nos Estados, talvez a gente consiga dizer: olha, conseguimos o PI-2 em
3635 3 anos, não vou demorar mais 5 anos, mas confronta o nosso ponto principal de
3636 defesa que é exequível, não temos certeza, e se a gente não tem certeza sobre a
3637 exequibilidade, consideramos irresponsável assumir isso numa Resolução do
3638 CONAMA, a gente não está falando isso numa ata de reunião dentro de um órgão,
3639 não é um compromisso dentro de uma equipe reduzida, a gente está falando de
3640 um compromisso assumido no Conselho Nacional do Meio Ambiente. Aí eu pediria
3641 a gentileza, só de passar rapidamente por um outro ponto, só para não perder a
3642 palavra, que eu quero passar aí, o Cláudio pediu a inscrição e aí vai seguir a
3643 ordem da inscrição, mas rapidamente um ponto que o Daniel colocou. Não? Ele
3644 entra na ordem. Só um ponto gente, que é importante, se repete aqui algumas
3645 vezes que a proposta da Abema não tem nem prazo, nem compromisso e nem
3646 ganho. Então, mais uma vez aí e cada vez que isso é colocado eu tenho que aqui
3647 fazer a argumentação. A gente não só está estabelecendo o prazo como estamos
3648 estabelecendo 4 prazos, PI-1 prazo, imediato é um prazo, o Plano de Controle de
3649 Emissões, prazo 3 anos, outro prazo; o Relatório de Avaliação e Monitoramento
3650 da Qualidade do Ar, prazo 4 anos, retornar a essa casa com o dever de casa feita
3651 para discutir com base em dados e fatos para onde a gente pode ir de forma
3652 planejada e responsável em 5 anos. Então, estamos aqui apresentando 4 prazos,
3653 se os Estados não tivessem o compromisso não haveria prazo algum. Então, só
3654 para deixar claro Daniel, são 4 prazos e não nenhum. Em relação ao ganho,
3655 lembrem-se a Resolução entrando em vigência agora, ela já produz um efeito
3656 benéfico, porque os padrões anteriores da 390, lembrando que alguns dos
3657 poluentes já iguala a OMS agora no PI-1, né, como é o caso do chumbo, se não
3658 me falhe a memória. Então, há ganho, há prazo, há compromisso e sem um plano
3659 de como essas ações vão ser executadas, mais uma vez, tem uma lógica quando
3660 estabeleço uma meta, tem etapas que eu não consigo pular Wanderley, se eu não
3661 sei a realidade, eu não tenho o inventário de fontes, eu não sei quanto eu emito,
3662 eu não tenho um plano com cada responsável dizendo quanto que consegue
3663 reduzir dentro daquele cenário de emissão, como que eu vou dizer que eu consigo
3664 atender um padrão em tanto tempo? Estou fazendo as avessas, é pedir para dar
3665 errado. Então, a gente insiste numa negociação baseada em princípio, qual é o
3666 princípio? Precisamos planejar uma ação, porque isso não é um assunto simples,
3667 é um assunto complexo com variáveis dinâmicas que envolvem vários setores da
3668 sociedade. E concluindo, eu acho que desde já pensando na elaboração desse
3669 plano, que eu não vejo como isso dá certo sem um plano, eu acho que é
3670 importante que a gente já tenha alguma sinalização Zilda, talvez isso também
3671 extrapole a sua área de abrangência, mas se for possível sinalizar para outros
3672 setores do Governo Federal, porque isso pode nos ajudar no plano, quais são as
3673 contrapartidas que a gente pode considerar nesse intervalo que viabilizam, ou

3674 ajudam de alguma forma a gente reduzir o padrão, seja o fomento, a troca de frota
3675 por veículos elétricos, ou tem algum plano do Governo de redução de tributação
3676 para importação de tecnologias limpas, ou ainda o Ministério da Saúde tem
3677 alguma forma de viabilizar a implantação e a manutenção de redes de
3678 monitoramento de qualidade do ar em convênio com os Estados? Assim, a gente
3679 está disposto a ouvir as propostas para saber o quão viável é, porque sem
3680 contrapartida de todos os setores e veja eu uma participação importantíssima do
3681 Governo Federal, fica inviável o órgão estadual assumir essa responsabilidade
3682 sem nenhuma contrapartida de setor nenhum. O Ministério dos Transportes não
3683 participa aqui da discussão, em alguma extensão deveria acompanhar o
3684 desenvolvimento do que a gente trata aqui e assim como outros setores. Então, eu
3685 concluo reafirmando que há compromisso, que há prazos e que o que nós
3686 defendemos é baseado em um princípio de não assumir responsabilmente algo
3687 que não há a menor garantia hoje de que a gente possa alcançar, mas há prazo e
3688 há compromisso. Obrigado.

3689
3690

3691 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Wanderley, CNI.
3692 Bom, é chato a gente ter que repetir tudo que a gente tem falado nos últimos 4
3693 anos aqui, nós sempre pautamos pela questão da estratégia, pela questão do
3694 passo a passo, sempre defendemos que devemos mudar o padrão vigente por um
3695 padrão mais restritivo, a Abema não está sozinha nisso, até porque não justificaria
3696 uma revisão de uma Resolução que trata de padrões. Então, primeiro ponto é
3697 este. Então, concordamos que há ganhos sim, o ganho é imediato, há
3698 compromisso de revisão sim, prazos de 5 anos baseado em dados, o que é feito
3699 em todo lugar do mundo, não seria diferente aqui, você precisa ter dados que te
3700 permitam avaliar e poder mudar o padrão, ou patamar de discussão em termos de
3701 novos padrões e medidas que vão ser retomadas. Sabemos também, né Zilda,
3702 que aqui nós iniciamos a discussão falando muito da 05, que ela é estratégica
3703 para todo o processo, aqui apenas um instrumento, existem vários outros. Temos
3704 aí uma frota circulando, uma frota que contribui muito com as emissões, são frotas
3705 antigas. O Proconve vem ajudar em novas tecnologias, mas não resolve o
3706 problema das frotas antigas, mesmo que a gente adote P-8, ou qualquer carro
3707 híbrido, ou carro elétrico, a gente não resolve isso a curto, ou médio prazo. Então,
3708 são várias questões. Nós colocamos aqui também que a questão da qualidade do
3709 ar extrapola e muito a competência da área ambiental, é uma questão de saúde
3710 pública, ela envolve a questão de transporte, infraestrutura e tudo mais. A indústria
3711 utiliza energia para os seus processos, muitas vezes a gente não tem acesso a
3712 energias menos poluentes por falta de infraestrutura, nós trabalhamos a indústria
3713 fez um esforço enorme, é importante dizer, para se adaptar as metas
3714 estabelecidas nas fontes fixas existentes, né; alguns setores estão em processo
3715 de mudança instalando equipamentos mais eficientes, mudando processos
3716 mesmo para estabelecer aquilo que foi negociado aqui dentro dessa casa. Então,
3717 existe uma conexão dessas várias questões. Acho sim que a proposta da Abema,
3718 talvez a gente tenha que debruçar sobre aquela questão eu reúno a cada 5 anos,

3719 se eu não tenho uma conclusão de mudar de patamar, e aí o que eu faço? Eu
3720 acho que fica vigente se a gente reúne o ano seguinte, ou 2 anos seguintes, isso
3721 eu acho que é uma questão que talvez tenha que ser de fato estabelecido para
3722 não ficar um vácuo e aí, né? Eu acho que essa é uma questão importante que a
3723 gente talvez tenha que trabalhar aqui, mas dentro do que foi proposto a mais
3724 conectada com a realidade que nós vemos é a proposta dos Estados, porque
3725 achamos que a questão da melhoria da qualidade do ar, ela é multidisciplinar e vai
3726 depender de esforço de todos os entes. A indústria tem feito o seu papel, então a
3727 questão das fontes fixas para a gente sabemos que ela é controlada pelo papel do
3728 licenciamento ambiental e sabemos as dificuldades que são para as empresas
3729 investirem, principalmente no momento como nós estamos vivendo hoje. Eu não
3730 sei se é possível Zilda, até porque eu, a Priscila pudesse complementar a minha
3731 fala, é a primeira vez que eu tomo, eu posso passar a palavra a ela? Priscila, por
3732 favor, você faça a complementação. Temos o microfone aqui. Por favor, obrigado.

3733

3734

3735 **A SR^a. PRISCILA ROCHA (CNI)** – Priscila Rocha, aqui representando a CNI junto
3736 com o Wanderley. Apenas complementando o que o Wanderley já bem colocou,
3737 nós aderimos a proposta da Abema justamente porque a gente enxerga nessa
3738 proposta, de fato, o cumprimento do procedimento colocado pela OMS em 2005
3739 para definição de padrões de qualidade do ar que presam meramente por
3740 levantamento de informações em que eles colocam como questões críticas,
3741 modelagem, inventário das fontes tanto fixa, quanto móvel. A observação da
3742 realidade das regiões e priorização de regiões que tem maior índice de poluição.
3743 Então, nessa proposta a gente enxergou e viu que foi além, porque ela definiu
3744 prazo para se avaliar o que foi levantado, o anexo traz um relatório que traz uma
3745 obrigação de se apresentar esses dados juntamente com uma análise crítica,
3746 porque afinal levantar e não analisar criticamente onde estamos acertando e onde
3747 estamos errando não serve de nada. Então, é por isso que a gente entrou. Eu
3748 gostaria também só de lembrar um ponto importante para seguir como exemplo
3749 que foi todo o processo de negociação da Resolução CONAMA 382 e 436, que a
3750 gente tem setores inclusive aqui que participaram e que estão ainda cumprindo os
3751 prazos ali colocados que foram negociados diretamente com o setor, fazendo toda
3752 uma avaliação de viabilidade técnica principalmente, porque uma tecnologia ela
3753 não é alterada de uma hora para outra, porque ela precisa às vezes de espaço, do
3754 próprio equipamento de avaliação de mercado entre tantas outras coisas. Então,
3755 eu gostaria só de lembrar o sucesso que foi esse processo que está trazendo
3756 resultado, mas como bem colocado por todos os colegas, ele não é isolado na
3757 melhoria da qualidade do ar. Tanto é que eu trouxe aqui o último relatório da
3758 União Europeia, de outubro de 2017, da qualidade do ar, eu vou citar só dois
3759 dados em que eles trazem aqui um *highlights* muito importante sobre a questão da
3760 concentração de material particulado 2,5, em que 2015, 82% da população foi
3761 exposta a concentrações acima do nível recomendado pela OMS, ou seja, a
3762 própria União Europeia com todos os controles e todo o arcabouço legal que
3763 existe muito antes do nosso arcabouço legal que está em transformação e

3764 melhoria constante, ele ainda não garante que se atenda os padrões da OMS. Em
3765 outro ponto bem colocado também pelo Cláudio, a questão de ozônio, 95% da
3766 população urbana foi exposta a concentração de ozônio acima do valor da OMS e
3767 diz que uma das causas foi a questão de aumento da temperatura, 2015 foi um
3768 ano extremamente quente com alta intensidade luminosa, ou seja, não é
3769 simplesmente a gente colocando um prazo é que vamos trazer melhoria na
3770 qualidade do ar, e sim com uma análise técnica profunda e a soma de todos os
3771 instrumentos sendo que o padrão de qualidade é um só.

3772

3773

3774 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3775 Obrigada CNI. Eu tenho aqui o Cláudio, a Dra. Fátima, o André e Patrícia. Mais
3776 alguém inscrito? Cláudio.

3777

3778

3779 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Eu vou ser bastante rápido e até
3780 em função da sua colocação dessa proposta aqui. Ela tem um problema sabe
3781 Zilda, é o seguinte, São Paulo não está apresentando para o CONAMA, ou para
3782 os outros estados aquilo que já fez, por quê? Porque nós fizemos isso em 2013. O
3783 fato da gente está atrasando muito aqui está atrasando todo o processo. Em São
3784 Paulo, a gente fez uma certa mescla da Resolução do CONAMA da 3 e a 5, aonde
3785 você coloca o padrão, mas você também coloca a forma de gerenciar. Então, eu
3786 diria o seguinte: muito de São Paulo já está em M2, uma parcela ponderada já
3787 está em M1, já tem coisa em padrão final. SO₂ praticamente já está no padrão
3788 final, com exceção de poucas áreas. Monóxido de Carbono, zerado; Chumbo,
3789 zerado; NO₂, raríssima coisa acontece. Não acredito nem um pouco em
3790 estabelecimento de padrão que não esteja vinculado há um processo de
3791 licenciamento, não acredito, portanto a próxima Resolução ela tem que ser meio
3792 rápida, essa está demorando muito. São Paulo tem essa vinculação, por exemplo,
3793 cada 3 anos e a gente faz isso, existe uma explicação para ser 3 anos, sai uma
3794 lista classificando os municípios de acordo com..., lá não é PEM, mas tem alguma
3795 coisa, em que meta que ele está, poluente é poluente, o licenciamento ele só é
3796 feito em função desta meta. Então, nós temos licenciamento já em M2, nós temos
3797 licenciamento em M3, por quê? Porque é princípio em São Paulo que você não
3798 pode deixar degradar para depois voltar. Então, tem todo um processo, tem todo
3799 um mecanismo que não é fácil e não se atinge facilmente, você precisa investir.
3800 Agora, precisa fazer um documento legal que permita você ter esta margem para
3801 poder negociar e fazer a coisa. Então, nós temos sim, nós estamos, nós estamos
3802 num processo, nós estamos num processo, já mostrei na vez passada, mostrei a
3803 Resolução de Diretoria, nós estamos em um processo de adotar já oficialmente
3804 M2 em São Paulo, está havendo confusão, quer dizer, os técnicos estão com
3805 dúvida, são só técnicos que estão com dúvida, por quê? Principalmente porque a
3806 Organização Mundial da Saúde fala o seguinte: tome cuidado com a sua questão
3807 tecnológica, social e econômica, nós vivemos numa grande crise, pegar o valor de
3808 hoje e achar que isso aqui está bonitinho, desculpe, mas esse monte de

3809 desempregado mostra que a produção está baixa; essa gasolina sendo vendida a
3810 menos, em termos de volume, do que vendia no passado mostra que a atividade
3811 diminuiu. Então, precisa tomar cuidado nesse momento para não fazer bobagem.
3812 Agora, existe..., São Paulo está mais avançado nisso, por quê? Porque em 2013
3813 quando aqui começou lá já tinha Lei. Existe um processo, principalmente e isto
3814 desde que eu nasci eu falo, a gente fala muito na correção do que está errado, a
3815 gente não faz um processo de preservar o que está certo, que é muito mais barato
3816 inclusive. Então, São Paulo, é só para terminar, São Paulo a cada 3 anos, vocês
3817 podem entrar no site e ver, tem a classificação dos municípios em função das
3818 metas, ou padrões, tanto faz, e o licenciamento é função daquela meta que ele
3819 está, se ele está no M2, ele não pode ir para M3, se ele está no M1, ele não pode
3820 ir para o M2. Agora, para fazer isso você tem que fazer: avançar rápido nisso
3821 daqui, está certo, e fazer uma Resolução de gerenciamento, se não vincular, por
3822 isso que a gente tem medo de fazer um avanço nisso, porque em algum momento
3823 a gente vai vincular isso, nós temos que vincular o valor do padrão ao processo de
3824 licenciamento como São Paulo faz, senão não adianta nada. Muito obrigado.

3825

3826

3827 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3828 Obrigado Cláudio. Dra. Fátima cancelou. André, Patrícia e Daniel.

3829

3830

3831 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – André França.** Na minha
3832 fala anterior, eu já esgotei os pontos por hora.

3833

3834

3835 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tá**
3836 bom. Patrícia.

3837

3838

3839 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON – SUPLENTE (CNT) – Patrícia**
3840 Boson, CONAMA/CNT. Eu só queria chamar a atenção de todos da oportunidade
3841 que estamos colocando aqui dos órgãos ambientais assumirem para si
3842 compromissos. Toda vez a gente que é “macaco velho”, como diz o Cláudio, toda
3843 vez que a gente tem uma Resolução em que é o CONAMA que estabelece
3844 compromissos para os órgãos ambientais sem um acordo prévio o fracasso é
3845 evidente, nós vamos discutir Proconve, que está na pauta desse Conselho a fase
3846 P7, nós vamos ficar muito assustados com o que não foi cumprido e riscado. E eu
3847 lembro muito bem da discussão do P7 o tanto que a Abema e os estados falaram
3848 de que não poderia ser daquela forma, porque não é prioridade para todos os
3849 estados muitas questões ali postas e o tanto que nós, enquanto transportador e
3850 não fabricante de caminhão, falamos da dificuldade da questão de abastecimento
3851 com ARLA, né, e hoje já tem até Kits para burla o ARLA sendo vendida no
3852 Paraguai. Então, quer dizer, eu só queria chamar, então, Zilda, atenção para isso.
3853 Nós estamos perdendo aqui uma grande oportunidade que é os órgãos ambientais

3854 fazendo um pacto com a sociedade de coisas que eles vão cumprir, porque eles é
3855 que estão estabelecendo essa questão, eu acho que esse olhar tem que ser visto,
3856 tem que ser posto e tem que ser analisado com cuidado, porque isto é meio que
3857 inédito assim, esse compromisso, essa afirmação de vontade de fazer e de chegar
3858 em alguma coisa. Eu que estou aqui já com tempo tenho visto sempre o contrário,
3859 é uma imposição do CONAMA de prazos para os órgãos ambientais e que eles
3860 acabam por uma série de fatores, inclusive de diminuição orçamentária
3861 sistemática, né, cada dia caindo mais, não cumprindo, não podendo cumprir, ou
3862 por prioridades outras sendo compostas nas políticas estaduais. Então, eu queria
3863 só que vocês analisassem essa oportunidade que eles estão assumindo um
3864 compromisso diante da sociedade de fazer alguma coisa realmente factível e
3865 palpável em relação a essa questão.

3866

3867

3868 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3869 Obrigada Patrícia. Daniel.

3870

3871

3872 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) –** Bom, queria só
3873 colocar que quando André comentou que na minha fala eu tinha colocado que não
3874 havia prazo, mas que ele levantou que havia sim 4 prazos, mas é óbvio que
3875 quando eu disse que não havia prazo era o prazo para o objeto da questão, que é
3876 o prazo para implementação do Padrão de Qualidade do Ar, que esse é o objeto
3877 da Resolução CONAMA. E a proposta de vocês de fato deixa em aberto esse
3878 prazo, tem o PI-1 imediato, mas o padrão de fato, a gente não está falando de
3879 padrões intermediários, a gente está falando de Padrão de Qualidade do Ar, ele
3880 não tem prazo para este padrão que é o objeto de fato da Resolução. Então, é
3881 nesse sentido que eu coloquei a ausência de prazo e que de fato ela está dada, e
3882 eu acho que a grande, a maior divergência entre as propostas. Agora, uma outra
3883 questão que eu acho que tem se repetido esses argumentos, é que de fato o
3884 Padrão de Qualidade do Ar é óbvio que está na definição isso, inclusive já
3885 consensuado e pactuada que ele é um dos instrumentos, ele não é o único, claro
3886 que ele não é o único, mas ele é um dos. Então, assim, se ele é um dos, ele
3887 precisa ser estabelecido, ele precisa ser determinado. Então, assim, eu acho que
3888 essa é a questão aí. Eu sei que é óbvio e todo mundo aqui não é inocente em
3889 acreditar que ao se estabelecer um Padrão de Qualidade do Ar automaticamente
3890 a qualidade do ar melhora, isso não é o que está em jogo, não é isso que a gente
3891 está discutindo, isso é evidente que isso não vai acontecer, precisa de ações
3892 concretas que melhorem, mas o padrão deve existir, não é porque a gente não vai
3893 atingir que a gente não tenha que determinar o padrão, o padrão tem que existir e
3894 precisa ser atualizado, porque hoje ele existe, né, e ele está estabelecido desde
3895 90, mas nós estamos em 2018. Então, ele precisa ser atualizado também.

3896

3897

3898 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3899 Obrigada Daniel. Eu esgotei aqui a minha lista de inscrições. Conforme eu disse
3900 esse assunto é o coração da Resolução, mas não ia ser muito fácil de ser
3901 discutido, né. Eu acho, eu vou te passar a palavra, eu vou introduzir aqui e vou te
3902 passar a palavra. Independentemente da questão de se deu um prazo pré-
3903 determinado, ou se deu um prazo para construir, conforme eu falei no início, a
3904 Adriana não estava aqui, eu cheguei a tocar no assunto de que eu achava um
3905 pouco difícil a gente dizer, colocar esse prazo de 4 anos para os Estados fazer um
3906 relatório e colocar praticamente um ano para o Ministério analisar, e pro Ibama se
3907 manifestar, para o CONAMA, perdão, para o Ministério, porque vai envolver o
3908 relatório, que vai ser o plano e o relatório de monitoramento seriam enviados
3909 daquela fase, seriam enviados para o Ministério e nós teríamos 1 ano entre a
3910 análise do Ministério, elaboração de uma nota e encaminhamento ao CONAMA, é
3911 mais ou menos assim que está construída a proposta da Abema, não é isso
3912 André? E teria 1 ano para discutir isso dentro do CONAMA. Eu queria ver o que a
3913 Adriana acha desse prazo de 1 ano. Eu acho que isso é um risco, eu acho que
3914 isso é um risco independentemente de prazo, ou não, eu acho que isso é um risco
3915 assim, nós temos observado que as matérias, mesmo sendo de urgência, a não
3916 ser que trâmite em regime de urgência, a gente consegue tê-las aprovadas num
3917 prazo tão curto.

3918
3919

3920 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Isso é a
3921 proposta da Abema, né? Cheguei meio de paraquedas agora aqui, mas eu acho
3922 que eu tenho que falar alguma coisa sobre isso. Então, assim perdi o começo da
3923 discussão. A grande maioria que está aqui conhece o CONAMA há bastante
3924 tempo e a gente sabe que só passa no CONAMA de maneira célere aquilo que
3925 tem já uma coisa tecnicamente muito resolvida, ou alguma coisa que já tem uma
3926 pactuação entre os setores, senão a discussão fica muito grande. E prevê um
3927 prazo desse e não prevê nada que aconteça, enquanto o CONAMA, o Ministério,
3928 os órgãos estaduais não fazem, significa uma norma inócua. Então, eu vejo com
3929 muita preocupação isso, porque eu citei isso numa reunião passada, todos os
3930 exemplos que falam que os Estados têm que se reportar ao Ministério para
3931 encaminhar relatórios e etc. e etc., na prática não acontece, porque pelo Sisnama
3932 não há hierarquia nenhuma entre o Ministério e os Estados, há uma divisão da
3933 Federação e etc. e etc.. Então, o que acontece é que os Estados podem não
3934 encaminhar para o Ministério e aí vai acontecer o quê? Vai ter o padrão e a fase
3935 seguinte se o CONAMA não se reunir nesse 1 ano, ou se reunir e continuar a
3936 discussão, mas não tiver aprovação de nada. O que acontece? Fica um vácuo? O
3937 padrão seguinte não é estabelecido, então eu vejo isso com uma enorme
3938 preocupação. Desculpem se estou falando alguma coisa fora de contexto, porque
3939 não estava na sala, mas eu vejo isso com uma enorme preocupação, tudo que
3940 joga e a gente tem exemplos antigos, aí você dá margem para o Ministério Público
3941 acionar, porque..., e vai acionar quem? Porque não é uma coisa simples mesmo
3942 que se acione o CONAMA, o CONAMA é quem? Não é o Ministro, são os

3943 Conselheiros. Então, é um Colegiado que hoje está com 101, já teve 107, baixou o
3944 número de Conselheiros, porque a Esplanada e porque diminuí o número de
3945 Ministérios, então abaixa um pouquinho, mas têm entidades querendo entrar, quer
3946 dizer, isso tudo é muito vago para você deixar uma próxima etapa de uma fase de
3947 uma questão importante como essa no vácuo. Então, assim, complementando
3948 André, e encerrando. Discordo assim realmente e radicalmente de você ter
3949 alguma coisa que não preveja a entrada imediata de outra etapa.

3950

3951

3952 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Bem, vou tentar nesse
3953 período ficar mais imparcial na defesa, eu vou pedir para que o Estado se
3954 manifeste, respeitando a ordem de inscrição. Alguém se habilita? Cláudio?

3955

3956

3957 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Olha, sabe o que eu acho? Acho
3958 que as coisas estão se repetindo, e se repetindo, e se repetindo, e se repetindo,
3959 chegou esse negócio do prazo, nós já falamos isso na vez passada, e estamos
3960 falando das mesmas coisas dessa vez, eu acho que a Zilda fez uma proposta, até
3961 fiz uma “cochicheira” aí para ela explicar melhor, que a gente pode, sem
3962 compromisso nenhum, a gente pode pensar nela, se no prazo de cinco anos nada
3963 for feito, automaticamente entra a segunda fase, o que deixa os estados muito
3964 atentos, porque se eles quiserem a segunda fase, tudo bem, se não quiserem que
3965 se manifestem, não é um compromisso, eu estou pensando alto, acho que é uma
3966 função da gente pensar alto aqui, não é um compromisso, acho que os estados
3967 devem dar uma conversada sobre isso, mas mais que isso não dá não, da
3968 segunda fase em diante não dá, não dá mesmo, olha, eu posso falar o seguinte:
3969 ah não eu quero o padrão da França, eu ponho um padrão final com 300 vezes
3970 sendo ultrapassado. Nós não estamos fazendo isso, nós podemos pegar o padrão
3971 dos Estados Unidos, que pega, em vez de botar cem de ozônio, bota 150, 150 a
3972 gente praticamente já está atingindo, a gente está fazendo alguma coisa
3973 progressiva e concreta, de resto eu acho que estamos repetindo, sabe?
3974 Repetindo, repetindo, repetindo, repetindo, eu acho que a proposta inovadora que
3975 tem que a gente pode pensar é a da Zilda, onde ela fala que ela respeita o prazo
3976 proposto, e se nada for feito, automaticamente, cai na segunda. Quanto ao
3977 Ministério, às vezes, você vê, Adriana, tem umas coisas que são complicadas,
3978 vocês acham que um ano para vocês é pouco, eu acho que é pouco, mas porque
3979 para uma empresa três anos é muito? Sabe, eu acho que existe um
3980 descompasso, e quando é eu é difícil, quando é o CONAMA, é quantos anos já
3981 que estamos discutindo isso? Sei lá, desde 13 a 18, cinco, sei lá, e quando chega
3982 para impor a ação concreta a gente dá prazos extremamente restritos, que não
3983 necessariamente são cumpridos, eu acho que a gente está se repetindo, a
3984 proposta inovadora, que me pareceu, a única é a da Zilda, que é para a gente
3985 refletir, hoje, á noite, talvez, para amanhã ter uma posição.

3986

3987

3988 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Certo. Na ordem de
3989 inscrição, Renato, depois Dr. Bocuhy e Evangelina. Renato.

3990

3991

3992 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – A ideia dessa
3993 proposta é discutir só os valores, e se a gente vai de um valor para outro, os
3994 estudos são efetivamente complexos, a gente sabe de toda essa questão, mas é
3995 uma decisão se você passa para a decisão seguinte ou não, não é uma discussão
3996 de uma nova norma ou de outro instrumento aqui que estamos colocando não, é
3997 uma discussão que eu acredito ser bem objetiva, né? Se vai para o P2 ou se não
3998 vai. Então, assim, apesar de entender tudo o que a Adriana falou, quer dizer, o
3999 estudo vai dar subsídio para falar se vai para o P2 ou se não vai, a gente não vai
4000 reativar toda a discussão que a gente está tendo aqui, então acho que assim,
4001 sobre o ponto de vista operacional, eu acredito ser possível dentro do CONAMA,
4002 apesar da complexidade dos estudos, fazer uma proposição se a gente vai evoluir
4003 ou não, então aqui os estados tinham até propostas anteriores em que a gente
4004 não estava acatando já o P2, o P3, só colocando um valor final, e, aí, fizemos até
4005 um exercício nesse objetivo de tentar chegar no consenso, já definir esses
4006 valores, então a gente já está definindo. Então, a discussão que vai nortear o
4007 CONAMA é vai para o P2 ou não temos condição de ir para P2, eu acho que é
4008 muito menos complexo do que uma discussão de uma nova resolução, por isso
4009 que eu acho que existe uma previsão de ser factível, e com relação ao valor, quer
4010 dizer, é revistar esse valor, se esse valor não for revisitado no tempo, o valor
4011 continua vigente, então eu acho que assim, sobre o ponto de vista da forma aqui,
4012 o texto está super claro, enquanto esse valor não for revisitado, ele vai continuar
4013 vigente o valor anterior. Sobre o ponto de vista de execução é basicamente a
4014 gente tem, o CONAMA vai ter que tomar a decisão daqui a cinco anos, se vai para
4015 o P2 ou se não vai para o P2, a gente não vai estar aqui discutindo novos valores,
4016 outras questão, é falar se vai ou se não vai, por isso que eu acho muito... Que eu
4017 acho que assim... E vão existir discussões, mas elas são muito menores do que as
4018 discussões que estamos fazendo ao longo desse tempo da discussão da
4019 Resolução.

4020

4021

4022 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
4023 Obrigada, Renato. Bocuhy.

4024

4025

4026 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, eu queria
4027 colocar duas questões. A primeira com relação ao que a Dra. Adriana colocou, da
4028 dificuldade de se estabelecer um prazo e cumprir uma meta dessas, dentro do
4029 CONAMA, devido a complexidade que é, nós já passamos por situação parecida,
4030 por exemplo, com a qualidade do solo no Brasil, quando precisou de um relatório
4031 de cada estado, que apresentasse no prazo, para que a gente conseguisse
4032 avançar, e isso se demonstrou praticamente impossível, foi muito difícil na

4033 discussão de micro nutrientes especificamente. Então, eu acho que nós não
4034 podemos padecer aqui por falta de estratégia, a estratégia para nós, ela quando
4035 se sinaliza para a sociedade através de uma norma clara prazos e metas para que
4036 você mova todo um processo, mas se você fizer um processo de ensaio e erro
4037 para saber se daqui a cinco anos, eu vou olhar, avaliar a possibilidade de avançar
4038 ou não, você cria, e vocês estão criando uma relativização da norma, do prazo,
4039 que vai criar outro problema burocrático, e vai criar um problema jurídico, o que vai
4040 acontecer, provavelmente, é que se em cinco anos vocês não atingirem a meta, o
4041 Brasil vai ter uma morbidade maior do que a que tem hoje nos mesmos
4042 parâmetros, por exemplo, o material particulado, alguma coisa assim. Não
4043 cumprimento de meta está diretamente ligado a consequência a saúde pública.
4044 Então a situação fica ainda mais complicada do ponto de vista jurídico, acredito
4045 que para uma solução, do que se estabelecer um prazo e deixar que a própria
4046 possibilidade recursal que nos possibilita termo de ajustamento de conduta e etc.,
4047 ter uma solução para o problema. Eu acho que nós estamos caminhando nesse
4048 sentido para uma falta de estratégia, se insistimos nisso, e vamos estar
4049 caminhando para uma piora da situação em função de não motivação de mercado.
4050 O Cláudio colocou uma alternativa, não sei se ele estava falando em nome da
4051 ABEMA, de você automaticamente passar para a fase seguinte, você estava aqui?
4052 Eu acho que... Mas, o Cláudio, não sei se essa seria a posição formal da ABEMA,
4053 Cláudio, de passar para a fase seguinte? Você admitiu a ideia de que... Talvez a
4054 ABEMA pudesse considerar essa possibilidade.

4055

4056

4057 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Ainda não é uma
4058 posição, isso vai ser discutido.

4059

4060

4061 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

4062

4063

4064 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Posso ir com vocês
4065 tomar uma cerveja para discutir isso? *(Risos!)* Isso é discriminação ambientalista.
4066 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).* Mas, você veja só, no Brasil, as
4067 políticas públicas se resolvem assim, na cervejinha, que bom. Eu acho ótimo, mas
4068 desde que o resultado seja bom. Mas, enfim, eu queria colocar essas duas
4069 posições, uma preocupação com essa questão de estratégica, o que a Dra.
4070 Adriana coloca me traz muita preocupação, se isso voltar para cá, nós estamos
4071 discutindo a mesma coisa há três anos, né? Três anos e pouco, houve uma
4072 interrupção pelo mesmo motivo que agora, foi prazo e meta, e retomamos, quer
4073 dizer, a gente vai cair provavelmente no mesmo processo daqui cinco anos, eu
4074 acho que isso não é o caminho não.

4075

4076

4077 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4078 Desculpa, eu vou repetir, eu tenho a Evangelina inscrita e, depois, eu acho que eu
4079 vou suspender o debate do Art. 3º, e a gente continuar lendo o texto para ver se a
4080 gente consegue pelo menos esmiuçar o resto, e esse não era esperado da gente
4081 conseguir resolver plenamente em duas horas de debate, mas, depois, continuar
4082 lendo o texto porque tem alguns novos artigos que foram inseridos no meio por
4083 alguns proponentes, que não são especificamente dos padrões, mas são
4084 complementares, eu acho que a gente poderia um pouco melhor o que está na
4085 tela. Mas, vou passar, antes, a palavra para a Evangelina, que está inscrita.
4086 Evangelina.

4087
4088

4089 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
4090 **(Apromac)** – É que na verdade eu ia perguntar a diferença dessa proposta com o
4091 MMA, mas como eles vão conversar.

4092
4093

4094 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Isso
4095 eu falei no início, eu falei no início. Nas propostas basicamente a diferença entre
4096 uma e outra. Bom... *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. A dele quem? Do
4097 Cláudio foi aquilo que eu falei, que ao invés de valer a meta anterior, você chega...
4098 Você tem a cada cinco anos, na proposta da ABEMA, em quatro anos é entregue
4099 o relatório e o plano, e a gente teria um ano dentro do Ministério para analisar e
4100 dentro, e as discussões do CONAMA, teria um ano. Eu cheguei a falar no início
4101 que a gente Valéria até que digamos só atrás vale a meta já estabelecida uma
4102 provocação poderia valer... Digamos que isso atrase, vale a meta que já está
4103 estabelecida, uma provocação poderia ser valer a próxima meta, se demorar mais
4104 do que cinco anos vale a próxima, e o Cláudio achou interessante, o André já não
4105 achou tão interessante. Então, não sei se a gente teria um consenso da ABEMA,
4106 mas seria uma contraproposta, seria essa a proposta. Bom...

4107
4108

4109 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Zilda, só para aproveitar
4110 a oportunidade. André França, Abema. O que você sugeriu foi esse padrão, o P2
4111 automático para os estados que não se manifestarem, a fim de que não tivesse
4112 uma interrupção nesse rito ou automático para todos os estados?

4113
4114

4115 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4116 Automaticamente, se essa discussão, custa... Digamos que eu receba o relatório
4117 de São Paulo, em quatro anos, o do Rio de Janeiro, em quatro anos e três meses,
4118 o do Espírito Santo, em quatro anos e meio, o do Rio Grande do Sul em quatro
4119 anos e nove meses e, aí, eu empurraria automaticamente esse prazo de um ano
4120 para frente, correto? Porque aí o Ministério faria primeiro um relatório com base
4121 em São Paulo, e depois um relatório complementar a cada um, e essa discussão

4122 se estenderia dentro do CONAMA e, aí, seria seis anos de discussão. Então, a
4123 partir do quinto ano o que valeria seria a meta seguinte, e não a anterior, porque
4124 aí, sim, alguém poderia procrastinar de propósito, entendeu? Eu não vou
4125 conseguir cumprir aquela meta, e vou atrasar o envio para o Ministério, e o
4126 Ministério faz a nota dele com base em um relatório só.

4127

4128

4129 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Então foi por isso que eu
4130 perguntei se valeria apenas para aqueles que não submetessem com alguma...

4131

4132

4133 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
4134 Então eu não posso fazer uma regra por Estado, regra por Estado quem faz é o
4135 próprio Estado, e não a União, a União tem que fazer regra para todos, eu não
4136 posso fazer uma regra para cada Estado, assim, o Estado tal sim, o Estado tal
4137 não, para ele vigora isso, não posso fazer isso, não posso fazer isso com o
4138 CONAMA, não posso fazer isso.

4139

4140

4141 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não, eu concordo e
4142 entendo, estou esclarecido nesse momento, a ABEMA mantém a posição que foi
4143 destacada, qualquer outra coisa discutiremos *a posteriori*.

4144

4145

4146 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom,
4147 então vamos lá. Conforme eu tinha falado anteriormente, de qualquer forma, eu
4148 acho que a Proposta 1, que foi feita pela PROAM, Ministério Público Federal e
4149 FURPA, é uma proposta objetiva, curta e que é auto explicável, para mim ela está
4150 redonda. Então, se lê o Art. 3º, Proposta 1. (*Intervenção fora do microfone.*
4151 *Inaudível*). Deu. Isso daí ficou aí, depois nós vamos discutir, então não tem mais
4152 consenso, tá? Eu continuo mantendo a proposta ali que eu fiz. Não tem. Tá?
4153 Mantém, que aquilo ali é uma provocação, eu acho que é uma provocação para
4154 todos. Então teria no Art. 3º a proposta PROAM, Ministério Público e FURPA.
4155 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Oi? Não, tiramos o consenso. São três
4156 etapas, o padrão intermediário entraria em vigor, o PI1 entraria em vigor a partir da
4157 publicação, o 2, o PI2, três anos depois, o PI3, três anos depois do PI2, e o final,
4158 na sequência, três anos, por isso que eu falo, a proposta da Sociedade Civil com o
4159 Ministério Público Federal, ela, em nove anos, se atingiriam, e que a gente vai ver
4160 no Art. 4º, os valores guia da OMS, em nove anos. A proposta da ABEMA já foi
4161 largamente discutida aqui, mas há uma inserção também sobre o relatório de
4162 avaliação da qualidade do ar. Então, tem uma proposta de novo artigo, logo após
4163 esse Art. 3º, que diz: “o relatório de avaliação de qualidade do ar deve conter os
4164 dados de monitoramento e a evolução da qualidade do ar.” Pra mim
4165 monitoramento já é evolução, então... Mas, tudo bem. § 1º: “Os relatórios deverão
4166 ser apresentados no ano anterior a avaliação a ser encaminhada ao CONAMA;” §

4167 2º: “Os órgãos estaduais de meio ambiente que não dispõem de dados de qualidade
4168 do ar enviarão comunicação ao Ministério do Meio Ambiente sobre esse fato.” Há
4169 uma proposta de um novo artigo: “Os estados e o Distrito Federal deverão
4170 elaborar...”. Neste caso, estados têm letra minúscula e Distrito Federal tem letra
4171 maiúscula. “... deverão elaborar em três anos o Plano Estadual de Controle das
4172 Emissões Atmosféricas, que deverá ser definido em regulamentação própria.”. Aí
4173 seria um Parágrafo único, e não o primeiro. “O Plano Estadual de Controle das
4174 Emissões Atmosféricas deverá ter como diretrizes os padrões de qualidade do ar
4175 definidos nessa resolução e no PRONAR.” O PRONAR não define padrões.

4176

4177

4178 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Se não me engano, o PRONAR
4179 define que a gente vai ter que tirar, ele define classes, Classe 1, Classe 2, nós
4180 vamos ter que tirar um monte de coisa lá, mas define sim. Deixa, aí, e eu vou ver.

4181

4182

4183 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá.
4184 Tá como Parágrafo único, então. Aí vem a proposta MMA, IBAMA e Ministério da
4185 Saúde, ela versa praticamente, basicamente são três padrões, o Intermediário 1,
4186 que entra em vigor com a publicação da Norma, o 2 que entra em vigor cinco anos
4187 depois, e o final que entra em vigor cinco anos depois. Correto? “Os estados e o
4188 Distrito Federal deverão apresentar relatório de avaliação contendo os dados
4189 obtidos...”. Esse é o § 1º. “... os dados obtidos pelo monitoramento e uma
4190 avaliação da evolução da qualidade do ar e, seu território, e devem conter
4191 recomendações para melhoria contínua da qualidade do ar;”. “§ 2º: os relatórios
4192 deverão ser encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente para consolidação
4193 final do quarto e nono ano, após a entrada e vigor desta Resolução. O Ministério
4194 do Meio Ambiente deverá concluir a consolidação dos relatórios dos estados.”
4195 Esse Estado aí é com letra minúscula? “... e do Distrito Federal.” Corrigiu lá? Esse
4196 § 3º, Estados é com letra minúscula, bem lá em cima, a esquerda, estado com
4197 letra minúscula. “... e apresentados ao CONAMA até o final do quinto ano após a
4198 entrada em vigor dessa Resolução.” “§ 4º: O Ministério do Meio Ambiente deverá
4199 apresentar ao CONAMA no décimo ano após a entrada em vigor desta Resolução
4200 estudo da avaliação de qualidade do ar nacional com base... Com a análise sobre
4201 o alcance progressivo dos padrões de qualidade definidos no artigo...” A gente não
4202 sabe ainda, hoje é 4º. “... com base nos relatórios enviados pelos estados e
4203 Distrito Federal.” “5º: O Ministério do Meio Ambiente elaborará Termo de
4204 Referência para os relatórios dos estados e do Distrito Federal, em até 18 meses,
4205 após a entrada em vigor desta Resolução, contemplando conteúdo mínimo e
4206 especificado no anexo primeiro.” “§ 6º: Os padrões de qualidade do ar definidos
4207 poderão ser revistos no décimo ano da entrada em vigor dessa Resolução pelo
4208 CONAMA com base nos relatórios de qualidade do ar supracitados, a partir dos
4209 relatórios estaduais e do Distrito Federal recebidos.” “§ 7º: Os órgãos estaduais de
4210 meio ambiente que não monitoram a qualidade do ar devem enviar comunicado ao
4211 Ministério do Meio Ambiente sobre sua impossibilidade elaborar relatórios nos

4212 *mesmos prazos definidos no § 2º.* Um novo artigo, emenda CNI: “A plena
4213 vigência dos padrões de qualidade do ar nos estados e no Distrito Federal fica
4214 condicionada a implementação de padrões de qualidade do ar intermediários
4215 entendidos como padrões intermediários a serem alcançados numa redução
4216 progressiva da poluição do ar. Tem dois §§.

4217

4218

4219 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Posso, Zilda?
4220 Wanderley, CNI. Como houve um entendimento e apoio a proposta da ABEMA,
4221 esse novo artigo, eu acho que ele pode ser suprimido, assim como o § 1º, e 2º
4222 também. No segundo, só nos preocupa, mas eu acho que o Plano de Controle
4223 Ambiental proposto e o relatório, ele avalia muitas questões que nós colocamos
4224 que são importantes para que se avalie de fato a evolução da gestão de qualidade
4225 do ar, e que se permita estar trabalhando uma mudança de fase, que é justamente
4226 as recomendações que a OMS faz. Então, a princípio, eu acho que poderia ser
4227 retirado esse § 2º também.

4228

4229

4230 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O §
4231 2º também?

4232

4233

4234 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Também.
4235 Também.

4236

4237

4238 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** E
4239 esse novo artigo?

4240

4241

4242 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Esse
4243 novo artigo é um ponto para a gente que é crucial, que nós colocamos, que é a
4244 questão do licenciamento, tá? Tem uma proposta apresentada pelos estados no
4245 primeiro GT, na primeira reunião do GT, que nos parece interessante de ser
4246 colocado, mas a gente queria dar uma analisada neles, Zilda, se for o caso,
4247 amanhã, trazer uma proposta para ser apresentada aqui. Ok? Eu pediria, por
4248 favor, para mantê-lo aí.

4249

4250

4251 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Aí
4252 tem essa proposta aqui, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito
4253 Santo, essas daqui cai, né? Então, bem como esse novo artigo.

4254

4255

4256 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Isso, Zilda. André
4257 França, Abema. Isso está tudo sinalizado no documento que eu enviei, já tão
4258 taxados, já tem indicação.

4259

4260

4261 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
4262 sei, mas só para a gente... Esse novo artigo também? “*O relatório de avaliação da*
4263 *qualidade deve conter os dados de monitoramento*”?

4264

4265

4266 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Isso, também está
4267 superado.

4268

4269

4270 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Dra. Zilda.
4271 Wanderley, CNI. Justamente esse dispositivo que eu queria que fosse mantido...

4272

4273

4274 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – DO
4275 relatório, esse?

4276

4277

4278 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Do relatório,
4279 exatamente. Tá? Não, desculpa, não, esse não, é o próximo.

4280

4281

4282 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É o
4283 próximo. Esse aqui sairia? André?

4284

4285

4286 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Sim.

4287

4288

4289 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
4290 Então vamos limpando o texto. Ah tá. Novo artigo: “Para gestão da qualidade do
4291 ar...” É esse, Wanderley? É aquele que começa em: “*o relatório da qualidade do ar*
4292 *deve conter...*” Isso mesmo. O artigo e o §. O que a CNI está indicando que
4293 gostaria que permanecesse é aquilo que está no final ali: “*para a gestão da*
4294 *qualidade do ar serão considerados padrões de qualidade do ar as diretrizes*
4295 *definidas no PORNAR, cabendo aos órgão ambientais competentes, por*
4296 *regulamentação própria, estabelecimento dos critérios para... Aplicáveis ao*
4297 *licenciamento ambiental.*”

4298

4299

4300 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** É, alguma coisa
4301 nesse sentido, nós queremos pensar sobre isso.

4302

4303

4304 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4305 Podemos inserir? Aplicáveis ao licenciamento ambiental?

4306

4307

4308 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Pode, pode sim.
4309 Todo mundo pode concordar com esse §? Com esse artigo? João Câmara, Ibama.

4310

4311

4312 **O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama) –** Boa tarde a todos.
4313 João Câmara do IBAMA. Só para acrescentar nesse artigo especificamente, que
4314 não diz respeito somente ao licenciamento estadual, o licenciamento federal
4315 também tem competência para atribuir os padrões de qualidade do ar, então é só
4316 para acrescentar.

4317

4318

4319 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Está
4320 fazendo o licenciamento ambiental.

4321

4322

4323 **O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama) –** Pois é, mas o
4324 licenciamento ambiental, porque aí está falando dos estados.

4325

4326

4327 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,
4328 aí não, órgãos ambientais competentes. Não, não, agora no momento em que a
4329 gente cortar aparece como novo texto.

4330

4331

4332 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
4333 **(Apromac) –** Uma dúvida.

4334

4335

4336 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Que
4337 dúvida? Evangelina, Apromac.

4338

4339

4340 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
4341 **(Apromac) –** Só para ter certeza que eu entendi. Eles usariam o padrão para o
4342 licenciamento ambiental. É isso que quero saber.

4343

4344

4345 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4346 Microfone, por favor, Cláudio. Cláudio, Governo do Estado de São Paulo.

4347

4348

4349 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Eu vou falar até porque já é um
4350 pouco de prática nesse sentido. Você utiliza o padrão como uma forma de... É um
4351 dos critérios do licenciamento, ele não pode ser único, mas, em São Paulo já é um
4352 dos, por isso eu digo, São Paulo já tem lugar que é M2, já tem lugar que é M3,
4353 conforme o estado vai se estruturando, ele vai aperfeiçoando. Agora, estado que
4354 tem pouca, ele vai começar devagarinho. Agora, São Paulo já tem, ele usa o
4355 padrão como um critério de gestão, M1, M2, não necessariamente o padrão
4356 vigente em cima. Entendeu?

4357

4358

4359 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
4360 acho que, talvez, valesse a pena a gente colocar o seguinte: *“para a gestão da*
4361 *qualidade do ar serão considerados os padrões de qualidade do ar e as diretrizes*
4362 *definidas no PRONAR, cabendo aos órgãos ambientais por regulamentação*
4363 *própria o estabelecimento dos critérios aplicáveis...”* Eu gostaria que fosse dito que
4364 você poderia ter padrões mais restritivos, e o estado poderia achar... Porque do
4365 jeito que está escrito está dando a entender que você pode ter qualquer padrão,
4366 mais restritivo ou não.

4367

4368

4369 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
4370 **(Apromac) –** Mas é isso, quer dizer, pode ser não mais restritivo?

4371

4372

4373 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não
4374 pode ser menos restritivo do que a Lei Federal, pode ser mais restritivo.
4375 Entendeu?

4376

4377

4378 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
4379 **(Apromac) –** Entendi.

4380

4381

4382 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
4383 acho que tem que dar uma melhorada na redação.

4384

4385

4386 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Dra. Zilda, a
4387 nossa ideia não é nem debater essa questão, porque a gente quer apresentar,
4388 amanhã, uma proposta por que... CNI, Wanderley, CNI. Justamente porque essa
4389 questão do licenciamento é uma preocupação que a gente tem, não pensando em

4390 estados estruturados como São Paulo ou Rio de Janeiro, mas outros estados,
4391 porque vai ser a primeira reunião que nós vamos ter com diversos padrões
4392 relacionados, mesmo que esteja vigente apenas um, a gente quer deixar uma
4393 questão mais clara para a aplicação do licenciamento, até que tenhamos definido
4394 na revisão da 05, ou outro dispositivo uma maneira, e a gente poderia revogar
4395 qualquer dispositivo que tivesse aqui que fosse conflitante. A ideia nossa seria
4396 exatamente essa.

4397

4398

4399 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Você
4400 vai propor uma redação?

4401

4402

4403 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Sim, a ideia não é
4404 nem debater essa questão aqui agora não, tá? Amanhã, a gente apresentar uma
4405 proposta a respeito disso.

4406

4407

4408 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4409 Então a gente deixa em aberto, tá?

4410

4411

4412 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Posso só complementar uma
4413 coisa? É interessante a ideia que você coloca, até porque tem uma coisa que lá
4414 em cima, depois, a gente precisa conversar. O estado que não tem
4415 monitoramento, ele não está isento de tudo, o próprio PRONAR diz o seguinte, a
4416 qualidade do ar é um dos instrumentos, mas ele se baseia, principalmente nos
4417 critérios de licenciamento, o PRONAR é super claro nisso. Então se a gente
4418 explorar isso fica mais clara essa sua proposta. Tá?

4419

4420

4421 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4422 Perfeito. Vamos passar agora a uma leitura ao Art. 4º? Vamos? Então a gente
4423 aguarda para esse novo artigo, a CNI com esses comentários, apresente uma
4424 proposta redacional amanhã. Tem a noite toda para trabalhar nisso, Wanderley.
4425 Art. 4º: *“fica estabelecidos...”* Bom, Art. 4º, nós temos basicamente... São duas
4426 propostas por inciso? Oi? Não, dos valores não, ela só muda em relação aos
4427 prazos, não? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Estou vendo aqui, uma,
4428 duas, uma, duas, três, a da CNI permanece, não?

4429

4430

4431 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Nesse caso sim,
4432 nós, inclusive na última reunião. Wanderley, CNI. Nós alinhamos com outras
4433 propostas que os estados colocaram, até porque caso contrário, a gente não
4434 estaria alinhado em termos de ganho ou de avanço de padrões mais restritivos,

4435 mas a gente manteve apenas dois, pelo motivo que a gente já expôs aqui, já de
4436 longa data, daquele questão de a gente estar...

4437

4438

4439 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4440 **Material particulado do 2.5.**

4441

4442

4443 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** É isso, e enxofre.
4444 Por conta das recomendações da OMS. Exatamente, o que a CNI está propondo é
4445 que esses dois parâmetros diferem dos demais estados, no caso o estado de São
4446 Paulo, pelo fato da OMS, nós estarmos exatamente homologando o que a OMS
4447 sugeriu, justamente pelo fato do Brasil ser um país muito diferente, e achamos que
4448 já que nós adotamos praticamente todas as recomendações que a OMS colocou,
4449 nós vamos manter esse ponto como um ponto de, digamos, de divergência, com a
4450 proposta da Abema, tá? Que é referente aos padrões do estado de São Paulo.
4451 Então a gente vai manter, isso vai ser mantido.

4452

4453

4454 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Qual
4455 a proposta que a Abema está defendendo? É a original do texto?

4456

4457

4458 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Nesse momento, a gente
4459 está acompanhando o que veio do Grupo de Trabalho.

4460

4461

4462 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** E é a original do
4463 texto, que é a proposta baseada na legislação de São Paulo.

4464

4465

4466 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4467 Quando a gente encurtou uma fase, nós, Ibama, MMA e Ministério da Saúde, nós
4468 também encurtamos uma fase, né? Para poder atingir os padrões, mas
4469 basicamente a Abema defende a proposta origina? Que é a proposta em quatro
4470 colunas, né? Não é isso?

4471

4472

4473 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Isso.

4474

4475

4476 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4477 Abema, ANAMMA, em alguns ponto a CNI e a CNC também. É isso? Daniel,
4478 Ministério da Saúde.

4479

4480 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Só estou sendo
4481 alertado aqui pelo Fábio, a nossa proposta, essa nova tabela, na verdade, a
4482 origem da nossa proposta é que a gente começaria da fase, depois passaria para
4483 a fase 3, e chegaria na final, só que se a gente olhar os valores que estão dentro
4484 da tabela não estão compatíveis com essa proposta, na verdade, está como se
4485 fosse a fase 1, original, a fase 2, original, pulando a fase 3, e não é essa... O valor
4486 passaria a ser, esse quadro em verde, num lugar que está 120, passaria a ser
4487 100, no lugar que está 100 passaria na... O 100 passaria a ser 75, o 40... É isso.
4488 Só precisa atualizar esses valores.

4489

4490

4491 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – 30 e
4492 20? É isso? Essas correções aqui. Nós cortamos essa.

4493

4494

4495 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Resumindo, a nossa
4496 proposta não é pular a fase 3, é pular a fase 1.

4497

4498

4499 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Só a
4500 primeira fase?

4501

4502

4503 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – É, na proposta
4504 original.

4505

4506

4507 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema,
4508 só ver se eu entendi direito, então na proposta do Ministério, IBAMA e Ministério
4509 da Saúde, é como se o P1 fosse P2, a gente começaria do P2? Então ok. A gente
4510 permanece acompanhando, então, a outra proposta.

4511

4512

4513 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O
4514 mesmo ocorre nas outras tabelas, Daniel. Vamos olhar. Material particulado,
4515 MP2,5. Aí, esta primeira proposta é a proposta Abema, ANAMMA, Abema e
4516 ANAMMA. O caso do 2,5, a CNI tem uma proposta distinta, aqui é Abema e
4517 ANAMMA só. A de baixo, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e Saúde...
4518 Acontece a mesma coisa?

4519

4520

4521 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Não, essa tá
4522 correta. Essa tá correta. Dióxido de enxofre.

4523

4524

4525 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Essa
4526 está certa. Tá. Então no material particulado MP2,5, nós temos três propostas. A
4527 Sociedade Civil tem uma proposta diferente. Mas, aí, não tem uma tabela própria,
4528 como ficaria no caso de aprovação da proposta de vocês, o Art. 4º?

4529

4530

4531 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – É a original,
4532 mantém a original.

4533

4534

4535 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,
4536 eles tem uma fase a menos.

4537

4538

4539 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Não, eles tem
4540 a mesma fase, só diminui o prazo, Zilda. Renato, Abema. Eles tem o mesmo
4541 número de fases, mas é de três em três anos, se eu tiver falando errado, por favor
4542 me corrija.

4543

4544

4545 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O
4546 que muda é o gatilho.

4547

4548

4549 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – O que muda é
4550 o tempo só. Então é a proposta que vem até do outro GT lá atrás, está sendo
4551 mantida.

4552

4553

4554 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – GT
4555 antes do seminário. Tá. E a CNI, em relação ao material particulado 2,5, tem um
4556 valor diferente do MMA, Ibama e Ministério da Saúde, e da Abema e ANAMMA.
4557 Que é a terceira tabela em relação ao Inciso II, correto? Tá. Aí, nós temos também
4558 dióxido de enxofre, três tabelas diferentes. Aqui tem três. CNI tira? Mantém. Então
4559 dióxido de enxofre tem uma proposta, então a primeira seria Abema, ANAMMA e
4560 também a sociedade civil, que difere aí é o prazo, mas é o mesma, aí tem a tabela
4561 do IBAMA, e antecipa uma fase, ou seja, ela começa na fase original PI2, e a
4562 proposta da CNI, tem que tirar o metas, né, Wanderley? Tem que colocar, nos
4563 dois tem que tirar, e tem que colocar p.

4564

4565

4566 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – É, sem dúvida
4567 nenhuma. Se essa proposta for vencedora, certamente a gente vai ter que alterar.

4568

4569

4570 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tem
4571 que trocar o m pelo p. Tá? E, aí, nós temos dióxido de nitrogênio, que é o Inciso
4572 IV, que tem duas tabelas também, a primeira seria: ANAMMA, ou ANAMMA,
4573 Abema, CNI, CNC e Sociedade Civil, e a segunda: Ministério do Meio Ambiente,
4574 IBAMA e Ministério da Saúde. Aqui está ozônio, temos duas propostas.

4575

4576

4577 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Zilda, ozônio
4578 também repete aquele mesmo problema do MP, material de 10 e 2,5.

4579

4580

4581 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá.
4582 Ozônio, a primeira tabela é ANAMMA, Abema, CNI, CNC e Sociedade Civil, e do
4583 Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e IBAMA, a gente tem que
4584 trocar aqui, aqui seria 130, 0.066, 120, 0.061, e depois 100. Aqui. Certo?
4585 Monóxido de carbono, duas propostas também. A primeira Abema, ANAMMA, CNI
4586 e CNC

4587

4588

4589 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – É tudo igual, é a mesma
4590 proposta.

4591

4592

4593 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
4594 Sociedade Civil.

4595

4596

4597 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Só a questão da
4598 fase.

4599

4600

4601 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Não muda nada, porque são
4602 padrões que são todos finais já, são finais.

4603

4604

4605 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A
4606 outra é Ibama, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Saúde. A sétima, duas
4607 propostas também. Partículas totais em suspensão.

4608

4609

4610 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Também não muda nada.

4611

4612

4613 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A
4614 oitava é chumbo, duas propostas também. A nona, fumaça e, aí, nós temos dois

4615 §§: “o chumbo no material particulado é um parâmetro a ser monitorado em áreas
4616 específicas, em função da tipologia das fontes de emissões atmosféricas e a
4617 critério dos órgãos ambientais”. § 2º: “as Partículas Totais em Suspensão (PTS), e
4618 o material particulado em suspensão na forma de fumaça (FMC), são parâmetros
4619 auxiliares a serem utilizados em situações específicas a critério de órgão
4620 ambiental competente, ficam definidas como condições de referência...” “...ficam
4621 definidas condições específicas de referentes temperaturas de 25 graus, e a
4622 pressão de 760 milímetros de colunas de mercúrio, 1.013,2.”

4623

4624

4625 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – O principal é que seja
4626 consensuado, porque... Não?

4627

4628

4629 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Os
4630 §§? Os parágrafos?

4631

4632

4633 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – É, esses três.

4634

4635

4636 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – § é o
4637 de menos.

4638

4639

4640 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Última flor do laço inculta e bela.

4641

4642

4643 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
4644 Vamos lá. A proposta, Art. 5º, proposta 26 CTQA. Oi? Os §§. Sim. Art. 5º: “O
4645 Ministério do Meio Ambiente, no prazo de 12 meses após a entrada em vigor
4646 desta resolução, elaborará guia técnico contendo o método de referência adotado,
4647 critérios para aceitação dos métodos equivalentes, de localização dos
4648 amostradores e de representatividade temporal dos dados.” Parágrafo único, é
4649 esse que a gente discutiu antes, a Abema pediu a retirada: “até a solicitação do
4650 guia técnico mencionado no caput, podem os órgãos ambientais competentes
4651 adotar os métodos de medição da qualidade do ar internacionalmente aceitos.”

4652

4653

4654 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – O Ministério Público acha que é
4655 importante isso, olha, ele é inócuo, não vamos fazer, pode deixar, mas é inócuo.
4656 Tá bom. É meio... Tá bom. Esse que os estados adotam até a publicação do guia,
4657 os estados adotam, blá, blá, blá. Esse parágrafo único aí, está certo? Nós
4658 achamos que é bobagem, quer dizer, não é necessário. Ela achou... Como é o
4659 nome? Desculpe. A Dra. Fátima achou que tudo bem, era melhor deixar.

4660 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**
4661 **Abema que havia pedido para tirar quando da apresentação feita no início da**
4662 **reunião.**

4663

4664

4665 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Se vocês acharem importante,**
4666 **deixa.**

4667

4668

4669 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4670 **André, Abema.**

4671

4672

4673 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Um rápido lembrete.**
4674 **André, Abema. Esse ponto foi uma preocupação mais administrativa, uma questão**
4675 **de ordem prática que o Cláudio falou, e uma questão administrativa no sentido**
4676 **que, imagina, essa resolução entrando em vigência agora, os estados que já**
4677 **compraram os métodos, já empenharam recurso financeiro, aí vem uma restrição**
4678 **dizendo que não pode ser aquele, aí depois como é que eu justifico isso para o**
4679 **Tribunal de Contas? “Comprei, mas não vou usar, estou jogando isso aqui fora”.**
4680 **Então, assim, a gente tem que ter preocupações, considerando que os estados**
4681 **vão operar isso, para não criar restrições, lembrando que isso aqui é um período**
4682 **de transição, é enquanto o guia não tiver pronto, nos doze meses que tiver em**
4683 **elaboração.**

4684

4685

4686 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Mas,**
4687 **eu acho que o que você está criticando é o que está no *caput*, não no parágrafo**
4688 **único.**

4689

4690

4691 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – O parágrafo único, ele**
4692 **fala que tem que ser um método internacionalmente reconhecido, se eu tiver um**
4693 **outro método que permita que se faça comparação entre os resultados, mas que**
4694 **ele não tenha, não seja internacionalmente reconhecido, não poderia fazer? Eu**
4695 **não sei, hoje, o que cada Estado tem em termos de compra desses métodos, dos**
4696 **insumos, para dizer: olha, isso aqui que você comprou não usa mais até sair o**
4697 **guia técnico. No mínimo, eu teria que fazer uma consulta aos estados para saber**
4698 **se isso é um problema que pode trazer alguma repercussão administrativa, e**
4699 **lembrando, como é algo de transição, a gente está falando enquanto o guia não**
4700 **tiver pronto, porque não...**

4701

4702

4703 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**
4704 **acho que o que está atrapalhando é mais o internacionalmente.**

4705 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Sim, é isso.**

4706

4707

4708 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

4709 Então retira o internacionalmente, até a publicação do guia técnico mencionado no

4710 *caput* pode os órgãos ambientais competentes adotar métodos de medição da

4711 qualidade do ar... Podem adotar métodos próprios ou métodos...

4712

4713

4714 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – É isso.**

4715

4716

4717 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

4718 Métodos próprios de medição da qualidade do ar. Ponto.

4719

4720

4721 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – É isso, isso atende.**

4722

4723

4724 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

4725 Ponto. E tira internacionalmente aceito, o que não pode é ficar o limbo.

4726 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Antes de até a publicação? Ah sim, os

4727 órgãos ambientais podem. O podem depois. “Os órgãos ambientais competentes

4728 *podem adotar os métodos...*” Entendeu? Pode ser, André?

4729

4730

4731 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Sim, atende.**

4732

4733

4734 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

4735 Então tá. “Os órgãos ambientais competentes *podem adotar os métodos...*”

4736 “*Métodos próprios de medição da qualidade do ar*”, ponto.

4737

4738

4739 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Métodos próprios, isso,**

4740 faltou o próprios, acredito. Podem adotar.

4741

4742

4743 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

4744 “*Métodos próprios de medição da qualidade do ar*”. Pronto.

4745

4746

4747 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Perfeito, atende.**

4748

4749

4750 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4751 Entende-se que você vai ter isso por meio de uma Instrução Normativa, uma
4752 Portaria ou o que valha. Alguma indicação formal. Art. 6º. Consenso. Obrigado,
4753 Patrícia. Art. 6º: “A gestão do monitoramento da qualidade do ar é atribuição...” Eu
4754 acho que não é a gestão do monitoramento, é a gestão da qualidade do ar é
4755 atribuição dos órgãos ambientais estaduais e do Distrito Federal. Né? Mas a
4756 gestão do monitoramento é feio.

4757

4758

4759 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** É porque o
4760 monitoramento não necessariamente é do estado.

4761

4762

4763 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Me
4764 lembro que nós discutimos isso. Nós discutimos isso.

4765

4766

4767 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Olha, a gestão da qualidade ar e
4768 o monitoramento são atribuição... Porque uma coisa é a gestão, outra coisa é o
4769 monitoramento, as duas coisas são atribuições do estado, aí parece que uma
4770 coisa embate na outro.

4771

4772

4773 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
4774 acho que seria a gestão e o monitoramento do qualidade do ar, são duas coisas
4775 diferentes.

4776

4777

4778 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Não, a gestão pode, a
4779 responsabilidade é do estado.

4780

4781

4782 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É a
4783 gestão e o monitoramento.

4784

4785

4786 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** Deixa eu falar.
4787 Renato da Abema. A gente colocou isso, Zilda, porque o monitoramento da
4788 qualidade do ar não é atribuição do estado, não é exclusiva do estado, é só o
4789 estado que faz o monitoramento da qualidade do ar? Você tem município, você
4790 tem a própria empresa que faz, então, assim, se a gente coloca que o
4791 monitoramento é atribuição do estado, fica ao estado a atribuição de fazer o
4792 monitoramento, e não é isso.

4793

4794

4795 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4796 Entendi agora.

4797

4798

4799 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – E se colocar a responsabilidade?**

4800

4801

4802 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Está**
4803 certo. Mas tá feio, mas é isso mesmo, entendi, Renato.

4804

4805

4806 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – A responsabilidade do Estado é**
4807 o monitoramento, se ele contrata, se ele terceiriza e tal, ele é responsável,
4808 inclusive por isso, ou ele faz...

4809

4810

4811 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4812 Entendi agora, entendi. Eu que botei essa pedra, eu entendi, eu entendi. Ele é
4813 responsável por fazer alguma coisa e cobrar a outra parte.

4814

4815

4816 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Mas, ele pode terceirizar.**

4817

4818

4819 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Sim.**

4820

4821

4822 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Está escrito isso aí?**

4823

4824

4825 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Ou**
4826 pode aproveitar fontes fixas de outros privadas. Bom, agora, eu peço a atenção
4827 principalmente da Evangelina, que foi quem fez essa proposta, que a gente já
4828 tinha discutido isso largamente, que é o parágrafo único: *“Na ausência ou omissão*
4829 *do órgão estadual de controle ambiental, o IBAMA atuará, diretamente, em caráter*
4830 *supletivo.”* Que pondere que a gente fez uma colocação já no grupo de trabalho e
4831 na reunião passada, que a Lei Complementar 140 impede o Ibama de fazer isso
4832 desse tipo, eu peço a retirada desse parágrafo único, ele não é legalmente viável.
4833 O caráter supletivo do IBAMA hoje é regulamentado pela Lei Complementar 140,
4834 não pela Resolução do CONAMA. Podemos retirar esse parágrafo? Pois não.

4835

4836

4837 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
4838 **(Apromac) – No caso da ausência ou omissão, o que acontece?**

4839

4840 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Aí o
4841 Estado pode ser... Sofrer um TAC por meio do Ministério Público, ter um prazo
4842 para isso, mas não tem ninguém que vá cumprir aquilo que ele deva cumprir, o
4843 IBAMA não tem esse papel.

4844

4845

4846 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
4847 **(Apromac) –** Zilda, deixa a Dra. Fátima voltar, e a gente volta nisso amanhã. Pode
4848 ser?

4849

4850

4851 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4852 Pode, mas isso não é possível do ponto de vista legal, eu afirmo isso com plena
4853 convicção do que eu estou falando, eu afirmo isso com plena convicção do que eu
4854 estou falando. Daniel.

4855

4856

4857 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) –** Uma interpretação
4858 que eu fiz aqui, não sei se é a carreta, eu acho que isso acabaria também em um
4859 dispositivo que busca melhorar o monitoramento, e acabar, pode, meio que de
4860 alguma forma, tirar o incentivo ou alguma coisa, acho que o termo não é incentivo
4861 não, mas poderia, os estados que hoje estão fazendo, de repente, parar de fazer,
4862 porque o IBAMA acaba...

4863

4864

4865 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Mas,
4866 não é essa a questão, isso não é legal do ponto de vista da LC 140.

4867

4868

4869 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) –** Além dessa
4870 questão... Além disso.

4871

4872

4873 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
4874 Concordo com você, só que isso não é legal do ponto de vista da LC 140. Isso não
4875 é legal.

4876

4877

4878 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
4879 **(Apromac) –** Mas, de novo, no caso de ausência não acontece nada, não tem
4880 ninguém, nada que...?

4881

4882

4883 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Vai
4884 sofrer um TAC de parte do Ministério Público, é a mesma coisa que nós fazemos

4885 coma Lei 12.305, o Estado que não erradica os seus lixões, ele poderia ser
4886 passível de multa pelo órgão... Os municípios deveriam ser passíveis de multa,
4887 mas o estado, não existe... A Adriana falou isso, pela Lei 6.938, mesmo com a LC
4888 140, não existe... O IBAMA não pode autuar o Governo Estadual, o Ministério não
4889 é órgão de controle de fiscalização, e o Ibama não pode autuar o Estado que não
4890 cumprir a legislação, muito menos fazer o que era para ser feito pelo Estado.

4891

4892

4893 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
4894 **(Apromac)** – O que pode fazer o Ibama nesse caso? Pode aplicar multa, como no
4895 caso dos resíduos?

4896

4897

4898 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
4899 porque ele não licencia, ele não faz controle e fiscalização sobre o estado. Já te
4900 passo a palavra, João.

4901

4902

4903 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
4904 **(Apromac)** – Mas, nesse caso que você explicou do lixão.

4905

4906

4907 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Do
4908 lixão é município. Do ponto de vista ambiental...

4909

4910

4911 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
4912 **(Apromac)** – O estado que aplica multa para o município.

4913

4914

4915 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Do
4916 ponto de vista ambiental, o Estado pode até multar o município por poluição
4917 ambiental, mas ele não vai construir e operar o aterro em nome do Estado, então,
4918 assim, você está apresentando o problema e a solução, não cabe ao IBAMA fazer
4919 o que o Estado deveria fazer. João Câmara, Ibama.

4920

4921

4922 **O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORRÊA (Abema)** – Luiz Antônio da Abema. Há
4923 condições, às vezes, do Estado interceder e fazer isso daí para os municípios,
4924 num forma de um consórcio ou de outras formas.

4925

4926

4927 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ah
4928 não, pelo consórcio.

4929

4930 **O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORRÊA (Abema)** – Acordo de cooperações, e
4931 assim por diante.

4932

4933

4934 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,
4935 o consórcio não é uma instância estadual.

4936

4937

4938 **O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORRÊA (Abema)** – Está... Está retirando, é
4939 obrigação do Estado.

4940

4941

4942 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,
4943 o consórcio não é uma instancia estadual, ele é um arranjo de municípios, ele não
4944 tem superveniência do Estado.

4945

4946

4947 **O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORRÊA (Abema)** – Mas, eu posso fazer uma
4948 PMI numa região metropolitana para a resolver a questão do lixo.

4949

4950

4951 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É
4952 uma instância intermediária, não é o estado. Entendeu?

4953

4954

4955 **O SR. LUIZ ANTÔNIO GARCIA CORRÊA (Abema)** – Não é isso que está escrito
4956 aqui, eu concordo em relação a isso aqui. O que eu quero colocar é que a gente
4957 tem que pensar e de ter algumas alternativas para aqueles estados que não tem a
4958 mínima condição de atender aquilo que vem pela frente, como vai se resolver isso
4959 aqui? Ou como vai ser a (...), ou sei lá o que.

4960

4961

4962 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom,
4963 a proposta que está em tela, ela não é legalmente viável. João Câmara, IBAMA

4964

4965

4966 **O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama)** – Só para acrescentar
4967 que além de não estar previsto em termos de aspectos legais, o Regimento
4968 Interno do Ibama não prevê competência para isso, e para montar uma rede de
4969 monitoramento de qualidade do ar deveria ter orçamento, compra de
4970 equipamento, então qualquer ação nesse sentido seria negada, porque o Ibama
4971 não pode adquirir equipamento para cumprir uma ação que não está no seu
4972 Regimento Interno, e a área técnica que deveria trabalhar com isso, a Diretoria
4973 que eu trabalho, de Qualidade Ambiental, e nós não temos nenhuma ação nesse
4974 sentido de nos estruturarmos para fazer a implantação de rede e monitoramento

4975 no âmbito municipal. O que o Ibama faz é monitoramento já na época da CEMA,
4976 com outro programa que foi passado. Mas, não é... Isso mudou. Então, o que
4977 estou colocando é que realmente o Ibama entende que... Nós, no Ibama,
4978 entendemos que não é competência do Ibama assumir uma rede de
4979 monitoramento de qualidade ar, só no caso dos empreendimentos de fontes fixas,
4980 se dizem competência ao licenciamento ambiental federal, aí nós temos o
4981 acompanhamento dos dados, mas a rede não é do IBAMA, são as empresas que
4982 são responsáveis pelo auto monitoramento e repassa os dados para nós, e nós
4983 podemos disponibilizar para os estados para acrescentar as informações do
4984 relatório estadual que deverão ser feitas no futuro.

4985
4986

4987 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Pode repetir, por
4988 favor, onde é o limite de jurisdição de vocês.

4989
4990

4991 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Fala
4992 no microfone, por gentileza, Bocuhy, porque eu não estou ouvindo daqui.

4993
4994

4995 **O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama)** – Bem resumidamente,
4996 não é competência do Ibama, não está escrito no Regimento Interno do Ibama, na
4997 Lei que o criou, fazer monitoramento de qualidade do ar nos municípios, é só diz
4998 respeito aos empreendimentos que são licenciados pelo licenciamento ambiental
4999 federal, que o IBAMA faz o controle das emissões em função de efetividade das
5000 restrições impostas no licenciamento, mas não está previsto na ação da Diretoria
5001 de Qualidade Ambiental, que seria a diretoria específica para isso, a qual eu
5002 trabalho, ação específica com recursos próprios para se montar uma rede de
5003 monitoramento de qualidade do ar municipal para efeitos de intervenção na
5004 questão de gestão de qualidade do ar. Então isso não é o competência do IBAMA,
5005 e por isso não seria aceitável uma ação imposta por uma Resolução do CONAMA
5006 que impõe ao Ibama fazer uma ação que não é da sua competência federal,
5007 competência legal.

5008
5009

5010 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só uma... Carlos
5011 Bocuhy do PROAM. É só questão João, no final da sua fala, você disse: porém, o
5012 CONAMA... O Ibama poderia, mediante o fornecimento de dados, etc., qual foi a
5013 sua afirmativa? Eu não entendi.

5014
5015

5016 **O SR. JOÃO BATISTA DRUMMOND CÂMARA (Ibama)** – O que eu acrescentei
5017 foi que todas as empresas que são monitoradas pelo Ibama para efeito de
5018 licenciamento, as indústrias principalmente, que têm que apresentar ao Ibama
5019 para efeitos de controle de respeito as condicionantes da licença, esses dados são

5020 públicos. Então o Ibama pode disponibilizar essas informações para os estados
5021 para acrescentar essa informação de fontes fixas do licenciamento federal, se
5022 interfere nos municípios que estarão sobre o Plano de Gestão de Qualidade do Ar,
5023 e se acrescentar essa informação, essa informação pode ser disponibilizada, e já
5024 deveria ser a muito tempo, na minha opinião, já até conversei com o pessoal do
5025 licenciamento sobre isso, de que no âmbito dessa Resolução, a gente ter uma
5026 ação mais efetiva de buscar essa integração dos nossos dados de monitoramento
5027 de fontes fixas para compartilhar com as redes estaduais de monitoramento de
5028 qualidade do ar, isso é uma intenção nossa de fazer.

5029

5030

5031 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
5032 Podemos retirar o parágrafo único, então?

5033

5034

5035 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5036 **(Apromac) –** Não. Vamos aguardar até amanhã, por favor. Pode ser?

5037

5038

5039 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Na
5040 última reunião, vocês disseram que iam trazer uma posição para essa reunião.

5041

5042

5043 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5044 **(Apromac) –** Eu sei, mas por favor, até amanhã.

5045

5046

5047 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Isso
5048 não é legal, não tem justificativa jurídica suficiente para que o Ibama cumpra
5049 aquilo que os estados não forem cumprir para essa Resolução, isso não tem
5050 respaldo na Constituição Nacional, isso não tem respaldo na Constituição. Nas
5051 responsabilidades dos entes federativos, gente. Não tem responsabilidade, isso...
5052 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Nessa reunião vocês ficaram de dar
5053 uma posição, que a senhora falou que ia dar uma posição.

5054

5055

5056 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF) –** Tem toda razão, da
5057 mesma forma que eu ouvi textualmente, e posso pedir a transcrição, de que
5058 haveria, traria uma...

5059

5060

5061 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A
5062 transcrição está na internet.

5063

5064

5065 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI (MPF)** – Sim, que traria uma
5066 proposta por escrito, e essa proposta não estava escrita, foi lida aqui. Então, eu
5067 acho que é um pouco de bom senso. Da mesma forma que eu ouvi na reunião
5068 anterior que a proposta seria trazida a contento para todos, e no entanto ouvimos
5069 aqui, e relevamos que há bom senso no trato entre cavaleiros, eu acho que não há
5070 necessidade dessa impetuosidade. Mas, eu estou pedindo até amanhã, por favor.

5071

5072

5073 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pois
5074 não. Art. 7º: *“Os órgãos estaduais de meio ambiente e de saúde deverão elaborar*
5075 *com base nos níveis de atenção, de alerta e de emergência, um Plano de*
5076 *Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar, a ser submetido a*
5077 *autoridade competente do estado ou do Distrito Federal, visando medidas*
5078 *preventivas com o objetivo de evitar graves e iminentes riscos à saúde da*
5079 *população, de acordo com os poluentes e concentrações constantes no art. 9º.”*

5080

5081

5082 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Renato,
5083 Abema. Esse tem a relação com o Art. 9º que a gente chegou a levantar, né?
5084 Então aí tem que ver ou se ele vai ser mantido tem que ter um ajuste no texto,
5085 uma vez que a gente não vai estar falando de níveis de atenção, alerta e
5086 emergência. É só chamar a atenção para isso.

5087

5088

5089 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – No
5090 início da tarde, quando nós começamos a reunião, nós levantamos que tendo em
5091 vista as considerações feitas pela manhã, pela Evangelina, os estados levantaram
5092 que haveria um indicativo, já que nós não vamos falar de alguns níveis de
5093 atenção, alerta e emergência, da supressão do Art. 9º da Resolução.

5094

5095

5096 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Quando nós iniciamos a
5097 discussão tinha a definição de episódio crítico num artigo lá para trás, a gente,
5098 como vocês não estavam presentes e pediram para tirar, a gente deixou em
5099 suspenso essa discussão para esperar vocês chegarem, então ela está, toda essa
5100 questão de episódio crítico está em suspenso, porque estava aguardando o que
5101 vocês...

5102

5103

5104 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
5105 Evangelina, Apromac.

5106

5107

5108 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5109 **(Apromac)** – Então, diante do que foi apresentado de manhã e do que eu

5110 comentei, nós gostaríamos de fazer uma modificação para o Art. 7º, que na
5111 verdade, ali, a proposta do Ministério está como Art. 8, mas a gente quer fazer
5112 uma junção do 7º e 8º e, daí, eu fiz uma redação. Então é algo novo, feito... Que
5113 nós fizemos hoje e, aí, eu gostaria de apresentar, eu não sei se você prefere que
5114 eu apresente amanhã junto com essas novas, novos textos que virão amanhã.
5115 Então se a gente puder apresentar a substituição desse artigo.

5116

5117

5118 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Isso
5119 seria no 7º ou no 8º?

5120

5121

5122 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5123 **(Apromac)** – O 8º é o Plano de Atenção e Emergência, então eu vou fazer uma
5124 proposta para Art. 7º, porque na verdade ele começa e inicia a questão do Plano.
5125 Então eu vou falar de um plano, mas não de um episódio crítico, entendeu? É uma
5126 nova proposta que eu vou fazer baseado no que apresentei de manhã.

5127

5128

5129 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Mas, episódio crítico vocês estão tirando, é isso?

5130

5131

5132 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5133 **(Apromac)** – A nossa intenção é retirar e substituir por esse novo artigo, baseado
5134 nas discussões que nós tivemos de manhã, a princípio sim, se caso essa proposta
5135 não for aprovada, aí a gente volta na questão do episódio crítico.

5136

5137

5138 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Nós
5139 vamos ter que ter um cuidado, que nós estamos dando praticamente três nomes
5140 similares, eu não sei se são três planos diferentes, ou se é um plano que foi
5141 oferecido por atores diferentes, eu não tinha reparado, o Art. 7º, eu falo: “*um plano*
5142 *de emergência para episódios críticos de poluição do ar.*” No Art. 8º eu falo: “*plano*
5143 *de atenção e emergência para episódios críticos de poluição do ar.*” No artigo, a
5144 outra proposta de um parágrafo único, eu falo somente em planos de emergência,
5145 eu acredito que esteja falando do mesmo com nomes diferentes. A gente tem que
5146 ter o mesmo nome para todos então.

5147

5148

5149 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5150 **(Apromac)** – É porque inicialmente, quando nós propusemos, nós retiramos um
5151 plano, um deles, apenas mantivemos dois, essa foi uma diferença que existia em
5152 relação aos estados, e não três níveis.

5153

5154

5155 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,
5156 eles estão com nomes diferentes, eu não estou entrando na mérito, estou
5157 entrando só na nomenclatura, nós temos que ter esse cuidado, ou a gente põe
5158 uma sigla, ou a gente chama o mencionado plano nos parágrafos.

5159

5160

5161 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5162 **(Apromac)** – E mais para frente tem outra nomenclatura.

5163

5164

5165 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pois
5166 é. Eu estou chamando a atenção de que nós temos que fazer essa uniformização.
5167 Sabe?

5168

5169

5170 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5171 **(Apromac)** – A intenção nossa é simplificar isso, no sentido de simplificar e ser
5172 mais objetivo.

5173

5174

5175 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – A minha questão, ok
5176 sobre organizar essa nomenclatura, mas eu só estou... Tenho uma preocupação
5177 que aqui a gente representa, da forma que o SUS é estabelecido, vamos assim
5178 dizer, a gente não tem aqui o poder para determinar algo que vai ser para a
5179 Secretaria Estadual de Saúde executar, isso precisa ser passado pelos conselhos
5180 estaduais, conselhos municipais. Então, assim, aqui nós não temos competência
5181 para dizer como está no Art. 7º, que os órgãos estaduais de meio ambiente e de
5182 saúde deverão elaborar, para que os órgãos estaduais de saúde entrem nessa
5183 questão, eu preciso fazer essa discussão com os conselhos estaduais.

5184

5185

5186 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
5187 Daniel, no artigo... Onde é que foi que a gente colocou? Espera aí, deixa eu achar.
5188 Um que fala que... Aqui, na proposta do 7º mesmo, nós estamos submetendo à
5189 autoridade competente do Estado e do Distrito Federal, então eu acho que a gente
5190 poderia riar propor a retirada “e de saúde”, já que eu não posso colocar uma regra,
5191 e a partir do momento em que a gente coloca, e isso foi bem explicado por São
5192 Paulo ainda na reunião do GT, eu acho que o Rio de Janeiro também faz a
5193 mesma coisa, que ao propor o Plano tem que submeter à autoridade da defesa
5194 civil, que aí consulta todas as áreas pertinentes. Então, aqui já há uma garantia de
5195 participação da saúde quando eu coloco “ser submetido a autoridade competente
5196 do estado ou do Distrito Federal”, então é bem lembrado, nós temos que tirar, eu
5197 acho que já podemos taxar para se poder adiantar a parte e de saúde, e
5198 SISNAMA, eu não tenho uma competência objetiva sobre o órgão de saúde dentro
5199 do SISNAMA. Eu estou só dizendo que o OEMA terá que submeter à autoridade

5200 competente do estado dele o plano, ele não pode fazer isso sozinho e colocar
5201 dentro da gaveta, é isso que estou dizendo, que estou indicando. Mas, eu taxaria
5202 já o “e de saúde”. Certo? Tem que submeter, mas todos submetem, porque isso é
5203 uma coisa de emergência, então normalmente quem cuida de emergência é a
5204 Defesa Civil, né? Eu não sei se tem outro nome no estado, mas é a Defesa Civil.
5205 Não lhe ouvi. Sim, “submetido à”, bota uma crase ali. Bom, eu estou entendendo
5206 que nós ainda não temos consenso, que a Apromac vai enviar, vai nos fornecer
5207 até amanhã, alguma sugestão em cima desse ponto.

5208

5209

5210 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** Zilda, eu
5211 posso fazer uma sugestão. Você tem, Evangelina, você tem a proposta aí? Porque
5212 eu acho que a gente já pode discutir, inclusive porque ela fez a correção com
5213 relação aos níveis, eu podia ler, e a gente pode evoluir nessa proposta, eu acho.

5214

5215

5216 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Você
5217 vai apresentar agora, ou vai apresentar só amanhã?

5218

5219

5220 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5221 **(Apromac) –** Eu já escrevi, é grande, quatro parágrafos.

5222

5223

5224 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É um
5225 parágrafo ou é uma proposta de mudança do *caput*?

5226

5227

5228 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5229 **(Apromac) –** Vamos fazer amanhã. A gente vai fazer amanhã.

5230

5231

5232 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
5233 Então, deixa eu aproveitar e lembrá-las que no Art. 10º, quando se diz: “*será*
5234 *criado um Sistema Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar, que irá*
5235 *promover a divulgação clara e transparente de forma acessível à população dos*
5236 *dados e objeto de monitoramento*”, já foi lembrado da supressão, da criação de
5237 um Sistema Nacional da Qualidade do Ar, sistemas implicam em gastos
5238 financeiros, só podem ser criados por lei, não podem ser criados Resolução do
5239 CONAMA. A Lei 6.938 já criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente, então,
5240 assim, um sistema dentro do sistema? Um sistema tem que ter uma estrutura
5241 formal, eu acho que isso não é um sistema que se quer dizer, a palavra não é
5242 sistema. De qualquer sorte, eu crio o sistema por lei, sistema de informações, de
5243 resíduos, de meio ambiente, são criados por lei, e não são criados por... De
5244 recursos hídricos, não são criados por meio de resoluções do CONAMA. Isso a

5245 gente já vem dizendo há um bom tempo. A proposta que a Sociedade Civil tem a
5246 fazer amanhã inclui também alguma alteração no Art. 9º?

5247

5248

5249 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5250 **(Apromac)** – Mas, você não estava falando do 8º?

5251

5252

5253 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É do
5254 8º e do 9º. 7º, 8º e 9º.

5255

5256

5257 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5258 **(Apromac)** – Eu o 10º, aqui também.

5259

5260

5261 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – E o
5262 10º também. O 11º também ficou de trazer uma proposta de redação, está aqui
5263 anotado. O 12º também ficou de trazer uma proposta de redação.

5264

5265

5266 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5267 **(Apromac)** – Esse vai fazer parte do 7º e 8º, certo?

5268

5269

5270 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Por
5271 isso que eu perguntei naquela troca de e-mails, em dezembro, se não tinha uma
5272 proposta concretade texto.

5273

5274

5275 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5276 **(Apromac)** – Não tinha, isso surgiu também...

5277

5278

5279 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,
5280 aqui estava nas pendências da última reunião para vocês trazerem.

5281

5282

5283 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5284 **(Apromac)** – Mas não ia mudar, quando eu enviei de fato não haveria a mudança,
5285 houve um progresso de pensamento.

5286

5287

5288 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,
5289 houve uma série de pendências que não tem a ver com a tua apresentação e que
5290 estavam aqui para serem mudados.

5291

5292

5293 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5294 **(Apromac)** – Eu escrevi que nós não faríamos as alterações, e que poderia ser
5295 excluída as pendências da Apromac, eu escrevi isso no e-mail, que era como se
5296 assumisse que essa era a redação que permaneceria. Essa redação que eu quero
5297 sugerir amanhã substituiria também esse daí. Entendeu?

5298

5299

5300 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom,
5301 não foi essa compreensão que eu tive do seu e-mail, mas, agora já passou, não
5302 tem problema alguma. Agora, eu peço, que são vários aqui, será que dá conta de
5303 fazer isso até amanhã, para a gente poder ter isso para a gente poder ter uma
5304 discussão? Seria interessante. Porque as propostas dessa parte do texto foram
5305 todas feitas por vocês, e já foram discutidas desde o Grupo de Trabalho.

5306

5307

5308 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
5309 **(Apromac)** – Nesse caso, é a mesma coisa das outras propostas de episódio
5310 crítico que tem aí, não tem diferença de nós e para eles, é a mesma coisa, porque
5311 depois seguem as propostas deles, só que com valores diferentes. O que eu estou
5312 tentando é fazer uma nova proposta revendo isso tudo.

5313

5314

5315 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
5316 só estou lembrando que isso está pendurado já tem algum tempo, é só para gente
5317 poder ter essa sequência e dar a resposta, senão a gente vai ter que votar pela
5318 permanência ou não desses artigos.

5319

5320

5321 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Deixa eu
5322 tentar... Evangelina. Renato, Abema. Só para compartilhar, o que nós fizemos há
5323 um tempo atrás, foi como os níveis de atenção, alerta e emergência eram todos
5324 comuns, são os mesmos parâmetros, a gente juntou em um artigo só, no caso dos
5325 artigos aqui, 13, 12 e 11, a Apromac ainda não tinha tirado essa proposta e estava
5326 mantendo ele naquele formato, mas os números, há uma discussão sobre valores
5327 que a gente pode aprimorar, mas a gente tinha juntado tudo em um quadro só, em
5328 um artigo só, o que eu acho que vocês têm que avaliar é se vocês vão querer
5329 juntar isso em um artigo, o impacto de juntar isso num artigo, e depois a discussão
5330 dos valores, o que seria. Mas, o objetivo, que até eu que trouxe esse quadro
5331 único, foi colocar tudo em um artigo só e, aí, vocês têm que avaliar o que se traz
5332 de prejuízo ou de ganho com relação a juntar isso num artigo, eu acho que é isso.

5333 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
5334 Evangelina, também tem o Art. 13: “*será transformado em tabela...*” Você chegou
5335 a fazer isso? Não? O 13: “*será transformado em tabela.*” O nível de emergência.

5336

5337

5338 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** Zilda. Renato,
5339 Abema. Foi o que falei com ela, eu transformei em tabela, ele está no Art. 9º,
5340 transformado em tabela. A Apromac ainda não tinha avaliado o impacto de
5341 transformar em tabela, eu acho que ela pode trazer a percepção dela com relação
5342 a isso, uma coisa é o formato de vim em tabela, outra coisa é a discussão dos
5343 valores, que a Evangelina trazia outros valores.

5344

5345

5346 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
5347 Propriamente ditos. Sim, propriamente ditos. Vamos fazer pelo menos a correção
5348 que a Abema falou lá no anexo, lá no anexo pelo menos, que é uma coisa
5349 simples, tem uma repetição de rede automática e rede manual, a gente corta a
5350 segunda, o 11 e o 12, e renumera.

5351

5352

5353 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Zilda, eu ia perguntar o
5354 seguinte, a gente tem algumas emendas nesse conjunto de artigos, a gente faz
5355 amanhã, quando a Apromac apresentar?

5356

5357

5358 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
5359 Fazemos amanhã, quando fizer a proposta, tá? Eu acho que não adianta fazer
5360 hoje, em cima da redação atual.

5361

5362

5363 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Ok, sem problemas.

5364

5365

5366 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tá?
5367 E amanhã, eu acho que a gente pode começar a deliberar sobre alguns pontos, a
5368 partir das propostas recebidas, a gente começa a deliberar, e eu acho que a gente
5369 deixa para o final o Art. 3 e o 4. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Não,
5370 mas eu acho que a gente... Eu sei, mas, olha aqui, esses artigos finais, eu acho
5371 que eles não dependem do 3 e 4, dependem? Senão a gente começa a deliberar
5372 pelo 3 e pelo 4.

5373

5374

5375 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** É essa a minha.
5376 Ouviu, Dra. Zilda? A minha proposta é essa.

5377

5378 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Para
5379 mim não tem problema algum. É que eu tenho quase certeza que na hora que a
5380 gente começar a deliberar sobre o 3 e o 4, alguém vai levantar e vai pedir vistas, e
5381 aí a gente não consegue evoluir o debate. Vamos ver o que a gente consegue
5382 melhorar no texto, para poder depois discutir esses dois artigos mais polêmicos.

5383

5384

5385 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Eu acho que a
5386 gente tem uma proposta que vai vim da Apromac com relação aqueles artigos que
5387 você pediu para eles avaliarem. Poderia começar deles, que são os artigos mais
5388 para baixo...

5389

5390

5391 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim,
5392 mas o que eles estão dizendo, Renato...

5393

5394

5395 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – E depois, aí a
5396 deliberação, eu acho que a gente tem que começar do 3 e do 4 mesmo.

5397

5398

5399 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tem
5400 que começar do 3 e 4 mesmo?

5401

5402

5403 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – É, nada impede, como o
5404 pedido de vistas é votado, em havendo sinalização, a gente faz essa reflexão
5405 amanhã, vamos parar agora, ou a gente já pode discutir se dois degraus ou três
5406 nos padrões, por exemplo, já limpar...?

5407

5408

5409 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pode
5410 discutir em relação a essas novas propostas de redação, e depois colocar em
5411 debate o texto todo. Correto?

5412

5413

5414 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Ok.

5415

5416

5417 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A
5418 gente consegue, então, eu acho que, então, a gente fica no aguardo dessas
5419 propostas, porque o resto está tudo dependendo desses novos artigos, não?
5420 Certo? Então vamos suspender os trabalhos e retomamos amanhã. O quê, 9h?

5421

5422

5423 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Um ponto rápido, Zilda...

5424

5425

5426 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Oi?

5427 Desculpa, Patrícia. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Patrícia, eu não

5428 viajei, mas também acordei, às cinco horas da manhã. Para dar comida para os

5429 cachorros, para dar tempo de fazer tudo antes de sair de casa. Amanhã, às 9h,

5430 nessa mesma sala. Correto? Tenham uma boa noite, bom trabalho para quem vai

5431 trabalhar.